



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR  
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA

**LARISSA ALVES ABRAHÃO**

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PAPEL DAS REDES NA ERA DA  
INTERNET: Um Estudo de Caso sobre o Movimento do Passe Livre**

Salvador-BA

2015

**LARISSA ALVES  
ABRAHÃO**

**OS MOVIMENTOS  
SOCIAIS E O  
PAPEL DAS  
REDES NA ERA  
DA INTERNET: Um  
Estudo de Caso  
sobre o  
Movimento do  
Passe Livre**

**2015**

**LARISSA ALVES ABRAHÃO**

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PAPEL DAS REDES NA ERA DA  
INTERNET: Um Estudo de Caso sobre o Movimento do Passe Livre**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais e Cidadania.

Área de concentração: Estado, Sociedade e Políticas Sociais

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Esteves de Calazans

**Salvador-BA**

**2015**



TERMO DE APROVAÇÃO

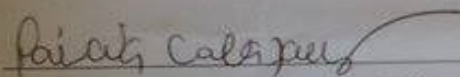
LARISSA ALVES ABRAHÃO

“OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PAPEL DAS REDES NA ERA DA  
INTERNET: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O MOVIMENTO DO PASSE LIVRE”.

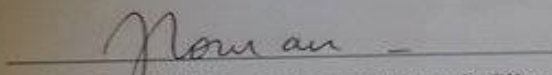
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas  
Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 17 de dezembro de 2015.

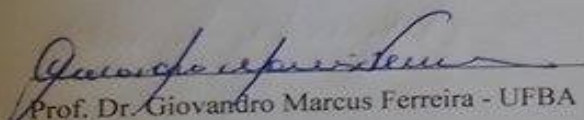
Banca Examinadora:



Profª. Dra. Márcia Esteves De Calazans – Orientadora/UCSal



Profª. Dra. Julie Sarah Lourau Alves da Silva – UCSal



Prof. Dr. Giovandro Marcus Ferreira - UFBA

Dedico este trabalho a minha meus pais por acreditar e confiar no meu esforço e dedicação e por proporcionar esse sonho até o final.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero começar esse agradecimento dando graças pela família que eu tenho, ao meu Pai, provedor desse sonho, à minha mãe motivadora maior e a minha querida irmã. Completando mais esse ciclo vem uma sensação de alívio, mas acima de tudo de felicidade e satisfação por ter cumprido esse dever, que é árduo, que tira você da zona de conforto e te faz ir além, pensar além, testar seus limites.

Quando iniciei o mestrado acreditei diversas vezes que não daria conta da complexidade que é tentar entender como funcionam as diversas questões relacionadas às políticas sociais no nosso país, mas a importância desse Mestrado para mim foi além apenas da pura reflexão, me proporcionou fazer parte do processo, me iniciando no mundo da pesquisa.

Aqui quero deixar meu agradecimento a todos os professores que contribuíram de uma forma grandiosa, não há palavras para agradecer. Carlos Zamora, Kátia Sirqueira, Mary Castro e outros. Hoje eu entendo como é nobre essa missão de compartilhar o conhecimento. Meu abraço carinhoso a todos os mestres que fizeram parte desse processo.

Não posso esquecer de agradecer aos atores dessa pesquisa, todos os informantes que desde o primeiro momento se dispuseram a me ajudar sem hesitar, vocês foram primordiais para o sucesso desse trabalho.

E por fim, agradecer a minha orientadora, a Profa Márcia Calazans, por todo cuidado e carinho. O resultado desse trabalho se deve a nossa parceria, ao seu tempo de dedicação comigo e suas broncas também (risos). Vou levar nossa amizade para além da academia, para vida mesmo. Obrigada por tudo.

*Perseguir, sem cessar, uma meta: Este é o segredo do sucesso.*

[Anna Pavlova](#)



## RESUMO

Essa pesquisa analisa o papel das redes sociais da *Internet* diante dos movimentos sociais no Brasil. Leva em conta as manifestações que utilizaram esse instrumento, ocorridas em 2013, essa dissertação visa observar como se deu o processo de transformação da comunicação e a inclusão desse novo meio de comunicação à sociedade, assim como, qual sua instrumentalidade, ou seja, de que forma esse meio atua e se dissemina. Para isso, vai ser feito aqui um estudo de caso sobre o movimento do passe livre (MPL), já que este foi ponto de partida para desencadear as manifestações mais atuais, nessa pesquisa vai ser aplicado um questionário semi estruturado a militantes e atores sociais desse movimento, com recorte espacial em Salvador. A globalização foi um processo que trouxe mudanças significativas à sociedade, não apenas ligada a uma reforma estrutural das tecnologias de informação, mas também, quanto as relações sociais que deixaram de ser face a face, como nos primórdios e passaram a ser mediadas pelos meios de comunicação. Dentre esses meios a *Internet* se destaca por ser um que consegue ter um alcance da massa de forma rápida e interativa e por ser um meio de transformação das relações sociais. A *Internet*, diferente do que se pensava veio para agregar os meios de comunicação já existentes e não para substituí-los, hoje ela é utilizada como espaço de debate público onde estão em pauta os mais diversos temas de interesse social. Foi com esse caráter social que as redes sociais se tornaram lugar para debate e organização das manifestações ocorridas no Brasil desde 2013. As manifestações ocorridas a partir do Movimento do Passe Livre, começaram a ser organizadas nos fóruns de debate na rede e na conhecida rede social, o *Facebook*, com isso centenas de pessoas passaram a ir as ruas reivindicar por pautas como, saúde, educação e reformas políticas. Essa dissertação trás no seu conteúdo quais foram as motivações desses manifestos, até que ponto as redes sociais organizam essas ações e como a sociedade lida como esse processo. E trás uma observação final de que as novas redes mobilizam e organizam o movimento assim como transforma a forma de comunicação da sociedade.

**Palavras-chave:** *Facebook*, *Internet*, Manifestações, MPL e Redes

## ABSTRACT

This research will examine the role of social networks on the Internet of social movements in Brazil. Taking into account the events that used this instrument, which began in 2011, this dissertation aims to observe how was the process of transformation of communication and the inclusion of this new medium to society, as well as what their instrumentality, i.e. that so this means it operates and spreads. For this, will be done here is a case study of the movement of the free pass (MPL), as this was the starting point to trigger the most current manifestations, this research will be applied a semi structured questionnaire to members and stakeholders that movement with spatial area in Salvador. Globalization was a process that brought significant changes to society, not only linked to a structural reform of information technology, but also as the social relations that no longer face to face, as in the early days and became mediated by means of communication. Among these means the Internet stands out as one that can have a range of mass quickly and interactively and be a means of transforming social relations. The Internet, unlike previously thought came to add the media already and not to replace them, today it is used as a space for public debate where they are on the agenda the most diverse topics of social interest. It was with this social character that social networks have become place for debate and organization of the demonstrations that took place in Brazil since 2011. The demonstrations occurred from the Free Pass Movement, began to be organized in discussion forums on the network and known social network , Facebook with it hundredsof people began to go claim the streets as guidelines, health, education and political reform. This dissertation back in its content the motivations of these manifestos, the extent to which social networks organize these actions and how society deals as this process. And behind a final observation that the new networks mobilize and organize the movement as well as changes the way of communication of society.

**Keywords:** *Facebook*, Internet, Manifestation, MPL and Networks



## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1.INTRODUÇÃO</b> -----  | <b>01</b> |
| 1.1 OBJETIVO GERAL-----  | 04        |
| 1.2 OBJETIVO ESPECÍFICO-----   | 04        |
| <br>   |           |
| <b>2. METODOLOGIA DE INVETIGAÇÃO</b> -----   | <b>07</b> |
| <br>   |           |
| <b>3.O MOVIMENTO DO PASSE LIVRE E AS NOVAS FORMAS DE<br/>COMUNICAÇÃO</b> -----   | <b>13</b> |
| <br>   |           |
| <b>3.1 REDES EM MOVIMENTO</b> -----  | <b>18</b> |
| <br>   |           |
| <b>4. A COMUNICAÇÃO A PARTIR DA INTERNET: OS INTERESSES DE UMA<br/>SOCIEDADE CAPITALISTA</b> -----                                 | <b>23</b> |
| <br>   |           |
| <b>5. OS MOVIMENTOS CONTEMPORÂNEOS E A INTERNET NO<br/>MUNDO</b> -----   |           |
| --29   |           |
| <br>   |           |
| <b>6. A BUSCA DOS DIREITOS NOS GRITOS DA RUA: CATEGORIAS<br/>TEÓRICAS: DEMOCRACIA, CIDADANIA E DIREITOS<br/>FUNDAMENTAIS</b> ----- |           |
| -----  | <b>36</b> |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>7.O PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: RETALIAÇÃO AO MPL-----</b> | <b>47</b> |
| <b>8ESTUDO DE CASO: PESQUISA E RESULTADOS-----</b>                                   | <b>59</b> |
| <b>9. CONSIDERAÇÕES FINAIS-----</b>  | <b>84</b> |
| <b>10.CRONOGRAMA DA INVESTIGAÇÃO-----</b>  | <b>89</b> |
| <b>11. REFERÊNCIAS-----</b>  | <b>90</b> |
| <b>12.ANEXOS -----</b>   | <b>94</b> |

## **1. INTRODUÇÃO**

Uma grande revolução é o que se vive desde que a *Internet* foi implantada no Brasil, não apenas no caráter técnico, mas principalmente do ponto de vista social e comportamental. Esse meio começou a ditar padrões na comunicação e nas ações dos indivíduos no dia a dia. Em uma dinâmica cada vez possibilitando a maior participação dos atores sociais por conta da facilidade do manuseio e dinâmica no acesso. A *Internet* trouxe grandes redes chamadas “redes sociais” para a vida das pessoas, elas atuam em uma espécie de intercambio de idéias e ações. O espaço virtual ganha a cada dia mais adeptos, os movimentos sociais utilizam esse novo espaço como ambiente de interação e participação social, já que existe uma dificuldade de interação com os meios mais tradicionais, porque esses, muitas vezes, estão pautados por interesses econômicos e políticos. A Internet vem como uma nova forma de expor e divulgar as idéias de uma sociedade que até então não tinha um espaço definido.

A aproximação com esse tema é decorrente da formação principal da pesquisadora, em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, e no grande interesse pelas redes sociais e tecnologias de informação. Além do interesse pessoal, a importância dessa pesquisa se baseia na realidade e no fato de que com essa revolução tecnológica as redes sociais da Internet se disseminaram de forma massiva e transformaram as relações sociais, e não é preciso ir muito longe para constatar isso, já que a realidade virtual tem tomado conta da vida das pessoas a cada dia, e alguns dos reflexos dessa transformação são observados no decorrer dessa pesquisa. Essas mudanças geraram uma série de consequências e ações que puderam ser observadas no decorrer do tempo, como a mudança na forma de se comunicar, na interação social que deixou de ser face-a-face e passou a ser mediada e com ações de cunho social e político. Hoje as redes atuam como instrumento da comunicação e de ação social materializada através de diversos movimentos.

As redes passaram a exercer um papel de organizadora, formadora de opinião e de interação social (RECUERO, 2009). Nesse processo, grupos foram se formando em defesa de alguns temas sociais. Da virtualidade, esses grupos com seu poder de organização passaram as ruas, ocupando o espaço público na busca de diversas soluções para os problemas sociais. Essa pesquisa trata justamente da

forma como as redes sociais atuam, quando se trata da organização e divulgação de movimentos sociais, e isso vai ser feito através de um estudo de caso sobre o Movimento do Passe Livre (MPL).

Nesse sentido, a grande questão empírica dessa pesquisa está na seguinte pergunta: De que forma as redes sociais atuam levando em conta as ações do Movimento do Passe Livre como grande movimento social? Essa é a grande problemática que será abordada. Para responder esse problema essa dissertação vai tratar do papel da *Internet* e das redes sociais frente aos movimentos sociais, levando em conta as manifestações mais atuais iniciadas em 2013 no Brasil. Partindo da pergunta empírica na espera de transformação em objeto sociológico, a pergunta teórica dessa pesquisa funda-se em Castells (1999/ 2013) e nas idéias difundidas por ele a respeito da onda de movimentos sociais que invadiu o mundo desde 2011. Dessa forma, trás o seguinte questionamento: Em que medida a emergência de um novo paradigma tecnológico (Castells,1999) baseado nas tecnologias de comunicação e informação transformaram o modo de organização do movimento Social Passe Livre?

Castells (1999/2013) trabalha com a idéia de que os movimentos sociais só se tornam efetivos, e começam realmente a existir porque passam do ambiente virtual para o urbano, e analisa em suas obras como se dá essa nova forma de organização, onde os diálogos são mediados pela *Internet*.

As movimentações se espalharam em todo o mundo de forma viral. Com a rápida difusão que a *Internet* proporciona, ideias foram disseminadas, sempre com o cunho social, o de lutar pelos direitos e pela democracia. Essa foi a realidade vista no Brasil nos últimos anos quando os movimentos ganharam força. Cada cidadão interage em seu ambiente e se conecta a novas redes. Essas redes são constituídas pelo simples ato de se comunicar.

A comunicação vai ser apresentada nesse trabalho como um processo de troca e compartilhamento de informação. Para grande parte da sociedade, conseguir produzir significado é fazer parte de um processo de comunicação socializada, porém é preciso levar em conta que existe uma esfera que vai além da comunicação interpessoal, a esfera virtual, onde os diálogos permanecem ativos e são

modificados a cada instante, isso tudo é consequência das transformações da tecnologia da informação e da era digital.

O Movimento do Passe Livre passou a usar mecanismos de comunicação específicos, como o *Facebook* e as listas de emails, na sua atuação. Atualmente as redes digitais são os meios mais rápidos e interativos para difundir essas informações de uma forma mais dinâmica. Em casos específicos as redes sociais mobilizam as pessoas para que elas ocupem um espaço público. Muitas dessas mobilizações aconteceram através do *Facebook*, conhecida rede social que está sendo utilizada por esses grupos que querem disseminar novas idéias, mas que não tinham espaço dentro dos meios de comunicação tradicionais. Isso ocorre porque existe intrínseco a esse processo, interesses políticos e partidários, onde muitas vezes, abrir debate para pautas sociais pode interferir de forma negativa os objetivos dessas grandes redes, que por vezes, estão aliadas aos governos e seus interesses.

As motivações dos diversos protestos que o Brasil tem presenciado são diversas, mas há algumas coisas em comum que permeiam todas as discussões. A busca por uma democracia mais justa, pelo direito à cidadania e pelo acesso aos direitos fundamentais de cada um. A *Internet* junto às redes sociais veio para abrir espaço em uma nova realidade da comunicação, onde a sociedade tem espaço e pode expor seus pontos de vista. A globalização trouxe além de mudanças sociais para o Brasil, um novo panorama relacionado a tecnologia e a informação. Um país multifacetado onde atualmente a sociedade vive uma série de movimentos e transformações que são prova da insatisfação e que culminam na participação democrática das pessoas.

Em uma época em que se vive esse processo globalizado e seus reflexos, é possível observar a sociedade de forma ativa na busca dos direitos fundamentais e de melhores condições de vida. Uma nova forma de se comunicar, essa foi a grande transformação que o advento da *Internet* trouxe para a sociedade. Os processos comunicacionais que antes eram feitos face-a-face atualmente têm sido mediados pelos meios de comunicação de massa. Dessa forma, se dá a relevância em tratar desse tema, para a sociedade geral entender as mudanças nas formas de comunicação e sua atuação no contexto social. Para a comunidade acadêmica esse trabalho vai ser importante como base de sustentação teórica para futuras



discussões sobre o tema, além de compor um material atual sobre o assunto que é relativamente novo. A partir dos relatos das fontes aqui utilizadas, essa dissertação é importante para levar ao conhecimento da comunidade acadêmica, estudantes e sociedade de um modo geral, em que contexto histórico surgiu o Movimento do Passe Livre e como ele funciona atualmente com a ajuda da rede mundial de computadores, além disso, a relevância desse tema se dá também a partir da discussão de assuntos como democracia e cidadania que vão estar em pauta nesse trabalho.

De uma forma geral essa dissertação vai refletir através de um arcabouço teórico de que forma as redes sociais atuam nesse novo momento histórico que o Brasil vive, onde as pessoas utilizam as redes sociais para difundir ações e idéias e promover debates, e também, entender quais são as características mais significativas dessa intervenção da *Internet* como meio de comunicação, observando qual é a instrumentalidade desse meio e como se deu o processo de adequação da sociedade a essa nova forma de comunicação mediada. O trabalho vai tratar dos movimentos sociais no Brasil e da sua relação com as novas formas de comunicação. Através de pontos históricos vai destacar quais foram as mudanças mais significativas na utilização da comunicação como viabilizadora das manifestações sociais, fazendo um estudo de caso sobre Movimento do Passe Livre, com atores sociais da cidade de Salvador.

De forma específica, vai ser feita uma revisão teórica do conceito de comunicação, esse trabalho vai tratar da comunicação na sociedade capitalista, sua função e interesses defendidos e traçar uma linha histórica da introdução das tecnologias de informação e *Internet* no Brasil. Esse trabalho vai verificar a instrumentalidade da *Internet*, ou seja, de que forma esse meio produziu impacto na articulação do Movimento do Passe Livre, pensado como movimento social, e observar como a sociedade em rede atuou diante as possíveis mudanças. O trabalho também visa compreender através das leituras e de um estudo de caso quais foram as motivações dessa população que foi às ruas manifestar na busca pelos seus direitos para assim alcançar a cidadania e a democracia, além de, conceituar as categorias teóricas democracia e cidadania, assim como, os direitos fundamentais.

Durante a pesquisa de campo surge uma nova categoria teórica, a criminalização, que entra nessa pesquisa como um dos resultados do campo, onde é feita uma definição desse conceito e uma abordagem de que forma o MPL, assim como outros movimentos, sofrem com essa ação repressiva do Estado e da atuação da mídia quanto aos manifestantes, que por muitas vezes, foram tratados como baderneiros e vândalos.

Em um levantamento bibliográfico realizado para essa pesquisa, em uma série de revistas acadêmicas *on-line* e diretórios virtuais de trabalhos científicos é possível observar que ainda existe uma carência de trabalhos acadêmicos que tratem do Movimento do Passe Livre e da atuação das redes sociais frente aos movimentos. Mas é importante dizer que até novembro de 2015 existiam no diretório de grupos na plataforma do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) 702 registros quando se busca pelo assunto “Movimento Social”. Dentro dos periódicos da Capes (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior) existem apenas dois registros de trabalhos científicos que incluam na sua palavra chave , movimentos sociais, movimento do passe livre ou jornadas de junho, isso aponta uma certa deficiência bibliográfica em tratar do tema de forma específica e nesse ponto se corrobora mais uma vez a relevância desse trabalho, que amplia a bibliografia já existente e trás uma análise específica da relação das redes com os movimentos.

Dentre os trabalhos encontrados que tem uma relação com o tema dessa pesquisa é possível destacar, o do autor Fábio Souza da Cruz (2012), que é Professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social e de graduação em Comunicação Social da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), e trata na sua pesquisa da relação dos meios tradicionais com os movimentos sociais nessa era de globalização. Outro trabalho que é importante citar como uma contribuição positiva para esse tema é do autor José Sobreiro Filho (2015), que é doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e trás no seu trabalho uma leitura sobre o uso das redes sociais pelos movimentos sociais, mas que leva para sua análise conceitos com base na geografia e território, com isso, o autor tem uma proposta diferente dessa pesquisa no ponto de vista de categoria teórica, mas ele fala sobre o Movimento do Passe Livre com estudo localizado em São Paulo e analisa como essas ações iniciadas através do MPL permitiu uma conexão entre as

redes sociais e a materialização das manifestações no espaço público. Não menos importante está o trabalho realizado pelo autor José Luís Sanfelice (2014) que é Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e tem uma pesquisa que trás as jornadas de junho de 2013 como objeto de estudo, onde tenta analisar o que foram as jornadas de junho e trás no seu título a seguinte pergunta “Vandalismo ou Movimento Social?”. Aponto essas três produções pela relação mais significativa com o tema, sem deixar de dizer que existem outras, não menos importantes.

Os movimentos sociais marcaram de forma histórica o ano de 2013, pelo uso da *Internet*, e ainda tem fortes reflexos hoje. A *Internet*, atualmente, é utilizada não apenas com foco nas relações empresariais, como foi na sua criação, mas, principalmente como ferramenta de comunicação que auxilia e facilita os processos comunicacionais expandindo informação de forma globalizada. Essa facilidade e rápido alcance fez com que a *Internet* se tornasse uma ferramenta muito utilizada pelos movimentos sociais.

Através do Estudo de Caso do Movimento do Passe Livre (MPL) foi necessário trazer informações prévias que foram definidoras para o nascimento e formação do MPL hoje. O primeiro ponto e mais comum de todos nessa observação é que se levar em conta o inicio das lutas contra a tarifa de ônibus há dez anos atrás quando explodiu a “Revolta do Busú” em Salvador e comparar com a atual formação do Movimento do Passe Livre é possível perceber que a forma de organização do movimento atual tem origem lá atrás, quando não se tinha um líder determinado, ou seja, essa horizontalidade do movimento é consequência das formas de organização precursoras. No inicio a comunicação face a face estava muito mais presente na disseminação dos movimentos do que hoje em dia, a Internet possibilitou uma ampliação muito mais rápida e eficaz através desses novos instrumentos, mas é importante deixar claro que apesar de hoje se viver uma rápida disseminação de idéias e ações, isso não tira a capacidade de mobilização das pessoas e os resultados das ações sociais feitas através dos movimentos antes do advento da Internet.

Um outro ponto importante que foi observado também com o estudo de caso é que no Movimento do Passe Livre o grande motivador foi a questão economicista,

o aumento da tarifa, assim como na Revolta do Buzu. Há dez anos atrás quando aconteceu a Revolta quase cem por cento dos participantes eram estudantes secundaristas, hoje com o Movimento do Passe Livre, essa pauta ganhou além dos estudantes, trabalhadores e todos aqueles que dependem do transporte público para se locomover, atualmente a adesão é muito maior por parte da sociedade, porque o MPL trabalha não apenas com a questão da tarifa mas com a questão da mobilidade urbana como um direito social.

Quando questionados a respeito de que papel a mídia e a Internet exercem se pensar no MPL, os atores foram quase unânimes nos seus discursos ao afirmar que a mídia tradicional esta pautada por interesses econômicos e que movimento social nunca foi um assunto bem visto por esses meios, a Revolta do Buzu, e o MPL, só ganharam os jornais quando tiveram uma repercussão e adesão popular muito grande, onde não era mais possível mascarar a ação, mas ainda assim, há um certo cuidado pelos meios tradicionais ao pautar esses assuntos, para não ferir a linha editorial, nesse caso, quando o meio de comunicação está atrelado a interesses políticos e partidários, o que é bem comum já que é sabido que a grande mídia no Brasil pertence a grupos específicos. Quanto a Internet, sua chegada fez com que a organização do MPL fosse mais fácil, fez com que de forma dinâmica o tema atingisse centenas de pessoas, o que antes, na Revolta do Buzu, não era possível. Apesar da grande mistura de pautas e interesses nas ações sociais desencadeadas no Brasil (2013) através do aumento da tarifa, com o tempo o MPL conseguiu direcionar o assunto principal desse grupo.

## **2. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO**

Nas ciências sociais e suas aplicações ter um método adequado é base fundamental para obter resultados satisfatórios em uma pesquisa científica. A

metodologia é que vai traçar de forma detalhada qual foi o caminho utilizado para a realização de um trabalho de qualquer ordem.

Essa explanação se faz necessária partindo do ponto que a depender do sujeito, ou observador, as formas de visão e os resultados de um fenômeno vai ser diferentes. Quando se fala em conhecimento científico é preciso, antes de tudo, entender que ele é diferente de outros conhecimentos já existentes.

De forma prática é possível observar a mistura entre dois tipos de conhecimento: aquele que é popular e da educação informal passada entre gerações; e o segundo, o conhecimento científico transmitido através de conhecimentos específicos sobre o assunto, obtido de forma mais racional, através de procedimentos científicos, “esse tipo de conhecimento “visa explicar ‘por que’ e ‘como’ os fenômenos ocorrem, na tentativa de evidenciar os fatos que estão correlacionados, uma visão mis globalizada, do que relacionada com um simples fato- uma cultura especifica” (LAKATOS, MARCONI, 1986,18).

O foco maior aqui será para o conhecimento científico, já que esse é considerado como o real e factual, porque trabalha com fatos, com aquilo que está atual.

De uma forma geral todas as ciências têm como característica a utilização de métodos científicos, mas é preciso levar em conta que, nem todos os ramos que utilizam esses métodos podem ser considerados ciência. Existem diversas formas de conceituar método, e muitos autores fizeram isso, como é possível observar na obra de Lakatos e Marconi (1986) *Metodologia Científica*. “Método é o caminho pelo qual se chega determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão de modo refletido e deliberado” (HEGENBERG apud LAKATOS, MARCONI, 1986,40), esse princípio destaca esse conceito como algo relacionado ao um fator de segurança. “Método é um procedimento regular, explícito e passível de ser repetido para conseguir-se alguma coisa, seja material, ou conceitual” (BUNGE apud LAKATOS, MARCONI, 1986,41), de acordo com esses autores é introduzido um conceito de repetição dos procedimentos para que se chegue a um objetivo

Especificamente, se aplicada às ciências sociais a metodologia pode ser entendida como um “caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2008,14). Sendo assim, são incluídos de forma simultânea: a metodologia a teoria da abordagem, ou seja, o próprio método; as técnicas e a

experiência e capacidade pessoal de cada pesquisador. A metodologia está centralizada em teorias, para Lenin “o método é a alma da teoria” (LENIN apud MINAYO, 2008, 15), explica o autor quando trata da forma com que o trabalho científico muitas vezes é levado, com a utilização apenas de instrumentos e técnicas que gerem um resultado, sem levar em conta as indagações, conceitos e hipóteses.

Como base de todo trabalho científico essa dissertação é iniciada a partir do método de pesquisa bibliográfica que segundo Lakatos (1997) se baseia em uma pesquisa feita através de fontes já publicadas como, por exemplo, artigos científicos, periódicos livros e revistas, essa é um tipo de pesquisa que envolve oito diferentes fases de construção: a escolha do tema, ou seja, a definição do tema de acordo com as aptidões e áreas de atuação do pesquisador; a elaboração do plano de trabalho, fase onde são recolhidos todo o material e dados bibliográficos; a identificação, momento onde são localizadas fichas bibliográficas em instituições especializadas; a compilação, que é a reunião de todo material coletado; o fichamento, fase onde os dados são transcritos de acordo com os autores que vão ser utilizados; a fase da análise e interpretação, onde é feita a crítica do material bibliográfico e por fim, a redação, cujo formato pode variar de acordo com a proposta de cada trabalho, no caso específico se trata de uma dissertação.

O método aqui utilizado é pesquisa qualitativa, já que se trata aqui de um tema que trás um problema cuja resposta não consegue ser obtida através da quantificação, e sim da compreensão e explicação de como se dá a dinâmica das relações sociais. Dentro desse método está a pesquisa bibliográfica e a entrevista em profundidade semi estruturada que também farão parte dessa dissertação.

A razão para a utilização dos métodos qualitativos ao invés dos quantitativos podem ser diferentes a depender da orientação metodológica de cada pesquisador. Os quantitativos são aqueles que justificam seu uso sob um argumento de impossibilidade de gerar dados estatísticos ou por questões como custo e tempo da pesquisa, os qualitativos defendem a superioridade desse método atrelada ao maior fornecimento e compreensão de alguns fenômenos sociais e na maior relevância desses aspectos sociais.

entretanto, os dois estão acordes sobre o tipo de método mais adequado para cada tipo de objeto de estudo: os métodos quantitativos supõem uma população de objetos de observação comparável entre si e os métodos

qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de origem e razão de ser (HAGUETTE, 2005,63)

O autor Lazarsfeld (1969, apud HAGUETTE, 2005,64) observa em seu estudo três situações específicas onde se presta atenção de forma mais particular nos indicadores qualitativos. A primeira está relacionada a situações onde as evidências qualitativas substituem de forma clara a informação estatística; a segunda situação acontece quando a evidência qualitativa é utilizada na captura de alguns dados de cunho mais psicológico que, muitas vezes, podem estar reprimidos e não são facilmente articulados e visualizados e a terceira e última situação acontece quando a observação qualitativa é usada como indicador do funcionamento das estruturas mais complexas que são difíceis quando submetidas a uma observação mais direta.

Levando em conta o tema e objeto definidos nessa pesquisa, o método qualitativo se adequa de melhor forma, o que vai ser observado aqui está muito mais ligado a ações sociais do que a algo que possa ser na sua forma prática quantificado.

Explicado então parte metodológica do percurso desse trabalho, nesse momento vai ser traçado aqui quais são as características e os passos principais para a realização de um *Estudo de Caso* que tem nessa dissertação o *Movimento do Passe Livre* como foco de estudo.

Ao contrário do que ocorre em outras metodologias como o levantamento ou o experimento, os passos que constroem o Estudo de Caso não acontecem de forma fixada. O planejamento nesse tipo de método tende a ser mais flexível e, muitas vezes, aquilo que foi concluído numa primeira etapa pode gerar alterações na segunda, mesmo assim, é possível definir algumas ações que são seguidas em grande parte das vezes quando se faz um Estudo de Caso, mesmo que não necessariamente nessa ordem: a) formulação do problema ou das questões da pesquisa; b) definição das unidades-caso; c) seleção dos casos; elaboração do protocolo; coleta de dados; análise e interpretação dos dados; d) redação do relatório. O Estudo de Caso não se difere de outros tipos de pesquisa quando se trata na formulação de um problema, esse é o início para qualquer estudo. Muitos autores preferem não utilizar o termo problema por acreditarem que este sugere uma verificação das causas-efeito, o que não acontece com o Estudo de Caso.

Quando se fala em definição da unidade-caso trata-se de um indivíduo num contexto definido, mas é importante citar que “a amplitude desse conceito, no entanto, ampliou-se a ponto de poder referir-se a uma família, ou qualquer grupo social, uma organização, uma comunidade, uma nação ou mesmo toda uma cultura” (GIL, 2010, 118). Essa definição de unidade vai depender do objetivo de cada pesquisa. Pode ser um projeto de caso único ou múltiplos. Nessa dissertação é possível observar que se trata de um caso único, já que o estudo de caso vai ser realizado frente a um único movimento social. Os casos únicos podem ser divididos em *intrínsecos* (quando o pesquisador quer conhecer em profundidade sem objetivo de formular teorias) ou *instrumentais* (formulado com o objetivo de aprimorar conhecimento e desenvolver teorias). A seleção dos casos tem uma lógica de escolha que não é de amostragem estatística, está mais relacionada com uma escolha experimental:

uma importante contribuição a seleção de amostra dos estudos de caso é a amostragem teórica. À medida que diferentes conceitos vão emergindo o pesquisador inclui novos casos e o processo se conclui com a saturação teórica, que ocorre quando a inclusão de novos elementos já não é suficiente para alterar o conhecimento do fenômeno (GIL, 2010, 119)

Na coleta de dados é necessário uma série de técnicas específicas isso é importante para que o estudo seja realizado de forma profunda e que os resultados tenham maior credibilidade. Estudos de caso feitos com maior rigor precisam de fontes documentais e entrevistas. A elaboração do protocolo se trata de um documento que contém a descrição de todas as decisões que foram e que vão ser tomadas ao longo do processo de pesquisa. Esse documento não apenas esclarece as decisões, mas serve como base na tomada de decisões ao longo das etapas do estudo. A coleta de dados na maioria das vezes é feita através de entrevistas, análise de documentos e observação.

Nesse estudo vai ser utilizado uma pesquisa bibliográfica, que traz conceitos e informações acerca do mundo virtual, do contexto da comunicação e de uma realidade mais atual vista a partir de movimentos e ações sociais mais recentes. Para o estudo de caso, foi escolhido o Movimento do Passe Livre (MPL), tal definição foi feita levando em conta que o tema da tarifa zero foi desencadeador dos movimentos vividos em junho de 2013, quando diversas manifestações foram



disseminadas em todo o Brasil. Esse estudo, vai ser feito a partir das experiências dos militantes e coordenadores do MPL em Salvador, esse recorte foi feito por uma questão de localização da pesquisadora. Foram aplicados à seis atores sociais uma entrevista semi - estruturada que discute, além do histórico e surgimento do movimento, diversas questões acerca do processo de inclusão da Internet no MPL.. Os entrevistados foram mapeados no decorrer da pesquisa. Nessa definição foram escolhidos três representantes do MPL: Walter Takemoto, Iuri Silva e Renato Souza, além de três atores que participaram da Revolta do Busú: Walter Altino, Raphael Cloux e Marcelo Gavião, em (2003). Levando em conta, que o movimento em Salvador é relativamente recente e os atores sociais jovens, foi preciso fazer uma escolha metodológica com um recorte temporal definido com a orientadora dessa pesquisa, onde se viu necessária a realização de entrevista com atores que participaram da Revolta do Buzu, para assim ter uma referência de como funcionava essa questão das redes sociais e da Internet, nesses 12 anos anteriores, que foi quando o Movimento do Passe Livre surgiu de forma nacional, a partir da Revolta do Buzu, que foi uma ação precursora da formação e criação do atual MPL.

Abaixo segue tabela com lista dos atores entrevistados:

| Ator            | Perfil  | Idade   | Tempo de Movimento |
|-----------------|---|---------|--------------------|
| Renato Souza    | Historiador, atua no Fórum de Medicalização da Educação e da Sociedade. Atualmente é estudante na UFBA no BI de Saúde | 35 anos | Desde 2013         |
| Walter Takemoto | Psicólogo e principal porta voz do MPL em Salvador  | 62 anos | Desde 2003         |
| Yuri Souza      | Jornalista também é militante do  | 20 anos | Desde 2013         |

|                |   |         |  |
|----------------|---|---------|--|
|                | movimento negro,<br>coordenador da<br>juventude do<br>Coletivo de<br>Entidades Negras.                            |         |  |
| Marcelo Gavião | Graduado em<br>Gestão Pública<br>atualmente<br>Coordenador do<br>Sine Bahia em<br>Salvador.                       | 36 anos | Ativista da Revolta<br>do Busú em 2003 |
| Walter Altino  | Mestre em<br>Ciências Sociais   | 43 anos | Ativista da Revolta<br>do Busú em 2003 |
| Raphael Cloux  | Graduado em<br>História, Doutor em<br>Planejamento<br>Urbano e Regional.<br>Atualmente<br>professor na<br>Unifacs | 33 anos | Ativista da Revolta<br>do Busú em 2003 |

### 3. O MOVIMENTO DO PASSE LIVRE E AS NOVAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO

Antes de qualquer coisa, essa fundamentação vai ser iniciada apresentando o objeto de estudo dessa pesquisa. As informações aqui contidas são derivadas de uma pesquisa de aproximação de campo com o líder do Movimento do Passe Livre

(MPL), Walter Takemoto, realizada no dia 24 de outubro de 2014, em Salvador Bahia. A liderança contou como o movimento foi iniciado, de que forma foi feita sua disseminação, quais as principais motivações, entre outras perguntas que ajudaram a delinear o perfil do MPL. Walter Takemoto teve sua história iniciada em São Paulo quando participava do Movimento Popular de Transporte e da Organização do Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus de São Paulo. Onde foi diretor da Companhia Municipal de Transporte Coletivo de São Paulo (CMTCC), que era uma das maiores empresa de transporte urbano do mundo, na gestão da prefeita Luíza Erundina, durante três anos.

Em outubro dos anos 1990, a então prefeita, Luiza Erundina (PT), anunciou uma nova proposta que ficou nacionalmente conhecida como: a tarifa zero. A autoria foi do secretário de transportes da época Lúcio Gregori. O projeto previa garantir a gratuidade total do transporte coletivo entre 1ª de julho a 31 de dezembro de 1991 e visava a efetividade do direito de ir e vir para toda a população que gastava muito com transporte. A tarifa zero seria financiada por uma espécie de Fundo de Transporte, que retirava pedaços de uma cobrança progressiva do IPTU. Dessa forma, o custo seria baseado no conceito da forte distribuição de renda, ou seja, quem tem mais paga mais, quem tem menos paga menos e que não tem nada não paga. Em 22 de outubro, o projeto começa a ser discutido na Câmara Municipal, onde encontra resistência dos vereadores do próprio Partido dos Trabalhadores. Na Câmara o projeto definha, enquanto os debates na sociedade e dentro do PT fervilham na época.

O Movimento do Passe Livre (MPL) surge nacionalmente a partir da "Revolta do Buzu" que aconteceu em Salvador no ano de 2003, quando o prefeito da época propôs um reajuste das tarifas dos ônibus e os estudantes secundaristas saíram às ruas contra esse reajuste. Durante vários dias esses jovens ocuparam a cidade e conseguiram paralisar todo o transporte coletivo. Esse movimento acabou se transformando em documentário, intitulado "A Revolta do Buzu", que circulou no Brasil todo. Dessa forma, e a luta que foi travada na Cidade de Salvador foi inspiradora para que outros estados como em Santa Catarina, São Paulo e Porto Alegre, estudantes e populares também adotassem a mesma forma de organização na luta contra o aumento das tarifas. No fórum mundial de Porto Alegre (2005), houve uma reunião nacional onde foi decidida a criação do Movimento do Passe Livre em nível nacional.

O principal fator social por trás desse movimento está baseado na questão do transporte coletivo como direito social de toda a população, e como uma forma de acesso aos demais direitos, então quando se observa a grande maioria da população que tem o transporte coletivo como único meio de locomoção e que depende do transporte para exercer suas atividades cotidianas, essa questão passa a ser fundamental, pois é o transporte que garante o direito de ir e vir de todos. Walter afirma que "a tarifa é um obstáculo ao exercício desse direito, no Brasil por volta de 36% da população anda a pé porque não tem recursos financeiros para pagar a tarifa". Isso faz com que o MPL tenha como motivação a tarifa zero, ou seja, o direito de qualquer um ter acesso ao transporte sem custo.

Quando se fala em motivação é possível dizer que a principal é a Tarifa Zero, a inexistência da cobrança pelo uso do transporte coletivo. Outras questões estão relacionadas a forma de organização do MPL, porque ele é um movimento que não tem estrutura definida, por isso, a adoção do próprio nome. O MPL se diferencia dos sindicatos ou dos partidos porque não tem uma direção unificada, eleita, e que decida pelo próprio movimento. Dessa forma, as decisões são tomadas de forma coletiva, não há quem responda de forma oficial pelo movimento e a atuação se dá em função das demandas da população. De uma forma geral esse movimento tem como prioridade a organização e a formação política da comunidade e dos estudantes.

Walter Takemoto conta que "a luta principal do Movimento do Passe Livre é pelo transporte público como direito social". Desde que o Brasil se tornou república e começou a se utilizar o transporte coletivo de forma organizada no meio urbano, a população luta por um transporte de qualidade e acessível. Na época do Império, por exemplo, houve no Rio de Janeiro a "Revolta do Vintém". Na Bahia, no início do século XX houve o "quebra bondes" quando a população de Salvador depredou dois terços da frota de bondes que circulava na cidade também por conta do reajuste da tarifa. Com isso, é possível observar que quando se trata da história do Brasil, os problemas que a população enfrenta em relação ao transporte coletivo são históricos e fazem parte da luta da população pelos direitos sociais e por melhores condições de vida.

"Esse é um processo nacional. Qualquer cidade mediana hoje no país enfrenta esse problema. O transporte coletivo está integrado ao problema do transporte urbano, da não existência do planejamento urbano nas cidades. A população mais pobre vai morar nos lugares mais distantes e sem infraestrutura e o transporte acaba sendo mais um problema para essa população". (TAKEMOTO, 2015)

Para Walter, isso decorre da especulação imobiliária, da forma como a sociedade se organiza, de onde está o poder econômico e as ofertas de trabalho e estudos, para o líder, esse é um problema comum na história do desenvolvimento urbano. Quando se fala na luta pelo direito ao transporte é possível dizer que isso acontece nacionalmente, e que foi isso que levou, por exemplo, as manifestações de junho a ocorrerem em todo o país. O que faz o MPL ser nacionalmente conhecido, passar a ter reconhecimento e organização em todos os estados são esses problemas que o governo não considera importante que são as questões da reforma urbana e a garantia dos direitos a toda a população e não apenas a uma parcela dela.

Takemoto fala dos motivos que levaram um movimento que existe há oito anos, reaparecer com força e ganhar pauta no país: "O que ocorreu em junho do ano passado foi que o reajuste da tarifa dos ônibus e metrô em São Paulo provocaram uma mobilização que inicialmente seria comum. O que diferenciou dessa vez, foi a violenta repressão policial que ocorreu em São Paulo e em rede nacional". O Brasil viu a polícia machucando jovens, participantes, jornalistas nas ruas de forma brutal, e isso desencadeou a onda de indignação e protestos. Outro fator que Takemoto cita tem relação com o descaso do poder público quando se fala da condição de vida nas cidades.

Até uns anos atrás os meios e formas de disseminação de informação e troca de conhecimento estavam localizados principalmente nas mãos das grandes corporações (televisão, rádio, jornal e revista) com a Internet e a chamada convergência tecnológica, a sociedade passa a ter uma capacidade de comunicação em tempo real, muito mais ágil dos que os meios mais tradicionais. As manifestações de junho, por exemplo, eram transmitidas por meio de links de transmissão via *smartphone* em tempo real, ou seja, qualquer pessoa podia assistir o que estava acontecendo nos protestos. Ao mesmo tempo foram criadas inúmeras comunidades de grupos de discussão, onde se acompanhava onde ia ter

manifestação, qual eram as pautas e os horários. Essa transformação permitiu que as pessoas se organizassem de tal forma que era simples convocar uma manifestação com dez mil pessoas de um dia para o outro.

Durante as movimentações era possível ver diversos avisos de que a rede *wi-fi* estava aberta, o que ajudou ainda mais a otimizar a essas ações. As redes sociais passaram a ter um poder de disseminar informação e promover a organização virtual sem controle ou interferência de partidos ou outras formas de organização. Essa foi uma vantagem que os movimentos passaram a ter através das redes. É importante dizer que as redes sociais não substituem, por exemplo, uma organização nas universidades, escolas e bairros, essa forma de organização pessoal é determinante. Mas as redes de computadores permite contrapor aos meios de comunicação mais tradicionais. Ao tratar das principais mudanças no processo comunicacional levado em conta os movimentos sociais mais antigos e os mais atuais, Walter Takemoto afirma que:

se tomar como exemplo os movimentos sindicais que surgiram pós década de 70, a comunicação se dava de um lado por meio de jornais e boletins produzidos pelos sindicatos, pela presença constante do dirigente sindicais nas portas das fábricas e na organização interna na fábrica pelas condições sindicais que faziam distribuição do material seção por seção, através de reuniões clandestinas, porque eram proibidas e reprimidas pelos empregadores, era um trabalho artesanal e exigia a presença física permanente para que houvesse essa troca de informação .

Hoje em dia o uso das redes sociais e a existência da convergência tecnológica, permite que você possa transmitir mensagens de texto e todos recebam ao mesmo tempo. Atualmente há uma capacidade de contato muito grande do ponto de vista da disseminação que não existia antes. Outra questão importante que deve ser citada é que todos passam a ser produtores de informação e não apenas receptores.

Os meios de comunicação integram a vida social, influenciam na formação do cidadão, que a partir do que é exposto se torna um formador de opinião. A televisão, o rádio, os jornais e agora a *Internet* tem esse papel de ser extensão das organizações tradicionais, sem tirar a importância dessas. Ferreira (11) confirma isso ao explicar que:

esse olhar faz parte de uma preocupação histórica de pensar os meios de comunicação com implicações na melhoria da educação, na consolidação da democracia, na construção da cidadania, mesmo sabendo que tais meios não substituirão a escola, o parlamento, muito menos as inúmeras ONG's e outras entidades com fins humanitários. Porém, a internet é uma espaço que abriga, entre outras, a participação do cidadão, numa sociedade cada vez mais racionalizado e enquadrado num mundo dos negócios.<sup>1</sup>

O que aconteceu em junho de 2013 pode ser dividido em dois momentos: o primeiro foi das lutas específicas do MPL que tem a ver com a questão da mobilidade e da tarifa zero. As manifestações de junho foram importantes porque trouxeram para o debate nacional e ao centro das prioridades do poder público as questões relacionadas a mobilidade urbana. Isso foi uma conquista importante já que mobilidade e transporte nunca foi prioridade do Estado em toda a história. A segunda questão diz respeito às mobilizações em si, as ações de junho apesar de não terem pauta definida, e das pessoas terem ido reivindicar questões, muitas vezes, contraditoras como, por exemplo, aqueles que foram as ruas manifestar a criminalização da homofobia, enquanto tinham pessoas evangélicas, fundamentalistas, contra o aborto, por exemplo. Em um determinado momento se tinha os mais variados motivos. Mas existe algo acima disso que é imprescindível tratar, que é a importância das ruas como um espaço de manifestação e luta social, espaço do direito das pessoas a lutarem por aquilo que consideram fundamental. Dessa forma, as manifestações de junho de 2013 foram importantes, apesar as contradições, o saldo foi positivo porque forçou os governos a priorizarem questões relacionados à mobilidade urbana e transporte, forçou os partidos e sindicatos a reverem as práticas que eles passaram a ter nos últimos vinte anos. As ações de junho mostraram que esses partidos estão envelhecidos na sua forma de representação e não atentem mais os interesses da população. Apresentado o objeto de estudo dessa pesquisa, nessa aproximação do campo, a seguir vão ser apresentados algumas discussões acerca da introdução da Internet, e das consequências que ela gerou no aspecto, social, tecnológico e econômico, tais discussões são importantes para embasar o futuro estudo de caso que será observado nesse trabalho.

### 3.1 REDES EM MOVIMENTO

É um fato que o processo de globalização trouxe mudanças significativas para a sociedade, não apenas estruturais quando se fala em tecnologia e informação, mas além de tudo, mudanças no comportamento e atitude das pessoas. A introdução da *Internet* como ferramenta de comunicação passou a mediar às relações sociais. Ao tratar de meios de comunicação como mediadores dos desejos humanos (CASTELLS, 2013), é importante destacar a *Internet* como um meio mais atual que veio como consequência da globalização. Em *Perdedores Globais*, Robert Kurtz define que “a palavra de ordem hoje é globalização, globalização dos mercados, do dinheiro, do trabalho” (1997). Inicialmente temida por muitos estudiosos, por acharem que sua chegada excluiria meios já existentes, a *Internet* e seus instrumentos, atingem atualmente milhares de pessoas, e alcançou sucesso rápido por suas características como a instantaneidade, o maior intercâmbio de informação e a interatividade. Uma nova forma de se comunicar, essa foi a grande transformação que o advento da *Internet* trouxe para a sociedade.

Filho (2015) trás na sua obra a importância de entender as redes sociais, utilizadas atualmente, a partir do conceito de redes onde para ele o:

principal cuidado ao pensar as redes é ir além de uma análise funcionalista sobre redes, ou seja, buscar entender sua mecânica, mas também seus processos, contradições e conflitos, materialidade e imaterialidade, diacronia e sincronia, etc. para que então possamos associar à nossa compreensão de redes sociais e redes sociais na internet. (FILHO, 07, 2015)

Para o autor Manuel Castells (2001) a idéia é de que as redes tomam maior significado quando é pensada na sua articulação com os movimentos socioespaciais e na própria atualidade, onde as utilização das redes sociais servem para difundir, socializar questões políticas, informações e organização de ações. Castells (2001) explica bem isso ao afirmar que as redes "constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e



cultura.(Castells, 497, 2001). A idéia de redes de Castells se aplica muito a realidade da utilização desse meio nos movimentos sociais da atualidade, na difusão e organização dessas ações.

As redes sociais da *Internet*,é um instrumento que veio possibilitar ainda mais a participação da sociedade nos diversos assuntos em pauta no dia a dia. Levando em conta que esse é um espaço que pode ser visto como democrático onde os cidadãos podem trocar idéias, alguns autores trazem um conceito importante que é o de “Esfera Pública”, uma espécie de lugar especial onde podem ocorrer eventuais trocas de informação de interesses distintos. Mas é preciso deixar claro que apesar dessa instrumentalidade do meio, nem sempre esse espaço é utilizado para o bem comum e pode perder o foco se tornando diversas vezes espaço de embates e disputas pessoais. É importante saber direcionar e definir até que ponto esse espaço está sendo bem aproveitado.

Para Martino:

esfera pública pode ser entendida como um espaço de discussão e ação social formado na interação das pessoas. É um local de conversas no qual assuntos de relevância para a sociedade são debatidos, e também de troca coletiva de decisões a partir da troca de ideias entre cidadãos a respeito de assuntos de interesse social (MARTINO, 2014,90)

Dessa forma, é preciso entender a Esfera Pública não apenas como um espaço físico, mas acima de tudo, como lugar abstrato, formado por essa interação de indivíduos, ou seja, se trata do espaço de debate daquilo que interessa a vida pública. Uma forma para compreender melhor esse termo é aproximar paralelamente as ideias de “espaço público e “opinião pública”. Os espaços públicos são aqueles onde a comunidade pode se reunir de forma livre e falar sobre o que quiserem nas sociedades democráticas esses espaços são caracterizados pela livre manifestação de idéias e opiniões, como a praça por exemplo. De outro lado a “opinião pública”, leva como característica não apenas a opinião do público, como o

próprio nome descreve, mas também todo o conjunto de opiniões discutidas em público, sendo assim, é preciso entender esse termo em outra amplitude. Esfera pública é um conceito que segundo alguns autores como Habermas (1962), está diretamente relacionado à democracia.

Dentro da comunicação e de todos esses processos que estão relacionados a ela, existe um grande intercâmbio de relações sociais e relações de poder. O autor Manuel Castells tem importantes trabalhos que tratam da sociedade contemporânea, levando em conta a presença da comunicação mediada, do espaço virtual e das mídias digitais ele fala em um dos seus livros, "*Sociedade em rede*", (2007) do poder que a Internet exerce, ditando padrões de consumo juntamente com a sociedade capitalista.

Esse conceito da sociedade da informação formulado por Castells, é um ponto importante se tratado de forma histórica, porque ele trata além da sociedade pós-industrial, ele considera que a superação dessa era industrial se deu através das tecnologias assim como do armazenamento e distribuição das informações, o que fez com que o mercado de bens simbólicos tivesse mais importância do que o mercado de bens materiais. Também chamado de modo informacional de desenvolvimento, esse modelo estabelecido através das concepções de Castells (1999), leva esse nome porque a revolução tecnológica foi quem originou o informacionalismo, construindo a base material dessa nova sociedade, onde valores como o da liberdade individual e da comunicação aberta se tornaram supremos. Para Castells (1999) nesse novo modo, as tecnologias tem destaque em todos os segmentos sociais, isso faz com que se entenda essa nova estrutura social, da sociedade em rede, e atrelado a isso, da configuração de uma nova economia também, onde a tecnologia de informação é a ferramenta principal quando se fala da manipulação das informações e da própria construção do conhecimento pela sociedade.

Com essa grande transformação, os valores sociais foram modificados e a supervalorização agora é de ordem material e mercadológica. Quem tem mais poder e capital está sobre os menos favorecidos.

Ha pouco tempo a sociedade viveu uma convocação em massa através das redes sociais. Essa convocação acabou derrubando um monopólio dos meios de massa já existentes, mas apesar disso é importante frisar alguns problemas decorrentes do uso das redes: O primeiro problema está ligado ao fato desse meio poder ser considerado indiferenciado, ou seja, lugar onde pode-se apresentar desde o espetáculo até uma causa mais social e localizada como foi o caso da repercussão com o caso das tarifas de transporte no Brasil. O segundo problema tem relação com uma espécie de dimensão mágica que a Internet pode apresentar, dessa forma, se vê esse meio como um espaço onde basta apenas um click ou apertar um botão para que tudo aconteça. Com a falta de um controle real sobre esse meio, essa forma quase mágica traz a tona de forma profunda à sociedade, alguns recursos difundidos pelos meios de comunicação, que é a ideia de satisfação imediata dos desejos, sem qualquer mediação, uma ação voltada para a sociedade de consumo. O Brasil ainda não tem um marco regulatório sobre os meios de comunicação. Recentemente na Argentina foi declarado constitucional a Lei de Meios, que prevê diretrizes e normas para os meios de comunicação audiovisuais do país. Enquanto isso no Brasil, essa pauta fica restrita aos movimentos sociais que reivindicaram a democratização dos meios que hoje estão localizados nas mãos de poucos grupos economicamente fortes. De acordo com os dados da pesquisa realizada pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande d Sul ( UFRGS), hoje o Brasil tem 9.477 veículos vinculados a 183 grupos nacionais e regionais. Cerca de 25,56% desses, tem relação com pelo menos uma das 54 redes de rádio e televisão existentes no Brasil. Ainda de acordo com as informações da pesquisa, existem 34 redes nacionais de TV, com 1512 veículos associados, dentre eles 20 redes de rádio com amplitude AM e FM. A conclusão foi de que “em termos de veículos, ficou patente a desigualdade regional. Quase 50% dos 9.477 veículos estão localizados na região Sudeste, que atrai 61,5% da receita publicitária do meio TV, gera 56,8% do PIB brasileiro e possui mais da metade do Índice Potencial de Consumo (IPC) do país. Ao mesmo tempo, estes quatro estados têm a menor grau de dependência com as redes nacionais de rádio e TV. Apenas 21% dos veículos relacionam-se com os conglomerados a partir da afiliação”. A questão de proibir a concentração dos meios de comunicação foi um dos temas tratados pelas reivindicações dos movimentos organizados no Brasil,

essa pauta está presente na (PL303) discutidas no relatório final da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, que aconteceu em 2009 em Brasília.

Como consequência de uma sociedade cada vez mais consumidora e com a mercadoria centralizada cada dia nas mãos de poucos, o Brasil passou recentemente por uma série de insatisfações que culminaram em ações sociais desencadeadas em junho de 2013 com manifestações contra o aumento da tarifa no transporte público. As redes sociais são um instrumento fundamental para disseminar os movimentos e as insatisfações que a sociedade vive atualmente. Ela trabalha com sua possibilidade de conectar redes simultâneas e em questão de segundos disseminar notícia e informações através da *Internet*. Essas movimentação ganham dimensão nacional e a *Internet* foi o principal meio de convocação, organização e participação das massas.

Esse é um novo cenário vivido, composto dos meios de massa tradicionais e de ambientes digitais, que possibilita uma nova forma de comunicação chamada por Castells (2013) de “autocomunicação de massas”. Castells explica esse termo e diz que considerar “de massas” significa dizer que o meio pode alcançar, milhões de pessoas, não exatamente ao mesmo tempo, mas uma rede se conecta a muitas outras que acaba chegando em todo mundo. O prefixo “auto” é explicado pela característica de autonomia na emissão, criação e recepção das mensagens. Sendo assim, é possível dizer que a capacidade de encontrar informações não tem limite e que os critérios de busca deixam de ser tecnológicos e passam a ser intelectuais e mentais. Na obra *Redes de Indignação e Esperança*, Castells (2013) defende que apesar destes movimentos terem começado na *Internet* eles não são essencialmente digitais, de forma que apenas se tornaram visíveis quando passaram a existir nas ruas. Essa afirmação teórica tem relação direta com a pergunta empírica aqui estudada, no momento em que foi possível observar na prática que os movimentos de 2013, por exemplo, só ganharam verdadeira repercussão e visibilidade, no momento em que se materializou através das centenas de pessoas que foram as ruas, ou seja, o movimento só se tornou efetivo com a participação física das pessoas.

Foi através dessa grande movimentação social que se passou também em outros países que ficou ainda mais evidente para a opinião pública em geral o papel

desenvolvido pela *Internet* como meio de comunicação e das próprias tecnologias digitais, que resulta num processo de novas formas de sociabilidade, de identidade e da presença de um novo comportamento político e social. As mudanças trazidas pela grande convergência tecnológica teve reflexos na sociedade, na economia e na comunicação propriamente dita. A sociedade teve que se adaptar a essa nova forma de se comunicar e se relacionar, a chamada Sociedade em Rede por Castells (1999) vive a era da informatização, onde tudo está em volta da tecnologia, inclusive a economia que hoje tem como fonte primária de trabalho as novas tecnologias. A supervalorização do ser, a transição da comunicação de face a face para agora mediada e as novas relações sociais são exemplos dessas mudanças.

O tópico a seguir apresenta de que forma ocorreu o advento da Internet, trazendo o conceito de comunicação e os interesses que permeiam a comunicação no contexto de uma realidade capitalista.

#### **4. A COMUNICAÇÃO A PARTIR DA INTERNET: OS INTERESSES DE UMA SOCIEDADE CAPITALISTA**

No campo acadêmico e suas variações, encontra-se a comunicação. Um termo que estuda os processos comunicacionais midiáticos e humanos. É pela comunicação que se oferece todo o intercâmbio de informações entre sujeitos e pessoas, em um processo que envolve a troca de conteúdos e as diversas maneiras de comunicar, como a conversa face a face e a comunicação gestual. Num estudo bastante amplo, como todos desse processo, da comunicação, sua aplicação é ainda maior. Hoje, é importante pensar na comunicação integrada aos seus novos processos que envolvem, por exemplo, os sistemas híbridos de linguagem midiática e as redes colaborativas.

De forma histórica o termo comunicação ganhou repercussão apenas no século XX, esse conceito sempre esteve muito vinculado a outras áreas de conhecimento como a antropologia, a história, a sociologia, mas hoje pode ser

pensada separadamente. Se tratando de um sentido mais estrito a comunicação é entendida apenas como intercâmbio ou troca de informação através de um canal

Mas as transformações não pararam por ai, após a criação da escrita, surgiram novas formas de comunicação, dessa vez mediadas, essa foi a grande consequência dessa revolução tecnológica que trouxe os meios de comunicação para a vida social. Primeiro o rádio, depois a televisão e por fim a *Internet* que veio revolucionar a história da comunicação. Levando em conta as transformações nos processos comunicacionais, que antes eram face a face, é importante dizer que hoje estes são mediados através dos meios de comunicação.

Comunicar é tornar possível que homens reconheçam outros homens em um duplo sentido: reconheçam seu direito a viver e pensar diferente, e reconheçam a si mesmos nessa diferença, ou seja, que estejam dispostos a lutar a todo momento pela defesa dos direitos dos outros, já que nesses mesmos direitos estão contidos os próprios (MARTÍN-BARBERO, 2003, 63).

Assim como a comunicação humana passou por uma série de mudanças, que foram da comunicação gestual à escrita, a inserção da *Internet* também é derivada de um processo histórico que teve um âmbito internacional, até a chegada desse meio no Brasil. Inicialmente o grande marco da história desse meio foi em 1969 quando a Agência de Pesquisa e Projetos Avançados (ARPA) uma conhecida organização norte-americana criou uma rede nacional de computadores chamada Arpanet, essa rede tinha como principal objetivo a garantia da comunicação dos Estados Unidos, entre operações militares, que aconteceram no período da "Guerra-Fria". Houve dessa forma, um aumento considerável do tráfego de informação, com a criação dessa rede, onde os usuários se comunicavam de forma muito rápida e com a possibilidade de inclusão de novos usuários, em grande maioria universitária e pesquisadores, que trocavam muitas informações. O grande foco da Arpanet era a serviço de informação militar.

Com esse ponto inicial na *Internet* vai se desenvolvendo e envolve cada vez mais pessoas. No ano de 1986 a Fundação Nacional de Ciência (FNC) contribuiu de forma significativa para a expansão desse meio e desenvolveu uma rede capaz de conectar em todo país pesquisadores em grandes centros de informática e de computadores, essa rede chamada NSFNET, tinha mais de 80 países até 1990. O final dos anos 80 tinha um cenário bem determinado formado por uma série de computadores interconectados, mas apenas em laboratórios de pesquisa e centros acadêmicos. Pollyana Ferrari afirma que " o cenário do final dos anos 80 era este: muitos computadores conectados, mas principalmente computadores acadêmicos instalados em laboratórios e centros de pesquisa. A internet não tinha cara amigável que todos conhecem hoje, era uma interface simples" (2009, 16).

Ao mesmo tempo que a Arpanet se expandia e seus serviços de comunicação ganhavam notoriedade, outro grupo criava um sistema que ficou conhecido no mundo inteiro, era a World Wide Web (WWW), uma rede de abrangência mundial ainda hoje utilizada. Essa rede era baseada no hipertexto, ou seja, na interconexão de textos e de páginas e nos recursos da *Internet*. Em 1989 Tim Berners Lee, engenheiro no laboratório Europeu de Física de Partículas (CERN) um dos mais importantes centros para pesquisas avançadas em física nuclear e de partículas, propôs o WWW e a partir desse momento a rede começou a se configurar com novas características, principalmente quando se trata da parte visual e design.

Segundo Martino (2014,13) no Brasil é possível dizer que o ponto de partida da *Internet* está por volta de 1994-1995 quando a rede começa a ganhar um espaço maior no dia a dia das pessoas. A facilidade na compra de computadores faz com que as pessoas tenham cada vez mais acesso, já que como afirma o autor até os anos 1990 computadores pessoais eram quase que inacessíveis por parte da população.

Este trabalho em especial vai tratar da *Internet*, como meio de comunicação e transformação social, "as tecnologias digitais transformaram a organização espaço-temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, novos modos de relação social e novas formas de relacionamento com os outros e conosco" (CASTELLS,2013,281). A *Internet* é um meio de comunicação e interação social que tem como principais características a interatividade, a multimídia e a

hipertextualidade, segundo Castells (2013, 245) “a internet tem uma geografia própria”, porque ela altera a noção de espaço já existente e cria um novo espaço com usuários e temas interligados uns aos outros. Ainda é possível entender a *Internet* como um grande sistema de computadores que ficam interligados entre si, em nível global e que funcionam como emissores e receptores de informação. Para Lemos:

Podemos dizer que a Internet não é uma mídia no sentido que entendemos as mídias de massa. Não há um fluxo- todos e as práticas dos utilizadores não são vinculadas à uma ação específica. Por exemplo, quando falo que estou lendo um livro, assistindo TV ou ouvindo rádio, todos sabem o que estou fazendo. Mas quando digo que estou na Internet, posso estar fazendo todas essas coisas ao mesmo tempo, além de enviar e-mail, escrever em blogs ou conversar em um chat. Aqui não há vínculo entre o instrumento e a prática. (LEMOS, 2003,04)

Como consequência dessa nova forma de comunicação surgiram atrelados a esse novo meio as chamadas “redes sociais” que no Brasil ganham espaço rapidamente a partir de 1995 através dos computadores e futuramente dos *smartphones* e outros equipamentos digitais. Com toda essa evolução e desenvolvimento há a necessidade de tratar o que são essas novas mídias e as redes sociais.

Esse termo não é atual como se imagina, na verdade, já existiram na história algumas redes sociais consideradas complexas, mas a tecnologia fez possível criar a partir desse termo uma nova forma de organização social, “exatamente como uma rede de computadores conecta máquinas, uma rede social conecta pessoas, instituições e suporta redes sociais” (WELLMAN, 2002 apud RECUERO, 2009), ao tratar de estrutura social, é o mesmo que se referir a forma com que cada um está inserido dentro dos sistemas *on-line*. Para Raquel Recuero:



Rede social é gente, é interação, é troca social. É um grupo de pessoas, compreendido através de uma metáfora de estrutura, a estrutura de rede. Os nós da rede representam cada indivíduo e suas conexões, os laços sociais que compõem os grupos. Esses laços são ampliados, complexificados e modificados a cada nova pessoa que conhecemos e interagimos. (RECUERO, 2009,29)

Um espaço de troca e intercâmbio de informação e ação social. O autor Martino em concordância explica em outras palavras essa definição "redes sociais podem ser entendidas como um tipo de relação entre seres humanos pautados na flexibilidade da sua estrutura e pela dinâmica entre seus participantes" (2014,55). O autor ainda afirma que mesmo que antiga essa idéia de rede, que estava presente nas ciências humanas, hoje com a força tecnológica e o auxílio das mídias digitais houve um entendimento mais significativo do termo, que entre outros elementos pode ser definida a partir de um caráter horizontal onde não há uma hierarquia.

De forma histórica existem diversos tipos de organização social, a família, a religião, a escola, cada uma determinada por uma especificidade de vínculo ou laço social. Nas redes é preciso levar em conta que esses laços são caracterizados por serem menos rígidos, de uma forma geral feito de temas e valores compartilhados, mas sem a mediação das instituições. Martino afirma que o termo redes sociais "é um conceito desenvolvido nas Ciências Sociais para explicar alguns tipos de relação entre pessoas. O uso da noção de 'redes sociais' no ambiente da *Internet* significa transpor um modelo de análise social para o virtual, o requer algumas mudanças no conceito" (2014, 55).

É possível afirmar que cada rede social é dotada de uma dinâmica diferente, tal dinâmica está associada com a estrutura tecnológica onde ocorre essa interação social. A lista de e-mails é um bom exemplo de rede social, um pouco mais antigo, esse método é considerado mais lento do que as redes sociais dos celulares por exemplo. Quando se trata dos vínculos entre usuários das redes, é possível dizer que eles tendem a ser fluidos e flexíveis e que variam e se estabelecem de acordo

com a necessidade de cada um. Dessa forma pode-se entender a característica de flexibilidade nesse meio, já que os laços podem mudar de dinâmica e forma de acordo com as necessidades daquele que usa. De uma forma mais clara é importante entender as redes sem a rigidez de instituições sociais como família e religião. Sendo assim, as pessoas podem migrar ou se manter nessas conexões sem qualquer tipo de dano maior.

Martino ao tratar das redes sociais e das sociedades em rede afirma que uma rede pode ser um conjunto de pontos ou nós entre ligados, ou seja, elementos que se comunicam entre si. Por esse motivo toda rede “é uma estrutura complexa de comunicação, no qual os vários nós interagem em múltiplas ligações” (MARTINO, 2014, 100). É possível dizer que em uma rede social cada indivíduo é um nó e que a interconexão entre os nós é característica fundamental para o funcionamento da rede. De acordo com esse autor a organização em rede é composta por três características principais. A flexibilidade, que é a capacidade de tornar maior ou menor o número de conexões; a escala, que é a habilidade que a rede tem de mudar de tamanho sem alterar suas características principais e a sobrevivência, que está ligada ao fato da rede poder operar em vários tipos de configuração por não terem um centro de controle.

As redes são estruturas que estão sempre abertas e em movimento, ela tem sua forma modificada constantemente de acordo com suas características específicas. É importante entender a noção de movimento para entender isso. Essa variação está diretamente ligada ao número de pessoas que conecta uma página e o grau de participação dos usuários que podem mudar de uma hora para a outra. As fronteiras das redes são definidas pelas conexões entre esse nós e os limites estão sempre mudando.

Atualmente existem diversas redes sociais que não cabe aqui enumerar. A cada dia mais usuários utilizam essa forma para trocar informações e compartilhar interesses em comum.

Hoje se pensar na contemporaneidade é possível dizer que a sociedade está marcada por uma característica que é importante citar: a grande centralidade que a informação tem assumido, a partir das novas Tecnologias de Informação e

Comunicação (TIC), principalmente depois da introdução da Internet, e isso conseqüentemente, acaba desencadeado uma série de mudanças de cunho econômico, social, e cultural. Apesar disso, é importante ter cuidado ao tratar dessas transformações já que elas estão sempre em transformação, a medida que a Internet é redefinida quanto ao seu espaço e alcance. Dessa forma, é necessário ter cautela ao apresentar conclusões acerca do assunto que está a todo momento sendo construído.

Apresentada como meio de comunicação, e não muito diferente de outros meios como as redes de televisão, a Internet, também é afetada por interesses que envolvem o sistema capitalista, onde muitas vezes os fatores financeiros permanecem. Não é segredo que as maiores redes de televisão do Brasil pertencem a determinados grupos ou famílias que centralizam a comunicação. E isso afeta de forma significativa as pautas que vão surgindo. As maiores emissoras são mantidas em grande parte das vezes pela rotatividade comercial. Tudo está envolto de um grande interesse capitalista, onde quem tem mais capital financeiro, pauta o que pode ou não ser divulgado.

Não apenas no processo de comunicação, os interesses capitalistas têm raiz nas tecnologias de informação, nessa produção massiva, e nessa idéia impregnada pelo capital de que esses produtos pelo alto valor financeiro têm benefícios indispensáveis à vida da sociedade. Essa é a base social de consumo vivida atualmente, onde os interesses e as relações sociais são mediadas a partir disso. O grande suporte da comunicação está no consumo, e isso pode ser visto não apenas através dos contratos comerciais de publicidade, mas através do próprio jornalismo impresso ou eletrônico.

Atendendo as características de uma sociedade cada vez mais capitalista, as tecnologias também estão a cada dia se tornando mais independentes da vontade humana, ou seja, existe uma relação de dominação onde a tecnologia que é produto do homem ganhou um espaço tão grande quase superior a racionalidade humana, isso caracteriza ainda mais o individualismo fator marcante dessa sociedade movida pelo capital.

Essa é uma realidade tão presente que nem a Internet que é considerada um meio mais democrático está isenta disso, já que algumas vezes ela reproduz o conteúdo das grandes emissoras e filtra pautas a depender dos interesses defendidos. É nesse momento que novos atores sociais se articulam através de grupos virtuais para defender pautas de cunho social, materializadas através dos movimentos sociais.

Nesse momento essa pesquisa apresenta um panorama dos movimentos contemporâneos e sua relação com a Internet no mundo.

## **5. OS MOVIMENTOS CONTEMPORÂNEOS E A INTERNET NO MUNDO**

Não apenas o Brasil foi palco de movimentos sociais se pensarmos na contemporaneidade, e levando em conta isso é possível observar de que forma as redes sociais atuaram se analisar os movimentos mais recentes. As jornadas de Junho, assim como ficou conhecida as ultimas manifestações no nosso país, não surgiram de forma isolada, mas foi resultado de um processo histórico anterior que teve como marca as grandes revoltas populares ao redor do mundo. Por esse motivo é importante contextualizar tais revoltas para compreender em que contexto surgiram as manifestações de junho de 2013 no Brasil.

Sanfelice (2014) Explica que existe um esforço teórico para compreender o que foram as jornadas de junho e muito se tem falado desde então, na tentativa de explicitar o que realmente aconteceu naquele período e trás na sua obra essas indagações:

as Jornadas de Junho (2013), denominação que se passou a dar às manifestações que levaram milhões de pessoas às ruas e praças de todo o Brasil, converteram-se, de imediato, em um grande desafio para a interpretação de inúmeros intelectuais. Sucederam-se análises de toda ordem e que, por serem feitas no imediatismo dos fatos, necessariamente se constituem em provisórias. Mas, o esforço para se compreender as ocorrências não pode ser minimizado, mesmo que ele esteja quase sempre acompanhado de um certo ar de surpresa. Parecia que a sociedade brasileira caminhava razoavelmente bem. Tínhamos sobrevivido de forma não muito traumática às crises do capitalismo mundial e, estávamos em plena

preparação para sediarmos a copa mundial de futebol. Aqueles carros e ônibus incendiados, aquelas fachadas de instituições financeiras estilhaçadas, as lojas de autos depredadas, as fogueiras pelas ruas, a luta de pedras e bombas entre manifestantes e policiais, as pessoas feridas e presas, enfim, qual era o significado disso tudo?( SANFELICE,04,2014)

É importante dizer que a configuração da política em escala mundial nos últimos dez anos foi culminante nessas revoltas que tomaram as ruas de diversos continentes. Existem alguns fatores que são comuns nesse processo de revolta mundial, pontos presentes até hoje. O primeiro deles se explica através das recorrentes crises do próprio sistema capitalista, que foi acentuado com a crise mundial em 2008, os efeitos desses problemas estão refletidos na condição de vida da sociedade especialmente na Europa. Outro fator determinante foi a grande opressão econômica e social das camadas inferiores e da juventude, que historicamente foi promovida pelos diversos regimes de poder, alguns deles seguidos por pessoas da mesma família, sem nem um tipo de eleição ou escolha democrática, e com o apoio de países que exercem a hegemonia no cenário político do mundo. Então é importante deixar claro que todos esses fatores contribuíram para uma grande tomada de greves e protestos, esse período chegou a levar a queda de governantes em diversos países.

Não dá para falar em movimento social no mundo sem lembrar as ações no mundo árabe que aconteceram em 2010 e ficou conhecida como “Primavera Árabe”, na ocasião ocorreu uma onda de manifestações iniciadas na Tunísia, que se espalhou para os estados do Egito, Bahrein, Iêmen, Líbia e Síria e que foram caracterizados por resultados distintos. O mundo árabe é composto por 21 estados que tem em comum o idioma e a religião Islâmica. Dentre esses estados que estiveram presentes nas manifestações vai ser dado um destaque maior para a Tunísia e o Egito, regiões mais noticiadas. Na Tunísia o grande palco dessas ações aconteceu nas praças “Mohamed Bouazizi” que fica localizada numa região pobre no centro-oeste da Tunísia, e na Praça Tahir, no Cairo. Os grandes motivadores dessa revolta na Tunísia em 2010 foram principalmente o autoritarismo político, a grande repressão, os conflitos religiosos e a crise econômica. Todos os acontecimentos mostram a dificuldade e a complexidade de um regime democrático, pensando na fragmentação social, no conflito entre os poderes políticos e religiosos,

a falta de clareza nos projetos das lideranças e a questão da tendência da islamização da sociedade, com uma política bastante sufocada pela religião.

Ao tratar da relação dos movimentos sociais contemporâneos, Filho (2015) observa que:

a organização de manifestações e a divulgação/circulação de informações realizadas nas manifestações na Espanha, Portugal, Islândia, Itália e Grécia, as revoltas que compuseram a primavera Árabe, Occupy Wall Street, e as manifestações realizadas em Junho e Julho de 2013 no Brasil, sobretudo, referentes à elevação da taxa de tarifa de ônibus têm em comum na sua organização e difusão de informações o uso de redes sociais tais como Facebook, Twitter e Youtube. Não muito distante, podemos observar a relação direta entre o uso das redes sociais e atuação dos novos movimentos que tem despontado recentemente. (FILHO,11, 2015)

Em julho de 2013 um marco fez com que milhares de pessoas fossem às ruas protestando contra o governo, quando mais um político da oposição foi assassinado. No final desse ano ainda persistia uma grande crise político- institucional e econômica. Em 2014 protestos contra o aumento dos impostos fizeram centenas de pessoas irem às ruas de Túnis e de outras cidades do país. O cenário foi de uma grande briga misturando política e religião, assassinatos de líderes e ao mesmo tempo da construção de uma nova Constituição.

É importante destacar a importância do papel que a Tunísia teve na onda de revoltas no mundo árabe. A “Revolução do Jasmin”, como ficou conhecida fez com que outros países árabes se inspirassem no movimento da “Primavera árabe”, como o Egito por exemplo.

De acordo com Maria Gloria Gohn (2013), autora que analisa em alguma de suas obras os movimentos sociais contemporâneos, “ no Egito, o mais importante país do mundo árabe, uma grande mobilização popular levou a derrubada do dirigente Mubarak, no poder por 30 anos [...] Eles promoveram atos públicos e ocupações na praça Tahir”. A Praça Tahrir foi local de dois grandes protestos históricos: em 1977 conhecida como “Revolta do Pão” e em março de 2003 com os protestos contra a Guerra do Iraque.

No Egito dois movimentos foram importantes, o Movimento Egípcio pela Mudança, resultado de uma aliança entre marxistas, islamistas e liberais e o Movimento 6 de abril, que ficou marcado por ser um movimento de universitários (2008), que tinha como líder Ahmes Maher e que utilizaram o poder da Internet e do Facebook para fortalecer as mobilizações. É importante pontuar que o movimento

egípcio cresceu a partir de 2010 por conta da revolução virtual, operadas pelas mídias ou rede sociais:

Em 10 de junho 2010, Wael Ghonim, ao ver no Facebook um jovem ser espancado até a morte por forças de segurança de Mubarak, criou uma página no Facebook: Kullena Khaled Said (Somos todos Khaled Said). O site obteve em dois minutos 300 seguidores, e em três dias 100 mil ciberativistas. (Gonh, 103, 2013)

Essa é a força que as redes sociais exercem, a de mobilizar, de atingir centenas de pessoas em um tempo muito reduzido, de chamar a atenção e tornar público. O poder de interconectar as pessoas através de um fato ou da história, através de computadores, de smart phones e, com isso, fazer o fato ganhar uma repercussão nunca antes imaginada.

Na Tunísia no ano de 2011, após a derrubada do governo, uma marcha foi organizada através da Internet e cerca de 15 mil pessoas estavam presentes na praça Tahrir, nesse momento, os protesto já estavam espalhados por todo país, numa tentativa de conter os manifestantes o governo bloqueou a Internet e as redes móveis do país, com isso, a concentração de manifestantes foi na praça Tahrir que chegou a reunir em fevereiro de 2011 mais de dois milhões de pessoas na Marcha de um Milhão para ocupar Tahrir. O resultado após 18 dias de intenso protesto foi a renúncia de Mubarak, que permanecia há 30 anos no poder.

o relatório sobre mídias sociais publicado em junho pela Dubai School of Government mostra dados que ilustram a influência da Internet na Primavera Árabe. Segundo o documento, nove a cada dez tunisianos e egípcios afirmaram ter usado o Facebook para organizar protestos ou disseminar seu conhecimento sobre as marchas (COSCELLI apud GONH, 104, 2013)

Na Síria também foram vistos os resultados da Primavera Árabe (2011), quando grande parte da população tomou as ruas em protesto pela queda do regime de Bashar al – Assad, que cumpria a sucessão do seu pai desde 2000.

os manifestantes foram massacrados pelas tropas do regime de Assad, o que levou a oposição a criar o Exercício Livre da Síria, e conseqüentemente

a uma guerra civil que persiste ainda hoje, em uma conjuntura política e socioeconômica do povo sírio com a correlação de forças entre as variadas facções político-religiosas do cenário do país, além dos interesses da comunidade internacional e de países vizinhos (NETO, 2013, 21)

Os efeitos dessa grande insurgência ainda são vistos nos países da região, e representou um marco importante e uma grande repercussão. Nesse momento é importante dizer que não é possível afirmar quais as conseqüências dessas ações dos países do Oriente Médio nos movimentos do Brasil, mas é fato que gerou uma fonte de indignação no mundo que podia ser vista também nas manifestações brasileiras.

Outro movimento contemporâneo importante aconteceu na Espanha e ficou conhecido como 15M (Movimento 15 de Março). Esse foi um dos movimentos que atraiu maior atenção da mídia internacional, Madri, Barcelona e Valência foram os principais locais das manifestações, que aconteceram em 17 cidades do país. O 15 M ficou assim conhecido em referência a data de início das mobilizações em 2011, quando através de uma grande convocação feita pelas redes sociais, milhares de pessoas se reuniram em sessenta cidades espanholas, “não foram os sindicatos ou partidos que convocaram as manifestações, foram os cidadãos” afirma Gohn (2013). Através das redes todo o material oriundo das manifestações foram disseminados, em Madrid fotos e vídeos que registravam a grande repressão policial se espalharam rapidamente ajudando a convocação para os protestos.

Uma das principais motivações do 15M foi contra a política de austeridade do governo com os grandes cortes salariais, aposentadorias, fechamento das escolas e cobranças em tratamentos de saúde, as manifestações foram uma espécie de resposta da sociedade a tudo isso.

Não pode se falar em movimento contemporâneo no cenário mundial e a atuação da Internet sem citar o *Occupy Wall Street*, que foi convocado pelas redes e mídias sociais, onde grupos disparavam emails com as convocatórias para as assembléias. Dentre as pautas de reivindicação o movimento incluía questões como a desigualdade social, o alto índice de desemprego, a corrupção, a busca por lucro por grandes corporações financeiras, entre outras.



Uma boa parte dos ocupantes era formada por voluntários convocados pelas mídias sociais, que aderiam ao acampamento organizado o setor de alimentação, ou setor de limpeza e cuidados com banheiros químicos, recolhimento de doações, comitê de saúde com médico para atendimento, centro de mídia e publicidade (nos quais postar e-mails e fotos e produzir vídeos eram atividades centrais). (GOHN,2013,127)

Esse movimento ganhou grande visibilidade e logo se espalhou por várias cidades dos Estados Unidos, como Los Angeles, San Francisco, Oakland, na Califórnia, entre muitas outras num total de 147 cidades em 45 estados Americanos. Muitas páginas virtuais foram se formando nas redes sociais, com centenas de usuários como, por exemplo, a @OccupyWallSt, no Twitter. Após o surgimento, o *Occupy* se espalhou por 900 cidades em todo o mundo, em 82 países, como em Frankfurt, considerado coração financeiro da Europa. Essa disseminação formou uma rede chamada *Occupy Together*, com o objetivo de reunir pessoas e aumentar os colaboradores. Em Wall Street o desfecho foi em novembro de 2011 quando manifestantes foram desalojados pela polícia.

Existem semelhanças que podem ser apontadas entre o movimento Occupy e os protestos vividos no Brasil posteriormente. Um deles é a grande crítica quanto ao sistema capitalista, que atua privilegiando instituições financeiras e a classe dominante em troca de um aumento da desigualdade social e do agravamento da pobreza; outra questão gira em torno da falta de uma pauta de reivindicação direcionada, ou seja, as grandes demandas de temas e assuntos nos protestos, como foi possível ver de forma presente no Brasil. Segundo Neto (2013), algo em comum entre ambas movimentações está :

no espontaneísmo das atividades e a busca por horizontalidade nas instancias formadas pelo movimento e a propaganda do ideário do movimento e de denúncias de abusos do aparato policial, por meio de mídias alternativas e redes sociais, como o Facebook (2013, 22)

No cenário mundial as redes tiveram um papel significativo, atuou ajudando a massificar os movimentos, a agregar mais pessoas e disseminar as ações dos protestos. Isso elevou o alcance dos movimentos, pautou muitas vezes as mídias tradicionais e chamou a atenção das lideranças mundiais.

Com a urbanização e a globalização, os movimentos sociais mais contemporâneos tem adquirido muito dinamismo e criatividade, oferecendo um contorno diferente frente à sociedade. Com o poder da comunicação cada vez maior, há cada vez mais pessoas fazendo parte desse exercício de cidadania. É importante salientar que a grande diferença em relação aos movimentos sociais não contemporâneos é a atuação das redes, que em diferentes níveis possibilitam novas maneiras de comunicação. O mundo foi modificado estruturalmente através dessa sociedade em rede com a transformação definitiva das ações coletivas que hoje vive um novo ativismo, onde há a criação de redes de solidariedade, com isso, o poder que antes era centralizado e homogêneo hoje é bem mais distribuído. A horizontalidade, entendida como ação descentralizada, tomou conta desse ativismo e atualmente cada vez mais pessoas de diversos lugares do mundo se encontram nessa virtualidade com suas causas em comum.

As lutas contemporâneas dos movimentos sociais vêm a cada dia a ampliação e modificação dos seus lugares de atuação, onde a união desses conjuntos potencializa de forma significativa ações que antes eram impossíveis de serem executadas. Com as redes sociais, a facilidade de acesso faz com que cada vez mais pessoas se tornem parte dos movimentos sociais, onde cada ator tem sua individualidade de pensamento mas que trabalham de forma que as decisões que são tomadas em conjunto coloque em funcionamento as mobilizações. É a Internet a ferramenta principal para essas novas redes de lutas sociais, em uma luta constante por causas comuns sem contato físico. Foi através desse novo meio que a atualidade presencia a formação de novos cidadãos, que atuam com mais liberdade de se expressar e na maior possibilidade de serem ouvidos

A utilização da Internet pela sociedade é fundamental porque ela se tornou . essencial para a comunicação e a disseminação de informação. Por causa dos novos instrumentos fornecidos pela rede, os movimentos sociais se articulam e pautam nesses espaços virtuais que são bem amplos, questões que inicialmente não são apresentadas pela mídia tradicional.

## **6. A BUSCA DOS DIREITOS NOS GRITOS DA RUA: Categorias teóricas: Democracia, cidadania e direitos fundamentais**

Os movimentos que explodiram no Brasil principalmente nos últimos três anos são prova da insatisfação da sociedade que tem que lidar todos os dias com a falta de tudo que é necessário para viver de fato a garantia dos seus direitos. Os gritos que foram ouvidos em todas essas manifestações, eram desejos por cidadania e igualdade. Em uma busca por um Brasil que não viva apenas das lógicas focalizadas, entendendo-as como uma espécie de favor que o Governo oferece. O que pôde ser visto nas ruas foi uma sociedade que busca além de mudanças estruturais uma transformação ideológica.

Tudo começou quando em abril de 2013, quando centenas de manifestantes protestaram o aumento das passagens em Porto Alegre, no Sul do País, gerando uma repercussão que fez a prefeitura suspender a medida. Durante aquele período houve uma adesão popular das manifestações, onde os protestos se tornaram mais sólidos e os moradores do Sul se mostravam firmes as suas reivindicações. O autor Ruy Bittencourt de Almeida Neto (2013) afirma que:

naquele momento, fica visível que não mais se tratava de ativistas sociais de Porto Alegre buscando conscientizar o conjunto da população por meio dos protestos; então o conjunto povo de Porto Alegre havia sido, finalmente convencido de ir às ruas lutar por seus direitos (NETO, 32, 2013)

Em São Paulo, os trabalhadores começaram no dia 7 de julho protestos contra o aumento da tarifa do ônibus. Mesmo com toda a repressão sofrida pelos manifestantes, que muitas das vezes, foram tratados pela polícia e pela mídia como vândalos e marginais, essas ações se propagaram e tomaram força em diversas capitais, subúrbios e periferias do país. Com pouco tempo a luta que inicialmente tinha como pauta as tarifas do transporte público geraram centenas de

manifestações contra os megaeventos programados para o País, fazendo com que a Copa das Confederações que acontecia naquele momento, antecedendo a Copa do Mundo no Brasil, se tornasse palco para uma massa de protestos.

A polícia que tratava da ordem em ocasiões como a abertura da Copa das Confederações e da inauguração do novo Maracanã, estava orientada a sumir com qualquer pessoa que causasse desordem ou risco de estragar a festa. Frente a essa multidão de junho a esquerda do governo tratou de encontrar um discurso que classificasse os atos como golpes, arruaça e vandalismo. Os jovens adeptos ao *Black Bloc* foram a cada dia mais criminalizados. Jornais de grande repercussão como o *Globo* do Rio de Janeiro, por exemplo, chegaram a usar o termo "facista" nas suas publicações, para classificar esses atores sociais. No início de 2014 na tentativa de prevenir novas manifestações, o Ministério da Justiça , anuncia a criação de "Centrais de Flagrantes", para julgar "on line" os manifestantes que foram presos, assim como. a criação de um efetivo de 10 mil policiais da Força Nacional, em uma forma visível de opressão.

assim, em outubro de 2013, os poderes constituídos decidiram, no nível federal, em São Paulo e no Rio de Janeiro, optar pela repressão. Em São Paulo, chegou-se a esboçar a Lei de Segurança Nacional, tentando dar nova vida ao cadáver da velha ditadura. No Rio de Janeiro, com a proverbial malandragem carioca, esperaram a sansão presidencial da, mas nova ferramenta repressiva, para proteger a "nova ditadura" (CAVA, COCCO, 2014, 27)

O Brasil vive uma crise estrutural que é grande e existe há certo tempo. Ha de fato a necessidade de grandes mudanças na organização econômica, institucional e social. As manifestações ocorridas em junho de 2013 são de certa forma resultado dessa crise, no capital e no Estado, onde não existe uma forma igualitária de distribuição de riqueza nem uma atuação estatal que resolva todos os problemas econômicos e estruturais do país, que foram a fonte de inspiração, ou melhor dizendo, de indignação que levaram os jovens brasileiros as ruas naquele momento.

Os atores sociais são parte integrante de todo esse processo de crise, a classe média, por exemplo, também faz parte disso. Ao tratar da relação da classe média com os movimentos sociais Robert Kurz explica:

na história moderna a degradação social da juventude estudantil sempre foi fermento de erupções revolucionárias. Mas para que a partir daí ocorresse uma verdadeira revolução social teve de se criar em primeiro lugar um esboço teórico atualizado e, em segundo lugar, teve de realizar-se uma organização social abrangente, incluindo as classes mais baixas. A este respeito se mostra a completa vergonha intelectual, social e organizacional da geração Facebook. Em todos os movimentos não há vestígios de uma idéia nova e revolucionária, a classe média acadêmica comporta-se em grande parte de modo auto-referencial e sem qualquer conexão sistemática com as classes mais baixas e o encontro não vinculativo através da Internet permanece sem força organizativa no domínio social. Além de frases democráticas ocas não há mais nada. Portanto, também em lado nenhum se pode falar de uma revolução, se entender isso como mudança fundamental social e econômica e não apenas como substituição das personagens da administração da crise por outras ainda piores (KURZ, 2012)

Para Kurz apesar dos jovens terem papel ativo na organização dos movimentos sociais utilizando a Internet como instrumento, não há uma preocupação com as classes mais inferiores nesse processo, o autor defende a necessidade de agregar todas as esferas econômicas para que se possa ter de fato uma revolução a nível social, ou seja, a evolução tecnológica e a autonomia das redes não são suficientes para transformar, e nesse ponto, se destaca a importância de entender que o movimento social só é efetivo quando toma o espaço público quando os atores sociais estão envolvidos não apenas virtualmente, mas de forma presencial.

Do ponto de vista simbólico, as manifestações tiveram um sentido importante que contrabalança os problemas aqui mencionados. Por que essas pessoas fizeram acima de tudo um evento político porque disseram não ao que aí está, contestando as ações dos Poderes Executivos municipais, estaduais e federal, assim como, as do Poder Legislativo nos três níveis (CHAUÍ, 2013). Muitas vezes, os problemas sociais estão atrelados a política corrupta, mas esse não é o único motivo da crise. É preciso levar em consideração a divisão social das classes. A seguir, os autores Cava e Cocco, explicam o que foram as jornadas de junho do ponto de vista do desejo e da necessidade de cada atuante naquele momento.

ao invadir as ruas, expressando o prazer da necessidade, a multidão em libertação arrombou portas para desejos que estão além das reivindicações. E diferentemente das reivindicações, os desejos não podem ser satisfeitos. E mais que isso, ele semeia os campos de conexões. Extraordinária aceleração do tempo. O passado se conecta ao presente, mas a partir de determinado ponto não se pode mais explicá-lo. Deste ponto em diante somente o futuro será capaz de explicar o presente (CAVA, CACCO, 2014, 38)

A quantidade de problemas políticos, estruturais e econômicos que o País tem passado repercutiu de forma direta sobre os movimentos sociais. Atualmente, levando em conta o contexto social e político de um governo que não aplica os direitos fundamentais, as consequências são vistas através da desigualdade das classes econômicas e da exclusão social, geradas pelas políticas de lógica focalizada e assistencialista, e esse resultado tem representado desafios para a classe trabalhadora e também para a sociedade de um modo geral.

nas Jornadas de Junho, foi possível perceber que inúmeros coletivos, a partir de pautas específicas ("micro"), inseriram, no debate público, temas que já vinham sendo amadurecidos pela juventude brasileira (em atos, eventos e marchas) na última década. Assim, apesar de as Jornadas de Junho trazerem algo "novo", sobretudo no que tange ao volume das manifestações, é nítida a percepção de que muitas daquelas bandeiras possuíam, uma história consolidada e que, apesar de recentes, já carregavam consigo uma tradição, inclusive em termos de reflexão teórica e prática política. (CARVALHO, 68)

As centenas de pessoas que foram às ruas manifestar levavam com elas sentimentos como desejos, medo e esperança. Essa população sofreu uma série de críticas que afirmavam, por exemplo, a falta de consciência política, de uma bandeira, uma pauta e até de partidos. De acordo com os autores Bruno Cava e Giuseppe Cocco, essa crítica ela é considerada indevida porque "ela é formulada no exato momento da incandescência, em que tudo que havia naquele momento estava naquela presença maciça e ruidosa" (2014. 42). A presença desses jovens foi capaz de criar condições para que algo novo surgisse nesse cenário nacional. Um movimento considerado por alguns autores como pacífico, do ponto de vista da atitude dos manifestantes, já que gerou apenas pequenas depedrações de loja, pessoas caminhando a pé nas ruas onde antes só havia carros, algum carro

queimado, diferente de como se viu em outros países que em uma prática mais violenta, depredavam centenas de carros e empunhavam armas de fogo.

É importante destacar que esses movimentos considerados de insurgência, ou de revolta, atribuí ao termo violência outro valor. Ele surge inserido em um movimento que envolve libertação e ocupação, onde a única forma de fixar a liberdade está no modo insurgente das ações que mostraram na prática as ações nas ruas, atacando tudo aquilo que anunciava hierarquias ou modulações de poder, essas ações consideradas mais violentas, e realizadas por pequenos grupos, foram a principal justificativa de criminalização nas revoltas de junho.

Quando se fala em poder trata-se da relação que o capitalismo exerce dentro da sociedade. De forma histórica o regime capitalista mais flexível, que foi implantado no Brasil nos últimos vinte anos, fez com que houvesse uma adaptação quanto as políticas neoliberais e a globalização. Esse novo regime também serviu como norte para os desafios que as classes mais populares sofrem quando se trata da configuração das identidades e das formas de organização social. Atualmente o capitalismo trouxe para a sociedade uma realidade de impactos sociais e desigualdade.

de onde alguns de nós estávamos, próximos aos chamados "movimentos sociais" era possível vislumbrar a inquietação, a fermentação de algo, a multiplicar-se de movimentos de resistência política predatórias de captura das metrópoles pelo caioal em diretrizes dos pobres, e as insatisfações, de diferentes matizes com o quadro político-representativo do País. ( CAVA, COCCO, 51, 2014)

Hoje é possível dizer que não ha pauta específica quando se trata dos movimentos sociais, porque as insatisfações são muitas, mas apesar disso é importante deixar claro que todas essas ações, independente de pauta, tem algo em comum, a busca por direitos que garantam o exercício da democracia e a cidadania no Brasil.

Ao tratar do conceito de democracia é possível dizer que um deles é apresentado de forma bastante elucidativa através da definição de democracia política onde Shumpeter (apud O`Donnel, 22) afirma ser “um método político [...] um certo arranjo institucional para chegar as decisões políticas- legislativas e administrativas” , nesse método as decisões são decididas pelos votos dos

cidadãos, que elegem um representante legal, essa luta pela liderança deve ser feita de forma livre.

O regime democrático no Brasil está centrado nessa democracia de cunho representativo. Onde as decisões estão a cargo daqueles que estão autorizados e exercem o poder com base na lei, através dos votos do cidadão, essa forma de decisão é considerada como um direito democrático levando em conta que todos podem ser afetados pelas decisões coletivas e assim influir nas escolhas de forma igualitária, podendo assim, tanto votar, quanto ser votado. Dessa forma, é possível dizer que o direito de escolha expressa o princípio da democracia onde cada cidadão é soberano na sua posição de eleitor, mas é preciso deixar claro que para essa soberania ser completa é necessário que os eleitores possam se expressar de forma livre, se organizar em partidos e estar assegurado de competir na igualdade. As normas, materializadas nas formas da lei, fazem da democracia um sistema de governo onde os eleitos devem prestar contas de todos os seus atos aos eleitores ou representantes.

Na ordem democrática, entendida como forma de exercício de uma dominação consentida, as decisões têm que ser permanentemente fundamentadas e justificadas e dependem de anuência para serem efetivadas. Nesse processo, cabe à esfera pública uma posição central: ela se torna arena onde se dá tanto a amálgama da “vontade coletiva” quanto a justificação de decisões políticas previamente acertadas (COSTA, 55, 1995)

Falando em democracia há outro ponto importante a ser citado, a sociedade está sendo atingida por uma espécie de controle social, é a chamada sociedade de controle, moldada através do capitalismo, ancorada nos interesses mercadológicos. Esse regime de controle foi estudado através das idéias de Deleuze e Guatarri e explanado pela autora Silvana Tótorra (2006) em alguns dos seus trabalhos.

Foi ao longo do século XX que a forma representativa da democracia ganhou pautas de debates e críticas. A modalidade participativa da democracia começou a ser discutida desde a década de 70, como solução para a crise da representação política. Para quem defendia essa forma, o cidadão devia além de votar, atuar participando de forma mais direta das tomadas de decisões:



a participação direta dos cidadãos é incorporada como Artigo em diversas Constituições, inclusive a brasileira de 1988. Multiplicam-se os conselhos de gestão de políticas públicas, e diversificam-se os segmentos da sociedade com a finalidade de expressão da modalidade institucional da democracia participativa (TÓTORA, 242, 2006)

As críticas que permeiam as questões da democracia, quando se pensa nesse termo no cunho representativo, estão relacionadas a uma crise nessa democracia mais tradicional. Hoje é possível observar tal crise de representação materializadas através da insatisfação popular, e isso é o que foi visto, por exemplo, durante as manifestações mais recentes no Brasil. Benevides explica que:

atualmente, as críticas mais moderadas à representação parlamentar apontam os vícios decorrentes de uma tradição oligárquica incontestável (o que leva à extrema “privatização” da política) e de defeitos inerentes à legislação, como a sub-representação dos Estados mais populosos e desenvolvidos [...] discute-se o papel do Estado, dos partidos políticos (detentores do monopólio da representação no Legislativo) e da legislação eleitoral (BENEVIDES,51,1991)

Aliado a democracia está outro conceito tanto quanto importante para essa discussão, o de cidadania. Esse é um tema considerado central quando se trata da agenda intelectual e política da sociedade contemporânea. Esse conceito tem ganhado cada vez mais espaço nas democracias representativas, mas não há um consenso da sua definição ou até mesmo algum ponto histórico definitivo.

Em uma história antiga se conta que esse termo está ligado à origem da palavra *cidadão* em latim que diz *civitas*, de acordo com esse ponto histórico o conceito retoma a Antiguidade, onde na civilização grega adquiriu significados como liberdade e igualdade. A origem inicial desse conceito pode ser encontrada no livro III da Política de Aristóteles, onde o filósofo divide a questão em duas: a primeira em quem é o cidadão, ou quem deve ser chamado assim, e responde afirmando que “ser cidadão significa ser titular de um poder público não limitado a participar de modo estável do poder de decisão política” (BOTELHO; SCHWARTZ, 2012, 8). E a segunda questão, onde os critérios parecem ser mais restritos, definindo uma limitação a um pequeno grupo e excluindo aqueles que viviam do próprio trabalho, as mulheres, os escravos e os estrangeiros.

Pensada na forma mais jurídica do conceito, cidadania tem origem mais propriamente romana. Já que a palavra em grego não teria tradução em todos os

idiomas. Com isso, cidadão fica definido como aquele que construir família, votar decidindo sobre a paz ou a guerra, ser eleito a magistratura, entre outros. O que é importante perceber é que em Roma, os direitos estavam restritos aos que faziam parte de determinada classe social. Com o tempo esses critérios foram sendo modificados e o direito conferido aos poucos a todos os habitantes do Império.

com isso, também a atribuição perde seu sentido natural para ganhar significados mais amplos e cada vez mais agenciados por motivos de ordem política. Tais direitos de cidadão podiam, assim, ser adquiridos, mas na mesma medida serem perdidos. O grau máximo era a redução à escravidão de um homem livre, e em seguida a condenação penal, que correspondia a morte da personalidade jurídica do indivíduo (BOTELHO; SCHWARTZ, 2012, 9).

Com todas essas limitações, a grande relevância política do conceito foi ainda na Grécia, quando na passagem para a modernidade a idéia de cidadania ganha fundamentos filosóficos. Nesse período ainda, através da relevância de outros estudos, começa a ganhar forma à idéia de um “contrato” firmado pelos cidadãos com o Estado.

Como consequência da modernidade, assim como, o avançar do capitalismo, o conceito e a prática social da cidadania adquire um grau de desenvolvimento decisivo, e começa a ser incorporado de forma definitiva no vocabulário e na própria experiência do dia a dia da política. Nessa fase, o fortalecimento da urbanização e a utilização das ruas como espaço público de espetáculo, faz com que luta pela cidadania cresça juntamente com os movimentos sociais que aconteciam pelo mundo afora a partir dos anos 1970.

a idéia de cidadania parecia, então, associar-se ao exercício pleno num Estado de direitos, e ao exercício do convívio entre iguais e em sociedade, mas também a um exercício de diferenças, e de diferenças entre iguais. E nessa época que surgem os movimentos de minorias e uma compreensão diferente da idéia de igualdade com diversidade (BOTELHO; SCHWARTZ, 2012, 10).

Apesar dos pontos históricos serem relativamente longos, quando se fala nas teorias que envolvem esse conceito, é possível dizer que a proporção é bem menor.

Mesmo que se tenham alguns pensamentos predefinidos a respeito da cidadania, é importante deixar claro que eles não são estáveis. Os sentidos que fazem parte desse conceito não são apenas práticos, mas também simbólicos, ou seja, a compreensão da cidadania envolve modos de identificação intersubjetivos. O entendimento desse termo envolve algumas reflexões acerca do que é ser cidadão e ter direito a cidadania. De forma bem simplificada, entende-se por cidadão aquele que faz parte de um todo maior, onde está identificado através de uma comunidade política, na qual cada um tem os seus deveres.

Mas é importante observar que deter direitos sugere conseqüentemente uma dinâmica de inclusão e exclusão provocada pela própria dinâmica da cidadania. As reivindicações de inclusão são resultado do uso dos direitos, no momento que se usa critérios para incluir alguém, automaticamente se faz gerar uma exclusão. Outro grande impasse da noção de cidadania é no questionamento se ela é prerrogativa para usufruir dos direitos como cidadão, ou seja, se o cidadão é detentor do direito a liberdade, não teria ele o poder de decidir inclusive se fechar na esfera privada e não participar de qualquer coisa que envolva a esfera publica?

Para os autores Botelho e Schwartz (2012):

cidadania é noção construída coletivamente e ganha sentido nas experiências tanto sociais quanto individuais, e por isso é uma identidade social. Claro que pensamos aqui em identidade como uma construção social relativa, contrastiva e situacional. Ou seja, ela é a resposta política a determinadas demandas e circunstâncias igualmente políticas, e é volátil como são diversas as situações de conflito ou de agregamento social. (12)

Com isso, é importante deixar claro que esse conceito na sua forma prática e simbólica ganha sentidos diversos, que são atribuídos pelos próprios atores sociais. Nesse processo continuo de ganha de significados não pode esquecer de citar que se trata então de uma construção social que não anula sentidos anteriores mas agrega-os aos novos significados.

Benevides (1991), tem um trabalho importante quando se trata de conceitos como democracia e cidadania, em “A Cidadania Ativa”, a autora faz um estudo que permeia a idéia da importância de entender o principio de democracia como um processo e criação de novos espaços públicos que não sejam apenas representado pelo espaço ocupado pelos sujeitos políticos, mas que rompa essa imagem e crie novos mecanismos que permitam a participação popular. A autora tem como base na

sua obra uma melhor efetividade dessa democracia representativa onde ela prevê a importância de se ter um “pluralismo de opiniões e de partidos políticos, amplas liberdades individuais e coletivas, com especial destaque para igualdade de direito à informação e no acesso a justiça” (1991,19). Um dos pontos mais marcantes na defesa das idéias dessa autora é da “cidadania ativa através da participação popular”, e nesse momento é possível observar a necessidade de pensar no conceito de cidadania para além do que já foi definido, mas numa reformulação desse termo que acabou com o tempo ganhando maiores significados.

Para explicar essa nova cidadania Benevides (1991), fala da relação entre o costume da sociedade com as práticas sociais e explica porque ainda não se vive uma cidadania ativa plena.

A introdução do princípio da participação no governo da coisa pública é, sem dúvida, um remédio contra aquela arraigada tradição oligárquica e patrimonialista; mas, não é menos verdade que os costumes do povo, sua mentalidade, seus valores, se opõem a igualdade- não apenas a igualdade política, mas a própria igualdade de condições de vida. Os costumes, não há como negar, representam um grave obstáculo à legitimação dos instrumentos de participação popular. Dai sobrelevar-se a importância da educação política como condição inarredável para a cidadania ativa-numa sociedade republicana e democrática (BENEVIDES,1991,194)

Quando se fala em movimentos sociais, na busca por uma sociedade mais democrática e pela cidadania, há outro ponto importante que não pode ser esquecido, a questão dos direitos humanos e sociais. A Constituição atual defende o acesso aos direitos de forma igualitária, mas nem sempre foi assim, até chegar às primeiras discussões sobre direitos humanos foi percorrido um longo período histórico.

Historicamente o Brasil foi atingido por uma forte crise econômica e a realidade constante era de centenas de pessoas vivendo em miséria absoluta. Nessa fase o poder judiciário começou a exercer um papel fundamental no Brasil, em um período que foi marcado por grandes impasses e desigualdade social. Nesse momento, houve maior aplicação de novas leis que tinham como foco um caráter mais social.

O próprio poder Judiciário foi um tema polêmico no Brasil contemporâneo, por conta da grande demanda nos tribunais de ações com caráter tributário, ainda nessa fase, o judiciário do Brasil começou a ser procurado por movimentos populares ou marginalizados em busca dos Direitos Humanos. O fato é que o país vivia uma crise muito grande.

Desde 1970 o Brasil era conhecido por ter uma sociedade industrializada e predominantemente urbana, as classes média, os assalariados e os produtores rurais nessa época já tinham um nível de organização básico que permitia a defesa dos seus direitos, essa era uma sociedade marcada por ser tensa e explosiva e por uma grande dualidade entre a riqueza e a pobreza. Essa diferença estrutural se resume em três grandes crises:

no plano socioeconômico, uma crise de hegemonia dos setores dominantes; no plano político, um crise de legitimação do regime representativo; e no plano jurídico-institucional, uma crise da própria matriz organizacional do Estado brasileiro, na medida em que este parece ter atingido o limite de sua flexibilidade na imposição de um modelo simultaneamente centralizador e corporativo [...] quer dos conflitos sociais, quer das próprias contradições econômicas. (FARIA, 1998,12)

Não se pode esquecer de dizer que apesar de tais crises terem lógicas e ritmos diferentes, elas convergem em algum momento porque tem a sua natureza associada ao modelo de desenvolvimento adotado pelo regime burocrático autoritário pós 64.

O que foi pontuado aqui é para deixar claro que o processo que vai dos direitos civis, políticos, ao social, não foi linear, o grande problema em países mais periféricos, por exemplo, é conseguir combinar esses três direitos. Os direitos civis são aqueles que visam manter a ordem e a eficácia jurídica; os direitos políticos têm como objetivo harmonizar os três direitos para que a efetividade nas ações seja mantida. O que tem acontecido é que a sociedade vê o judiciário como local para a afirmação desses direitos e para superação daquilo que os falta, e como consequência disso a sociedade começa a ter uma participação maior através das classes sociais que foram transformadas em novos movimentos sociais.

A grande diferença está no fato de que enquanto para o Estado Liberal a cidadania está vinculada a posição do mercado, para o Estado Social o importante era o equilíbrio entre o mercado e expansão da esfera pública.

O que se pode observar, contudo é que o Estado e seus poderes tiveram que se adequar para conseguir lidar com esses novos atores sociais, que protagonizam os movimentos das minorias e que se organizam na busca dos seus direitos.

A Constituição Federal do Brasil garante os direitos fundamentais para a sociedade através do artigo 5. Ela define que:

nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Os artigos contidos nesse documento assevera perante a lei a garantia de princípios fundamentais como a cidadania, a soberania, os valores sociais do trabalho e o pluralismo político, todos contidos no artigo 1º. Quando a garantia dos direitos fundamentais a Constituição é clara : “ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Foi na busca dos direitos fundamentais que centenas de manifestantes ocuparam as ruas no país em 2013, a série de manifestações trouxe na diversidade de pautas a inclusão do desejo de garantia desses direitos.

## **8.0 O PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, A MÍDIA E O ESTADO EM RETALIAÇÃO AO MPL**

Durante o percurso teórico e de campo dessa pesquisa, como um dos resultados do estudo de caso, que vai ser apresentado no tópico a seguir, surgiu uma nova categoria teórica, a criminalização. Esse termo foi visto durante a pesquisa bibliográfica e as falas dos atores sociais que contemplam o estudo de caso nessa pesquisa de forma recorrente. Com isso, foi necessário inserir na proposta inicial que não trazia essa categoria para esse trabalho, e abrir um espaço para elucidar essa questão, trazendo seu conceito e também abordando a forma

como a mídia trata os manifestantes. Esse estudo mostra através das falas dos atores sociais que essa situação de criminalizar os movimentos, não é algo restrito ao Movimento do Passe Livre, mas uma realidade vivida dentro da história dos movimentos sociais até a atualidade.

Não foi raro ver vídeos, imagens e notícias que circularam na Internet e traziam cenas de violência e repressão policial. O forte controle exercido pelo Estado através da Polícia tinha como único objetivo reprimir as ações dos manifestantes de qualquer forma, fazendo com que os movimentos perdessem a força e se dissipassem, mas não foi bem isso o que aconteceu, apesar das centenas de manifestantes que foram presos e indiciados nas manifestações de 2013, essa truculência policial fez com que gerasse uma onda ainda maior de indignação e contestação ao Estado repressor, ampliando as manifestações, que iniciadas através da pauta do transporte urbano, ganhou uma dimensão nacional englobando diversos assuntos. De acordo com (SAUER apud ULISSES, 137, 2012) tornar e entender algo como crime pode definir bem o que é criminalização, “criminalizar não é utilizar a força policial para reprimir manifestações mas é transformar uma determinada ação em um crime. Utilizando mecanismos legais, a intenção é fazer com que ações e pessoas sejam vistas e julgadas como criminosos e bandidos”. Apesar da definição do autor explicar o que seria criminalizar, o fato é que além de considerar esse grupos como integrantes de uma organização criminosa o Estado atuou de forma violenta, contradizendo o que o autor acredita definir bem o ato de criminalizar.

Os resultados dessas ações da polícia foram muitas cenas de violência que protagonizaram as capas dos jornais e telejornais do Brasil e do Mundo, uma grande repressão que culminou na prisão ilegal de centenas de jovens e na divulgação massiva midiática de que aqueles atos de reivindicações eram criminosos.

embora os novíssimos movimentos sociais, em algum momento, flertem, com a esfera do instituído, algo além desta “vontade de institucionalização”, marca a nova militância, que encontra nas redes sociais uma ferramenta ótima de organização, divulgação e publicização das suas bandeiras- a propósito, os canais criados na web são importantes ferramentas de resistência a grande mídia e a indústria da (dês) informação, sobretudo aos filtros ideológicos e à seletividade das notícias que caracterizam o proceder das agencias formais (CARVALHO, 68)

Nesse momento, as redes sociais tiveram um papel importante, no sentido de divulgar aquelas ações violentas e chamar a atenção para aquele momento. Com isso, é possível observar como a maior autonomia que esse meio oferece aos seus usuários foi importante à medida que sem o controle do Estado, contestavam as ações policiais divulgando de forma massiva e tornando aquele tema pauta principal naqueles dias.

A relação do Estado com os movimentos sociais nunca foi colaborativa, historicamente os movimentos sociais brasileiros sempre foram marcados de repressão e violência. Nas organizações populares o governo sucessor de Gétúlio Ferreira Vargas, o de Gaspar Dutra que foi de 1946-1951, é um exemplo histórico, quando Dutra baixa um decreto de lei que proíbe o direito do movimento operário a fazer greve. Depois disso, o Brasil passa pela ditadura militar, que é o melhor exemplo de criminalização de qualquer manifestação popular, já que nesse período havia o total controle do regime militar sobre a população e os meios de comunicação. Os militantes de qualquer organização da época sofreram perseguições, foram mortos ou torturados. Os movimentos agrários também foram marcados pela dura repressão por volta das décadas 70 e 80. Não tão longe, se pode citar o exemplo do Movimento Sem Terra, que vive uma realidade de resistência e de um tratamento midiático com um foco totalmente negativo. A década de 80 foi marcada por uma tomada decrescente dessa criminalização com o processo de redemocratização e dos impulsos democráticos da época. Mas logo há a ascensão desse processo com o desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil a partir do governo de Collor e a criminalização se transforma em uma característica integrante de um sistema político e econômico de controle social. Para Ulisses (2012) a partir do neoliberalismo a criminalização “assume novos vieses, adequando ao novo período, sendo, atualmente, uma ação conjuntura dos setores do aparato estatal repressivo, da mídia, do sistema educacional e do poder Legislativo e Judiciário”. Como afirma o autor, foi essa realidade vista de forma mais contemporânea quando o assunto é criminalização dos movimentos sociais, diversas estratégias de dominação, efetivadas através da ação midiática e da polícia violenta e repressiva.

De forma bem recente, nas Jornadas de Junho, foi marcante a violência e a criminalização. Nesse momento, foi possível pontuar dois fatos marcantes: o primeiro foi às dezenas de pessoas saindo nas ruas e o segundo foi a realização dos



jogos em grandes capitais do Brasil, a conjugação desses dois eventos, da manifestação de massa e da copa das Confederações, acabaram por se confrontar, já que na ocasião o governo estabeleceu um perímetro em torno dos estádios, no qual os manifestantes não poderiam ultrapassar e isso acabou gerando um pretexto para a repressão policial militar. Walter Takemoto, que é porta voz do MPL, conta que em Salvador as manifestações que chegavam próximo ao perímetro determinado eram violentamente reprimidas pela PM, e cenas como essas foram relatadas por todos os atores informantes dessa pesquisa, “em Salvador isso ficou evidente quando a tropa de Choque a, a Cavalaria, reprimiram a manifestação pacífica que ocorria em frente ao Shopping Iguatemi, sem que uma parte da Polícia Militar soubesse que aquela repressão ocorreria” (TAKEMOTO, 2015).

Essa repressão militar ocorreu em todos os estados, durante as ações de 2013, com maior ou menor intensidade e isso é apenas a exemplificação de que a Polícia Militar não foi formada para garantir a segurança do cidadão, Takemoto diz que “ela age de forma militarizada e entende a população como inimiga e serve muito mais a defesa do patrimônio e a repressão pura e simples do cidadão, seja cotidianamente, seja em manifestações”. É importante lembrar que até mesmo os chamados governos democráticos e populares, como o governo da Bahia, não tem uma política de segurança efetiva, quando se trata da sua aplicabilidade, ela existe, mas não protege.

A repressão dentro dos movimentos é o resultado de uma polícia que tem desde a sua formação o lema de exterminar primeiro para depois investigar, falta uma polícia mais colaborativa que tenha as relações sociais como base inicial e aplicabilidade no seu trabalho. Para Takemoto, a repressão aos movimentos sociais na verdade é uma consequência de como a Polícia Militar age cotidianamente, para ele, não tem diferença, se ela age nas comunidades da periferia de forma violenta e militarizada ela vai reproduzir esse mesmo método na hora de lidar com um movimento social que esta manifestando qualquer coisa, seja asfalto, luz, água e esgoto ou o direito ao transporte. Além disso, é preciso levar em conta o fato de o Estado atuar como controlador, onde as maiores vítimas pertencem às classes menos abastadas:

o controle social punitivo não necessariamente é aquele que mais delinque, mas com toda certeza é aquele mais criminalizado pela sociedade que, em maior ou menor grau, rege o sistema penal-notadamente, as classes

socioeconomicamente dominantes, que detêm os meios de produção e o controle do Estado sob sua influência (NETO, 44, 2013)

A criminalização dos movimentos sociais pode ser percebida não apenas com relação ao MPL e as Jornadas de Junho, até hoje os movimentos sociais ainda são vistos pela mídia e pelo Estado como algo que fere a ordem pública e desrespeita o Estado de direito. É preciso nesse momento pontuar que existe uma grande relação de poder exercida pela grande mídia através conglomerados empresariais do ramo da comunicação. Esses meios são exemplos de forte influência para a sociedade, além de movimentar um capital financeiro alto no Brasil, eles ditam padrões de consumo e ideológicos, com as mensagens que são difundidas massivamente através desse recurso tecnológico, e foi exatamente isso que aconteceu com o MPL e com os tantos movimentos que marcaram a história, eles foram divulgados de forma que os manifestantes fossem tratados como vândalos e baderneiros, num processo que pode ser considerado de espetacularização, termo esse tratado por Guy Debord em “A Sociedade do Espetáculo” (1931-1994), que cria esse conceito para definir como espetáculo o conjunto de relações sociais mediadas através das imagens.

Cruz (2012) é um autor que também traça um perfil da mídia mais tradicional na sua obra e explica a força que esses meios exercem sobre a sociedade. Ele fala da utilização de artifícios para ter mais audiência nos conteúdos veiculados. Quando Cruz (2012) usa o *fait divers* termo utilizado para designar assuntos não categorizados nas editorias tradicionais, quer dizer dos conteúdos que se tornam noticiosos por serem inexplicáveis ou excepcionais.

a mídia tradicional latinoamericana e, em especial, a brasileira [...] constrói mitos e estereótipos, sugere regras, maneiras de pensar, modas e hábitos. Por trás desse véu sedutor, busca audiência e, conseqüentemente, lucros cada vez maiores. Para isso, lança mão de uma mistura de elementos oficiais com outros, nem sempre palatáveis como, por exemplo, o *fait divers* (CRUZ, 798, 2012)

De uma forma geral, criminalizar os movimentos é considerá-los como crime, levando em conta a sua organização e atuação através de grupos que mobilizam uma massa de pessoas, com o objetivo de lutar pela melhoria e transformação em diversos setores sociais, quais estão inseridos as classes não dominantes

ao tentar incriminar os movimentos sociais, a classe dominante, através dos meios, enquadra os fatos como acontecimentos, como pensamentos de uma sociedade como um todo[...] Pretendendo com isso ganhar apoio, principalmente dos setores da classe média, utilizando os meios de comunicação procurando incriminar os movimentos sociais e seus líderes. (VOLANIN, 14, 1997)

Os meios de comunicação de massa estão sob o controle de classes dominantes, que historicamente transmitem uma mensagem ideológica de opressão popular, no sentido de fazer com que todos difundam o discurso que os movimentos desagregam o sistema social, político e econômico. Os autores Cava e Cocco (2014) defendem que a mídia:

visa apoiar a repressão construindo uma linha imaginária, que permita ao poder ultrapassar o limiar da legalidade mantendo as aparências da democracia (...) A repressão dependerá da capacidade de tornar real essa linha inventada. A mídia e o poder tentam erguer um campo discursivo e repressivo onde concentrar a nova militância das ruas e das redes (CAVA, COCCO, 2014,14)

Essa ação midiática pode ser percebida de forma mais atual durante a programação dos canais abertos da televisão, rádio, e jornais nas manifestações de 2013. Onde os telejornais estampavam reportagens sobre os “vândalos” da manifestação, e a mídia imprensa seguia o mesmo discurso, “a mídia ao criminalizar um movimento popular, criminaliza os sujeitos nele inseridos” (VOLANIN, 1997, 15), os atores participantes dos atos nas ruas foram vítimas desse modelo de Estado autoritário que tem como instrumento o controle social.

embora os movimentos sociais tenham lutado com o intuito de promover transformações na realidade de desigualdades sociais que o país ainda enfrenta, a força burguesa utiliza-se das estruturas do Estado e da mídia de grande porte para manter esta situação de dominação de classes. O atual processo de criminalização dos movimentos sociais está pautado no discurso neoliberal de manutenção da ordem (VOLANIN,1997,16)

A influência das redes sociais na opinião pública foi muito importante porque aos poucos atuou desconstituindo o discurso dos meios mais antigos. Durante as jornadas de junho até um jornalista foi vítima das ações policiais quando jornalistas e fotógrafos foram machucados e isso gerou grande repercussão. Nesse período, houve um remodelamento do discurso midiático, que passou a tratar os movimentos

não mais como atos de vandalismo, isso aconteceu porque a adesão popular foi muito grande, mas não durou muito.

Historicamente, as Jornadas de Junho foram as primeiras manifestações no Brasil a utilizar de forma política as redes sociais (Facebook, twitter e whats app). Foi uma disseminação massiva e chegou até as classes que tem menor acesso a renda e ao consumo, “foi a primeira vez em que a nova composição social, cevada por uma década de conquistas sociais e de direito pôde tomar para si a forma rede e formalizá-la como contestação e autonomia” (CAVA, COCCO,106,2014).

As manifestações de junho vieram não apenas reivindicar o aumento da tarifa de ônibus, através das ações iniciadas pelo MPL, mas vieram protestar contra um sistema organizativo completo, e as redes sociais foram instrumentos protagonistas nesse processo, porque elas permitem que se tenha uma forma alternativa as mídias tradicionais que não difundem determinadas informações.

articulado em redes, as vozes urbanas tendem a reverberar e a contagiar a sociedade. Denunciam aquilo que o conjunto da população conhece por experiência própria, cotidiana: as falhas gritantes do sistema educacional, dos sistema de saúde pública, dos transportes, da infraestrutura; a insuficiência dos governos e do sistema político, suas taxas absurdas de corrupção, suas facilidades para propagandear e espetacularizar obras e decisões. (NOGUEIRA, 45, 2013)

A utilização das redes protegem os atores sociais da violenta e física repressão, já que naquele espaço é possível articular ações e de se distanciar mais do controle do Estado.

Durante as ações do Movimento do Passe Livre, e de outros movimentos no Brasil, levando em conta as últimas manifestações em 2013, os manifestantes foram alvos de operações policiais onde muitos deles foram acusados por formação de quadrilha e associação criminosa. Mas é importante observar que há uma contradição entre esse enquadramento jurídico e aquilo que mostra as análises das ciências sociais. Essa contradição é percebida em primeiro lugar porque o MPL e os movimentos sociais têm como principal característica a horizontalidade, ou seja, a ausência de chefes ou lideranças. Esses movimentos rejeitam qualquer verticalidade de comando, dessa forma, é possível afirmar que não se pode encontrar dentro do processo de organização um individuo, ou grupo, que determine ordens aos demais

participantes. E isso poderia ser determinante, para não enquadrar esse tipo de ação a qualquer tipo de formação de grupo ou quadrilha, mas o que se observa através da história dos movimentos não vai de acordo com a forma que deveria ser, e nesse ponto se vê um grande choque de realidade.

É necessário entender os movimentos e ações sociais partindo do fato que a adesão popular aos protestos, ocorre de forma espontânea, e assim, não há como especificar qualquer tipo de forma associativa, ou criminosa. Mas de forma prática não é isso que acontece, já que centenas de pessoas foram presas e associadas ao crime por estarem dentro de manifestações. Os chamados que acontecem seja na internet ou em outro meio, se limitam a informar a causa e o local dos protestos, mas essa participação, não é suficiente para caracterizar as manifestações como organização, levando em conta o fato que toda interação é espontânea, acontecem informalmente e sem estrutura definida. O que observa aqui são dois tipos de visão uma das ciências sociais que defende a não ligar o manifestante a qualquer tipo de associação criminosa e a outra do judiciário, que criminaliza e atribui através das brechas da lei o manifestante ao crime.

Sendo assim, é possível dizer que para as ciências sociais não há respaldo em atribuir as manifestações como sendo algo ilícito ou consequência de associações criminosas, já que a cada cidadão é dado pela Constituição o direito de manifestar seu pensamento livremente, mas na efetividade essa lei não é cumprida:

**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

**IX** - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

O controle do Estado e a militarização da polícia são ações que podem ser percebidas no Brasil ao longo da história. Hoje é possível dizer que os movimentos sociais cumprem um papel civilizatório na sociedade, que vai contra um sistema que localiza a riqueza do país e não distribui. Pouca coisa mudou se levarmos em conta a forma militarizada que o Estado age, através da Polícia e a luta das classes mais baixas por uma estrutura organizativa que ofereça igualdade de direitos.

Raphael Cloux que é Doutor em planejamento urbano e regional participou da pesquisa de campo desse trabalho, tem um histórico importante de participação em

movimentos sociais e conta sua experiência com a violência nos movimentos na cidade de Salvador: “a bomba de efeito moral quando ela explode, cria fissuras, tenho cinco pontos que eu levei no processo de cassação de ACM (Antônio Carlos Magalhães) que a bomba estourou nas minhas costas, ela não é letal, mas faz estrago” (2015). Sobre as jornadas de Junho ele continua dizendo que há grande repressão mas também uma resistência popular.

ver aquilo se transformar numa praça de guerra, ver estudante tocar fogo em carro, a polícia revidando, batendo, prendendo, espancando e a população oferecendo resistência, ou seja, os estudantes, que estavam participando do processo, oferecendo resistência, então, as revoltas de junho foram um marco muito grande. Se você fosse para o Campo Grande ou na Joana Angélica tinham barricadas. Foi a primeira vez que eu vi em Salvador desde o tempo que eu acompanho movimentos sociais, barricadas sendo montadas para resistir uma força de contenção e repressão policial numa manifestação social, naquele tamanho, isso que eu participo dos movimentos desde os 17 anos (1999) (CLOUX, 2015)

Dentro desse contexto de movimento social, e assim também em outras esferas sociais, é importante dizer que existe um elo mais fraco da ordem social aquele que sofre mais, sem poder econômico, por esse motivo, hoje o Brasil vive esse encarceramento em massa, chegando a ser o quarto país do mundo com maior população carcerária, podendo chegar ao terceiro lugar até 2018 de acordo com informações do Ministério da Justiça. A população mais pobre é quem sofre com isso ou aqueles em situações mais vulneráveis como é o caso dos manifestantes.

Com as manifestações de junho foi criado um inquérito **Nº1/2013** para investigá-los, e foi nesse ponto que começou toda a ilegalidade do processo de criminalização nos movimentos mais contemporâneos no Brasil, onde se tem a investigação de pessoas e não do crime, o fundamento principal desse inquérito foi de que existem pessoas que se organizam para questionar o sistema vigente. O tipo de prisão realizada com os manifestantes, a prisão por averiguação, existe historicamente não apenas desde a época da ditadura, mas desde a escravidão, onde os negros eram detidos para averiguação, ou seja, esse tipo de prisão investiga pessoas e não crimes e por isso é completamente inconstitucional. Outro procedimento que foi muito utilizado e que prendeu centenas de manifestantes em 2013 foi através da infiltração de policias a paisana nas manifestações.

É importante citar a divisão que o Estado Penal faz entre o bom e o mal manifestante. Com apoio dos meios de comunicação de massa, essa lógica de criminalização separa o cidadão do criminoso, assim como, o bom manifestante do mal manifestante, onde esse último deve ser punido para ser restabelecido ao sistema de ordem social. O importante nesse contexto é não ceder essa lógica de separação do Estado porque ela delimita as formas de se manifestar e quem não está inserido é criminalizado.

Essa militarização afeta a sociedade de um modo geral, desde a classe média, que faz parte da grande massa dos manifestantes, até aqueles que estão à margem da sociedade como moradores de rua e das comunidades brasileiras. Isso é resultado de um Estado violento, autoritário e controlador.

se as forças policiais surgem para reprimir a insurgência, não é apenas para retomar supostos valores da ordem, paz ou segurança. Não se pode esquecer que elas não estavam inertes antes. A polícia é a expressão cinzenta da gestão biopolítica da cidade, que o poder realiza usando bombas de gás (de efeito imoral), balas de borracha e outros dispositivos de tortura, sofrimento e dor, mas, sobretudo com armas mortais de grosso calibre, blindados, soldados treinados para o extermínio e para a máxima humilhação dos pobres e negros. A polícia é a estratégia da guerra contra os pobres levada ao extremo, sendo que o extremo pode ser qualquer coisa, desde a criminalização de manifestantes até a chacina de uma dezena de pessoas em uma favela (TOLEDO apud CAVA, COCCO, 39, 2014)

Essa forma de recriminar é utilizada para que os movimentos sejam deslegitimizados como atores sociais e como participantes do coletivo de direito, e o papel da mídia é definidor nesse processo, para Volanin (1997,14):

a mídia torna-se também cada vez mais importante influência no processo de criminalização dos movimentos sociais, enquanto instância de controle informal. Este meio ideológico, em geral, busca desqualificar, ou ainda, "satanizar" as ações dos movimentos, colocando-os como algozes, responsabilizando-os pela intransigência, intolerância e violência. Acontece um descredenciamento dos movimentos sociais, apresentando-os como grupos subversivo-revolucionários, arruaceiros, desordeiros e criminosos, muitas vezes com teor terrorista (1997,14)

Quando o movimento social é criminalizado é com objetivo maior de que se criem condições legais amparadas pela lei para a repressão física dos movimentos e até a penalização dos atores envolvidos. Essa é a forma de controle social em busca da ordem. Pode se corroborar isso através da criação da lei anti – terrorismo, PL

2016/15 aprovada pelo senado no último 28 de agosto de 2015. Esse projeto de lei tem como autoria o Poder Executivo e é relatado pelo Deputado Arthur Oliveira Maia (SD). O texto que compõe o projeto de lei foi assinado no final de junho de 2015 pelos ministros Joaquim Levy (PSDB, Fazenda) e José Eduardo Cardozo (PT, Justiça) e aprovado quatro meses depois pelo Senado.

Aprovada por 38 votos contra 18 a lei abre uma brecha para tipificação dos movimentos sociais como atos de terrorismo. O texto aprovado afirma que qualquer execução de um ato que atente contra a pessoa, mediante violência ou grave ameaça, motivado por extremismo político, intolerância religiosa ou preconceito racial, étnico, de gênero ou xenófobo, com o objetivo de provocar pânico generalizado, pode ser tipificado como ato de terrorismo. Durante a votação o Senador Aluysio Nunes (PSDB) afirmou que: “se depois de passar por todas essas instâncias a pessoa for considerada terrorista, terrorista será. E aí não adiantará se eximir dizendo que pertence a determinado movimento social. Todos estão submetidos ao império da lei [...] Não existe ato terrorista que não reivindique uma causa nobre” (CARTA MAIOR, 2015). A aprovação gerou polêmica e de forma prática fragilizou ainda mais os movimentos sociais.

Walter Takemoto, porta voz principal do Movimento do Passe Livre em Salvador, fala durante entrevista cedida para essa pesquisa sobre a posição do movimento em relação a essa lei:

a lei antiterrorismo vem no sentido de apenas legalizar o método pelo qual os órgãos de segurança e de repressão do estado já tratam os movimentos sociais, é na verdade apenas um instrumento que legitima esse método. [...] Então nós somos radicalmente contra essa lei até mesmo porque no Brasil não existe terrorismo. Se o Brasil fosse um país que convivesse com guerra civil, religiosa ou com grupos terroristas poderia se justificar, mas não se justifica porque o Brasil é um país onde não existe essa possibilidade, então essa lei se volta muito mais aos movimentos, a luta dos trabalhadores, de alguns setores do serviço público, do que efetivamente para garantir a ordem social, a não ser que se entenda ordem social como o entendimento dos mais pobres e dos trabalhadores lutarem pelos seus direitos. (2015)

O texto aprovado no senado prevê uma pena que varia de 16 a 24 anos podendo aumentar de 24 a 30 anos, se causar morte durante o ato. As tipificações da pena ainda podem ser ampliadas se o crime tiver qualquer relação com governos estrangeiros ou organizações criminosas, ou se colocar em risco as autoridades públicas do país, como por exemplo, a presidente da República. O projeto, já



aprovado pelo Senado agora retorna para a câmara já que houve uma alteração do texto inicial.

É importante observar que uma vez que esse crime é tipificado não existe mais controle daqueles que serão punidos e o filtro será realizado por delegados, promotores, juízes e pela grande mídia. A aprovação dessa lei significa um retrocesso, a redução da pouca democracia que ainda resta e a exclusão ou grande sufocamento da participação da sociedade.

Como resultados das manifestações de junho, com as ações iniciais pelo Movimento do Passe Livre, o que é possível observar através dos relatos no campo e das leituras específicas é que de fato a história da criminalização dos movimentos sociais é antiga. A forma como a polícia atua tem precursores não apenas na ditadura militar, que foi a manifestação popular mais conhecida no Brasil, mas na época da escravidão, onde os negros eram investigados sobre uma averiguação. Foi isso que aconteceu com o MPL e com as centenas de manifestantes que participaram das ações nas manifestações em 2013, as prisões ilegais foram inúmeras e a resistência popular fez com que a violência fosse aplicada de forma cada vez mais efetiva. Mas não foram as bombas de efeito moral e as balas de borracha que fizeram a massa se dispersar, muito pelo contrário, aquilo serviu como fonte de ampliação das ações populares, quando as pessoas saíam das ruas e replicavam vídeos, textos e imagens com as cenas de violência nas redes sociais da Internet.

A mídia tradicional embora difundida por um discurso ideológico pautado em interesses institucionais, por muitas vezes, se viram obrigadas a disseminar aquele conteúdo e viveu um conflito de diálogo, onde hora determinavam aquelas ações sendo feita por vândalos, hora aplicava o discurso que afirmava que as ações dos manifestantes eram legítimas. Essa confusão se configurou por conta da grande dimensão que os movimentos tomaram em 2013, mas é preciso deixar claro, que houve uma massificação de informações nas grandes redes que taxavam os atores sociais como baderneiros.

A lei antiterrorismo, aprovada pelo Senado em outubro de 2015, corrobora a ideia de que a criminalização é a melhor saída, e confirma uma atitude policial violenta que já vem sendo realizada à longo prazo, e fomenta o retrocesso democrático que isso significa. O Brasil viveu nas manifestações mais contemporâneas o resultado de um Estado violento e autoritário, que quer calar a população com tiros e bombas.

Apesar da fragilidade que esse contexto atual oferece, a resistência popular deve ser ainda maior com essa nova realidade que está se configurando no meio dos movimentos sociais. Onde a violência vai permanecer como ação estatal e as centenas de mulheres e jovens vão continuar sendo machucadas e encarceradas, por lutarem por um direito constitucional, o direito a liberdade de expressão. Mas que liberdade ?

## 9.0 ESTUDO DE CASO: PESQUISA E RESULTADOS

Esse capítulo em especial vai trazer o estudo de caso dessa dissertação, que é o sobre Movimento do Passe Livre (MPL), iniciado nacionalmente em 2003, o MPL surge a partir de reivindicações contra o aumento da tarifa de ônibus, e a pauta da tarifa zero. Levando em conta que esse trabalho visa observar qual o papel das redes sociais dentro do MPL e que na cidade de Salvador, local do estudo de caso, o movimento tem ações mais recentes e militantes mais jovens, se comparados aos dez anos de existência, foi preciso iniciar esse estudo fazendo uma observação e abordagem com integrantes da conhecida “Revolta do Buzu”, que aconteceu em Salvador em 2003 e que foi precursora do Movimento do Passe Livre, a revolta gerou uma grande mobilização de estudantes na cidade e foi importante para entender a forma com que o movimento se organiza atualmente, com uma postura mais descentralizada. Essa abordagem inicial vai servir para que se possa compreender como funcionava essa questão das redes sociais e da *Internet* na época, ou seja, como eram feitas as divulgações e como a mídia atuava frente aos acontecimentos. Nesse primeiro momento foram entrevistadas três pessoas que participaram em 2002 da ‘Revolta do Buzu’, através de um roteiro de entrevista semi-estruturado, esses atores relataram todo o percurso da manifestação e suas conseqüências.

Walter Altino é professor, mestre em ciências sociais e participou da ‘ Revolta do Buzu’. O representante mais velho do grupo de entrevistados, Altino consegue dar uma visão do que desencadeou a revolta, que segundo ele vai além das questões economicistas mas passa por uma ruptura no próprio movimento

estudantil. Houve uma quebra dentro do movimento secundarista, que até então era conhecido por ter suas lideranças constituídas, em um movimento (estudantil) organizado por partidos.

Na época o movimento estudantil passou por uma crise no sentido de que alguns segmentos partidários aparelhavam o movimento, ou seja, através do processo de financiamento da carteira estudantil essas instituições estavam em uma posição muito mais empresarial. As carteirinhas estudantis eram a bandeira do movimento, mas com o tempo ela passou a ser utilizada como forma de financiamento, passaram a serem vendidas, e isso fez com que as instituições representantes do movimento acabassem perdendo a credibilidade. Altino afirma que na época muitas pessoas lutaram para que o movimento estudantil não tivesse esse rumo.

De acordo com o professor, não existia dentro do movimento estudantil um exemplo de liderança e de representatividade, existiam várias instituições que negociavam carteirinhas e o movimento estudantil ficou sem liderança. Com isso, quando a “Revolta do Buzu” aconteceu, mesmo tendo um processo inicial de liderança, que provocou um grande debate, isso se dissipou no decorrer das ações dos estudantes, ele diz que:

foi um movimento de certa forma espontâneo e anárquico, ele não teve um caráter tão constituído do ponto de vista das lideranças tradicionais, ele teve esse caráter de ser quase uma resposta a aquele processo de profissionalização e cartorização que aconteceu, e de certa forma, tinha uma conjuntura que quis da forma tradicional e autoritária de gestão da cidade e do estado, que era o Carlismo. Então, ela explodiu no momento em que o Carlismo estava passando por uma certa crise, e a “Revolta do Buzu” surgiu de certa forma como uma resposta a tudo isso, de que a juventude mostrava sua insatisfação com a forma de condução da região com relação ao transporte, o valor era considerado alto, e de repente, estourou uma coisa que fugia aos padrões de mobilização. (ALTINO, 2015)

Apesar dessa grande crise de representação que foi falada, é importante lembrar da força que os grêmios estudantis tinham, como papel de liderança e de referência para aqueles estudantes. Altino lembra da grande disputa que precedeu a revolta, quando havia uma luta pelo aparelho (instituição), mas que segundo ele, tinha um apelo muito mais político do que de alto financiamento, porque quando as carteirinhas começaram a ser vendidas, e essa era a única forma de pagar meia

passagem, outras instituições começaram a questionar porque apenas uma entidade podia fazer isso, a UMES (união metropolitana de estudantes secundaristas), e é nesse contexto que surge a primeira grande crise

Ao tratar do papel dos meios de comunicação tradicionais frente às mobilizações, Altino vai dizer que os meios de comunicação geralmente tendem a emitir opiniões contraditórias com o objetivo de manipular, onde em um primeiro momento vão dizer que o movimento está incomodando a cidade e que está tirando o direito das pessoas de ir e vir:

eles tendem a combater esse tipo de movimento como aconteceu na Revolta do Buzu, mas quando isso vai ganhando a opinião pública, os meios de comunicação tendem a apoiar, como aconteceu recentemente também, no primeiro momento os meios de comunicação disseram que era coisa de baderneiro, de vândalos, depois os meios tentaram vir no sentido até de convocar, e de dizer como deveria ser, eles tentaram disputar a tônica da pauta do movimento, isso aconteceu recentemente, quando eles viram que um setor da classe média, começou a participar e isso ganhou uma certa força, começaram a disputar pauta chamando as pessoas, até no sentido da corrupção e de questionar o governo. O papel tem sido esse, de manipular e de manifestar essa contradição para confundir mesmo as pessoas. (ALTINO, 2015)

Uma das maiores dificuldades enfrentadas na época da Revolta é que as mobilizações aconteciam e não se sabia onde nem como, havia uma dificuldade de controle. O professor fala que algo muito novo é a utilização do Facebook e das comunidades virtuais, assim como, as novas formas de convocar, comunicar e participar, mas alerta para a importância de saber que esse novo tipo de comunicação pessoal não substitui as já existentes, apesar dos debates ocorridos no ambiente virtual, para ele tudo vai ser deliberado realmente pessoalmente, no passeio público, “se a *Internet* cercou essa forma de comunicação, por outro lado, ela não substituiu a organicidade do movimento no sentido das deliberações” (ALTINO, 2015). Foram nas reuniões do passeio público que todo aconteceu, apesar desse momento novo, da *Internet*, do Facebook, isso não inviabilizava a comunicação pessoal.

De uma forma geral se pode dizer através do depoimento do Walter Altino, que a *Internet* veio para ampliar a informação, com uma forma de disseminar a comunicação entre as pessoas, mas que de outro lado é preciso ter um certo cuidado porque esse meio cria o que o entrevistado chama de “falsas idéias”, ou

seja, quando o meio alcança uma representatividade para além do que ele é. Com isso, muitas vezes, um movimento que na *Internet* alcança 20 mil pessoas, quando passa para a realidade, para o espaço público, reúne apenas parte disso. Então é preciso atentar-se já que apesar do meio ampliar ele não fideliza as pessoas.

Em um segundo momento o professor Raphael Cloux trás seu depoimento acerca do assunto explicando de acordo com seu ponto de vista como se deu esse movimento desencadeador do atual MPL (Movimento do Passe Livre). Raphael é Doutor e professor de história em Salvador, e tem um histórico grande quando o assunto é movimento social, ele participou de diversos atos na cidade desde que tinha 16 anos. Com a 'Revolta do Buzu' não foi diferente, o atual professor estava à frente de alguns grupos que organizaram as ações na época. Raphael sabe bem quais foram às principais reivindicações e trata o movimento como algo efêmero e marcante.

A revolta fez parte de toda uma geração que participou do movimento que teve como principal motivação a carestia do preço da passagem; as condições do transporte público e as questões de acessibilidade do estudante ao transporte público, ou seja, questões relacionadas à qualidade e ao preço. Para Raphael “toda a precariedade que quem utiliza o transporte público em Salvador sabe, e as alterações não foram tão substantivas daquele período para hoje, mesmo tendo lutado bastante” (2015). O movimento eclodiu (2003) a partir do anúncio do aumento do preço da tarifa, após esse momento houve uma indignação dos estudantes. Por conta da valorização do Real na época, o impacto foi maior se comparar ao aumento mais recente que geraram as ações em 2013. O professor traz uma curiosidade na sua fala ao dizer que “uma coisa que as autoridades e empresários aprenderam depois da “Revolta do Buzu” foi a nunca mais anunciar aumento durante as aulas, todos os anúncios de aumento de tarifas em Salvador depois da revolta, em geral são feitos no mês de dezembro, quando já acabaram as aulas, porque? Para aproveitar a desmobilização dos estudantes, porque eles aprenderam que aquele anúncio de aumento foi o estopim” (2015).

Com a eclosão do movimento se tinha um contexto de estudantes e escolas, onde a maior parte dos estudantes que se mobilizaram eram secundaristas, ou seja, do ensino médio, e a maior participação estava concentrada nas escolas do centro da cidade. De acordo com informações de Raphael, ele observa atualmente uma

espécie de desmobilização dos estudantes, porque escolas que antes tinham muita força nos movimentos estudantis, hoje estão com as atividades praticamente encerradas ( como por exemplo a Escola Severino Vieira, Instituto Central de Educação Isaías Alves Gera e Centro Federal de Educação Tecnológica), mas ao mesmo tempo, ele afirma que ainda existe uma grande capacidade de se organizar, em uma espécie de inovação, que foi vista nessas ações mais recentes em 2013. Uma das formas de organização utilizadas eram os grêmios, que tinham função importante na época, essa afirmação está presente em todos os depoimentos cedidos para esse estudo de caso. Em 2002 não existiam redes como o Facebook, ou o antigo Orkut, mas a convocação era feita por intermédio dos grêmios, de escola em escola. As pessoas em geral ficavam sabendo das manifestações através dos jornais, principalmente daqueles que não eram ligados ao governo estadual da época

Raphael Cloux afirma que durante a revolta foi importante a cobertura da mídia e justifica na sua fala a não participação de determinados veículos

evidente que agente entende que esses meios tradicionais estão vinculados a uma dinâmica política, ao passo que o Correio da Bahia e a mídia televisiva radiofônica ligada ao Carlismo buscava não noticiar, os outros veículos não ligados abriam um certo espaço , a mídia tradicional cumpriu um papel muito importante para divulgar e difundir o movimento. Fora isso, se tinham os grupos de emails e telefone.(CLOUX,2015)

É importante deixar claro que o Movimento do Passe Livre vai se inspirar na forma organizativa da “Revolta do Buzu”, que inovou completamente, ou seja, não se tem uma idéia de uma liderança no sentido de uma liderança tradicional, de sindical ou partido o que se entende como liderança eram todos aqueles que se engajavam para mobilizar pessoas, é preciso entender liderança nesse sentido mais amplo, como uma forma organizativa mais descentralizada. Raphael explica como se configurou essa forma de organização mais horizontalizada:

Tivemos um problema grande, nas primeiras manifestações, nos tínhamos carro de som, tentávamos fazer um comitê central, mas depois isso foi se perdendo com o tempo, carro de som tinha uma repressão muito grande da polícia, e íamos no ‘gogó’, e há uma diferença com o carro de som você fala

para muitas pessoas e no 'gogó' não, existia a necessidade de ter mais pessoas fazendo jogral, então esse foi um elemento que foi descentralizando o processo, nos fomos aprendendo a nos organizar de maneira descentralizadas ali, porque até então aqueles que mobilizam, um pouco mais velhos, que tinha um pouco de experiência, partia de uma idéia mais antiga, de um comitê central de uma comissão que organiza toda a manifestação, na prática essa idéia foi quebrada isso foi se dando ao longo da dinâmica. (CLOUX, 2015)

Dessa forma, o que se pode observar do ponto de vista organizativo é uma criação de um novo modelo, se pensarmos nos movimentos antes de 2003, esse se assemelha com o que as últimas manifestações que o MPL fez, uma espécie de institucionalização desse novo modelo mais horizontal, utilizado agora pelo atual movimento, que pode ser classificado como descentralizado.

Não se pode esquecer nesse momento de falar sobre o papel que a mídia tradicional exerceu e exerce quando o assunto é manifestação e movimento social. Antes de tudo é importante deixar claro que de uma forma geral a mídia tradicional (radio, televisão, jornal) está ligada a um comportamento político, é importante entender a mídia como parte dessa engenharia de poder. O que é ou não veiculado depende diretamente do que é ou não conveniente para o meio, tal interesse está ligado a essa dinâmica de poder, onde questões como a relação que esse aparato midiático tem com o governo devem ser levados em conta. Quando há uma grande comoção popular é fato que vai ser necessária a veiculação em determinado momento, mas a ênfase, o tempo dado e a forma de cobrir sempre vão variar. Raphael lembra das últimas manifestações de junho de 2013, que ele também participou e fala um pouco sobre a ação da mídia :

se for observar até determinado momento, a mídia está cobrindo de uma maneira, depois ela está deixando de cobrir da mesma maneira, vai dizer que o movimento é de baderneiros, ela começa a caracterizar, ou seja, se tem dois momentos, que não é a característica do movimento em si, mas se tem a intenção de fazer refrear, de desmobilizar as pessoas (CLOUX,2015)

Há de se levar em conta também o papel que a revolução tecnológica, o uso das redes sociais e dos smartphones trouxeram para a realidade dos movimentos sociais. Meios como o facebook, os fóruns virtuais e os grupos de emails e de aplicativos no celular, trazem uma revolução quando o assunto difundir os movimentos, Raphael explica

Você tinha alguém que gravava, editava, fazia um documentário, era um processo muito mais lento. Esse nível de cobertura cria um nível de repercussão muito grande, comove e mobiliza. Tem gente que acaba exagerando no sentido de dizer que esse foi o elemento que mobilizou as pessoas, não foi, não foram as redes sociais que fizeram as pessoas saírem as ruas, agora todo processo de mobilização depende dos meios de comunicação descentralizados que podem estar facilmente acessados e são acessíveis por pessoas que querem fazer suas manifestações (CLOUX, 2015)

O que a sociedade vive hoje em dia é uma facilidade no acesso a *Internet*, de acordo com Raphael na 'Revolta do Buzu' já se utilizava os meios de comunicação, já se usava o telefone, mas ainda não eram smartphones, o público que participava, os estudantes, não tinham celular porque era caro e não estava popularizado. Se utilizava emails, mas a acessibilidade ainda era lenta, não era todo mundo que tinha computador em casa. Ou seja, há uma mudança grande dos últimos anos para hoje, poder estar on-line agora, 24 horas, não era possível, a *Internet* ainda era discada e não existia banda larga, Raphael lembra da sua experiência:

Eu andava com uma pastinha com a lista de contato das pessoas, e toda semana agente dividia as pessoas para ir ligando mobilizando, se usava os grupos de emails, isso na época era para ser a revolução tecnológica, se discutia pautas e tudo, hoje com essas últimas manifestações não vou dizer que o face a face perdeu o poder, porque continua existindo.(CLOUX,2015)

Não menos importante, a Revolta do Buzu, contou com um nome que foi essencial para o acordo final na época. Marcelo Gavião é graduado em gestão pública e hoje atua como coordenador regional do Sine Bahia em Salvador, ele foi um personagem que protagonizou documentário, que estampou capa de jornais e foi locutor e porta voz em diversas entrevistas. Marcelo trás em seu depoimento uma visão bastante completa do que foi a "Revolta do Buzu" e a importância dos resultados que esse movimento trouxe há dez anos atrás. Além é claro, da sua observação a respeito do papel da mídia e das redes sociais.

Assim como os personagens anteriores, Marcelo tem o discurso comum ao tratar da Revolta como resultado da insatisfação contra o aumento da tarifa de ônibus na época. Ele fala que a grande repercussão foi uma surpresa, porque não



se imaginava ganhar total dimensão como aconteceu, já que se tratava apenas de um movimento estudantil, que sempre faziam pequenas manifestações na cidade, com uma menor adesão popular já que se tinha uma capacidade de mobilização reduzida.

Marcelo conta que tudo começou após o anúncio do aumento da tarifa, quando estudantes da UFBA (Universidade Federal da Bahia) resolveram se reunir e convocar uma passeata. Após essa primeira passeata que não agregou muita gente, foi realizada uma segunda manifestação, dessa vez carregando duas pautas, a redução da tarifa e uma pauta contra a repressão policial que tinha sido significativa na primeira passeata. Dessa vez, com uma quantidade maior de participantes as pessoas que estavam a frente começaram a fazer um percurso e mobilizar as escolas do centro da cidade. Marcelo narra uma situação que viveu e que trata da ação da polícia naquele momento:

Quando saímos do Colégio Severino Vieira o comandante da polícia militar chegou para mim e falou o seguinte 'olha quero ajudar vocês para não obstruir o trânsito, a gente queria fazer um acordo com vocês, vocês mandam o carro de som aqui pela contra mão da manifestação e o pessoal vai por fora', e eu achei meio esquisito, a polícia nunca teve vontade de ajudar passeata de estudante, eu resisti a isso, só que era difícil unificar uma opinião na passeata porque era muita gente e as lideranças da *Revolta do Buzu*, nunca fez um fórum que aprovasse você é liderança e você não é, nunca teve. As lideranças foram se consolidando a partir das passeatas, o protagonismo que cada um tinha, a disposição que cada um tinha, a capacidade de oratória que cada um tinha, de mobilizar a massa, de tirar gente das escolas, de convencer, dialogar com a imprensa, se consolidar enquanto porta voz. Eu acabei indo muito nesse movimento, então, nessa confusão de para onde a passeata vai, eu fui contra colocar o carro de som na contramão, porque eu queria seguir o percurso. Ainda que prejudicasse o trânsito na cidade, a polícia convenceu uma parte a colocar os carros de som na contramão, quando a gente colocou o carro de som na contramão, a polícia deu voz de prisão ao motorista acusando de estar na contramão, aquilo provocou um espanto, era uma ação organizada pela polícia militar para apreender todos os carros, eles perceberam que a mobilização estava crescendo e eles perceberam o seguinte, vamos cortar a comunicação deles que é o carro de som, que é meio que eles utilizam para dirigir a massa. (GAVIAO, 2015)

Marcelo Gavião diz que toda a ação da polícia era com o objetivo de fazer com que a passeata não chegasse até a prefeitura, mas ainda assim a passeata

prosseguiu. Com isso, a imprensa começou a chamar a atenção para a passeata “a primeira atitude da imprensa é de ignorar as manifestações, porque ela tem interesses com os governos, dependem dos patrocínios, mas quando as manifestações são grandes, essa mesma imprensa acaba repercutindo o movimento” (GAVIAO, 2015). Já era segundo dia de passeata e de acordo com Marcelo, eram cerca de trinta mil pessoas nas ruas de Salvador, em uma passeata sem carro de som e sem alguém que se destacasse como liderança única.

Ao tratar da atuação da mídia, o personagem conta que havia um certo bloqueio para não repercutir a pauta da manifestação. Na tentativa de furar esse bloqueio os porta vozes resolveram dar entrevista apenas se fosse para repercutir a manifestação do dia seguinte, numa tentativa de divulgar as ações de forma massificada.

as manifestações foram seguindo, ninguém imaginou que aquilo ia acontecer. A partir do quinto, sexto dia de manifestação, a *Revolta do Busú* já tinha virado pauta nacional, tinham chamadas no Jornal Nacional. Nós saíamos com cerca de 40, 50 mil estudantes do centro da cidade, da prefeitura, e vínhamos marchando até a região do Iguatemi, sete, oito horas da noite, procurando lugar na cidade para poder caminhar, paralisando ônibus em todos os lugares. (GAVIAO, 2015)

Esse grande crescimento da manifestação trouxe principalmente para os principais dirigentes uma grande preocupação. Chegou certo momento que havia a necessidade em se ter um desfecho, para que a luta não terminasse em nada, nesse momento já tinham se passado cerca de dez dias de manifestação, e a medida que os dias passavam ia se perdendo o apoio popular que inicialmente era muito maior, porque a cidade permanecia parada, começou a virar um grande caos, as pesquisas que saíam já demonstravam a perda do apoio popular. Para resolver isso foi criada uma pauta, que fosse muito além de apenas redução da tarifa, dentre as reivindicações estavam que o estudante poderia pagar meia o ano inteiro, porque até 2003, os estudantes em Salvador só pagavam meia passagem de segunda a sexta feita, nos sábados, domingos, feriados e nas férias escolares a passagem era cobrada no valor inteiro. Nessa pauta também constavam nas reivindicações a troca

da frota de ônibus, já que a cidade tinha veículos muito velhos, dentre outras reivindicações se manteve também presente e redução da tarifa.

Marcelo Gavião fala da grande dificuldade que se tinha para conseguir consolidar uma liderança, já que o movimento ganhou uma força muito grande, não se tinha um comando de mobilização que determinasse onde ia ter uma passeata e isso fez com que a cidade virasse um caos generalizado, com manifestações paralelas em diversos pontos da cidade. E aquelas pessoas que entraram mais para o final da manifestação, estava ainda mais radicalizadas, querendo ou a redução ou nada. Sem acordos. Isso fez com que o grupo se dividisse de um lado aqueles que queriam negociar com a prefeitura e o outro grupo que não queria acordo. Marcelo observa algo interessante, o fato de que até então não havia histórico no Brasil de tarifa que subiu e depois desceu por conta de manifestação, hoje se tem o exemplo de São Paulo, Porto Alegre e Salvador, mas naquela época não havia.

Nesse momento esse grupo qual Marcelo fez parte, fez uma reunião com o prefeito da época que era Antonio Imbassay para discutir a pauta, onde ficou acordado que o aumento seria não mais para R\$1,20, mas para R\$1,10, e a garantia de todas as outras reivindicações, “então hoje o estudante de Salvador paga meia passagem aos finais de semana, feriados e férias, graças a *Revolta do Buzu*, o que não é uma vitória pequena principalmente para as famílias mais pobres” (GAVIAO, 2015).

A convocação das pessoas eram feitas através dos carros de som, de panfletos e da divulgação porta a porta, já que até então não havia essa explosão das redes sociais no Brasil, “eu jamais vou dizer que as manifestações de hoje não são corretas porque não usam produtos de papel, eu queria ter uma rede social na época, eu queria ter uma capacidade de comunicação que eu tenho hoje” (GAVIAO,2015) . Nesse aspecto é possível dizer que os instrumentos são melhores, mas é importante levar em conta o cuidado que se deve ter para não se acomodar com a rede, achar que a luta na rede vai transformar, a rede é um importante instrumento e da voz às pessoas que antes não tinham a possibilidade de ser escutadas, mas a transformação é feita nas ruas.

Quando questionado sobre o papel da mídia em relação as manifestações, a fonte é clara em dizer que nesse aspecto pouca coisa mudou, já que é preciso levar em conta que a imprensa brasileira é ligada a interesses políticos.

Escondido na tal da isenção de interesse eles atuam de acordo com quem financia. Muitas das manifestações na maioria elas contestam o sistema, elas contestam os governos, elas contestam quem paga esses anúncios. Mudou pouca coisa de lá para cá. Se a manifestação for muito grande eles repercutem, às vezes tentando distorcer, isso tem muito a ver com a força, se tem força a manifestação, a imprensa repercute, se não tiver força e for para denunciar alguém que é anunciante do jornal não vai repercutir, então essa relação econômica ela pauta muito os veículos de comunicação, é e ruim que seja assim, tem que democratizar, tem que ter vários micro empresários e não um grande empresário que pauta a opinião das pessoas (GAVIAO,2015)

O saldo *Revolta do Buzu*, é que mostrou para toda uma geração de que valia a pena lutar, e organizar o estudante, valia a pena fazer a passeata e mobilizar, pois não tinha a possibilidade de ter nem um avanço para o estudante que não fosse fruto do enfrentamento e mobilização, então isso foi muito importante e ajudou a impulsionar movimentos no resto do Brasil. A *Revolta do Buzu*, foi resultado de um processo de acumulação, de conjuntura. Onde se conseguiu canalizar isso para algo maior, mas sem perder o foco economicista que foi o principal motivador.

Marcelo termina sua fala dizendo que é a favor da democratização e potencialização dos meios de comunicação e, sobretudo da melhor utilização da *Internet*.

Feito toda a abordagem do *Revolta do Buzu*, movimento precursor do atual Movimento do Passe Livre, neste momento vamos entender de forma mais profunda o que é o MPL, assim como suas motivações e qual a atuação das redes sociais da *Internet* nesse contexto. Para isso, vai ter utilizada como fonte, entrevistas realizadas com três militantes que estão a frente do movimento em Salvador: Renato Souza, Iuri Silva e Walter Takemoto.

Renato Souza é graduando de História e faz parte do movimento desde 2013. Renato explica um pouco sobre como se organizava o movimento se pensarmos no início, dez anos atrás e na configuração atual, e apesar de ser relativamente novo no MPL ele diz que até onde foi possível levantar, de forma histórica, a relação com a tecnologia ainda era distante na época, e a organização do movimento envolvendo a tarifa zero eram feitos através dos grêmios estudantis, confirmando a afirmação daqueles que participaram de forma ativa da *Revolta do Buzu*, dez anos atrás. Existiam certos lugares onde os representantes dos grêmios se reuniam, no

momento em que as pessoas eram chamadas para participar havia uma convergência grande e essa foi à característica de 2003, já que não existia essa grande utilização dos telefones móveis.

Para Renato após esse momento de convergência houve dentro da política de educação uma espécie de transformação que foi bastante radical na política de educação no sentido de descentralizar, essa afirmação se repete dentro desse estudo como algo comum entre os informantes, atualmente é possível ver isso através dos grandes colégios que já eles não andam mais cheios como antigamente, e isso acabou repercutindo de forma marcante a organização desses grêmios, já que acabou transformando o que era concentrado em algo pulverizado entre as cidades. Renato que é historiador conta que de forma histórica a cidade é marcada por uma tradição de revoltas populares que remonta o século XIX, há diversas discussões acerca da economia moral e dos motins por vários motivos, de em Salvador já existe histórico de motins de transporte desde a década de trinta início do século XX.

Tem uma que foi muito importante em 1981 e uma em 1956 até onde eu pude levantar, essa revolta de 1956 foi marcante porque ela condicionou a organização dos espaços de mobilidade de Salvador de tal forma que só foi haver uma outra licitação na década de 90, esse período de 80 e 90 era marcado por uma condição muito ruim de transporte público de Salvador, tem uma grande revolta que a memória social de Salvador já apagou que foi em 1981 que cerca de 300 ônibus foram queimados, houve manifestações. No caso da *Revolta do Buzu* de 2003 tem a questão de que ela aconteceu em um momento impar na questão das mobilizações porque não existia já há muito tempo um pensamento ou uma possibilidade de que a população se revoltasse. (SOUZA, 2015)

O MPL em Salvador foi construído por diversas interações. Quando iniciaram as chamadas para o movimento na *Internet*, não se pensava que tantas pessoas iam responder de diversos sentidos. O que aconteceu foi que pessoas que tinham militância de esquerda, pessoas que discutiam a cidade, que participaram do antigo MPL e de diversos segmentos começaram a fazer parte do movimento. No início do movimento as assembleias eram muito grandes e constituídas de centenas de pessoas, que não reconheciam ninguém como autoridade. Porque desde a *Revolta do Buzu*, em 2003, houve várias outras manifestações menores, e por conta de alguns problemas, as pessoas não acreditavam na seriedade do movimento, havia um grande medo de que algum golpe acontecesse ou de que alguém estaria ali

porque queria ascender. Nesse processo houve muita luta por liderança até que chegasse a essa forma menos autoritária e verticalizada, voltada para uma discussão mais horizontal que permite a participação de todos. Renato Souza diz que o fato de não ter liderança no início foi bastante doloroso “porque no momento das assembléias praticamente todo mundo que tinha algum contato com os movimentos anteriores tinha rixa com os grupos rivais, e isso foi nos constituindo, porque as pessoas foram se afinando. Hoje no nosso grupo não tem ninguém dos grupos anteriores” (SOUZA, 2015)

Ao ser questionado a respeito das principais mudanças na articulação do MPL, Renato atenta para o fato de que antes havia pessoas com diversas pautas, onde era tudo muito mais indefinido, tinha quem era feminista, anarquista, do movimento negro, ou seja, era muito pulverizado, todo mundo queria colocar sua pauta e isso acabou fragmentando o movimento, ele diz que o tempo fez com que houvesse um estreitamento das relações e das pautas, hoje a pauta principal do MPL é a da Mobilidade Urbana e o foco é esse.

No grupo formado hoje pelo MPL em Salvador, cada um tem sua autoridade que varia de acordo com a área de conhecimento, mas essa não é única e vertical. A *Internet* como rede, vai conectando as pessoas, não é mais como antes quando se pensava no conhecimento como um edifício. Hoje se pode falar sobre os assuntos e dialogá-los diariamente, se conectar a pessoas e fazer coisas que antes não era possível sem o auxílio da rede. A *Internet* passa a ser a extensão da vida das pessoas que utilizam, é algo ilimitado.

Algo importante para se refletir nessa discussão é acerca de como os meios de comunicação tradicionais pautaram as ações do MPL e de que forma esses meios atuam nesse processo. Para isso, é importante pensar que a *Internet* veio como forma de agregar os meios já existentes e não para substituí-los. Renato explica bem isso quando diz que os meios tradicionais não acabaram: “isso não é verdade, os grandes meios continuam pautando porque em muitos casos é o único meio de acesso que aquelas pessoas têm, então você tem lá uma casa com cinco pessoas só tem um computador, mas a televisão todo mundo tem acesso” (SOUZA, 2015). Em 2013 os meios pautaram muito o comportamento das pessoas, mas as pessoas quando foram às ruas também pautaram os meios de comunicação, esse é um processo de mão dupla.

Quando se fala em rede social a mais utilizada no MPL é o Facebook, a organização é feita basicamente por páginas grupos e chats, onde muitas vezes a pauta ultrapassa a questão da mobilidade e entra em pauta questões institucionais:

Houve um deslocamento do MPL da questão da mobilidade para a questão da cidade, hoje a gente tenta pensar na mobilidade dentro da questão da cidade, mostrando que tem a questão institucional, de como as leis se comportam, quais são as leis, como foi pensada na reforma urbana dentro da cidade, nesse caso, como não foi pensado, e a gente está tentando contribuir no sentido de pensar em como a mobilidade é pensada dentro da cidade, e como a gente pode usar as redes sociais para pensar junto. (SOUZA, 2015)

O papel das redes sociais é indiscutivelmente importante na organização e atuação do MPL de acordo com a opinião desse personagem. Além de organizar o movimento ela serve para estreitar as relações e aproximar as pessoas. Ele é claro quando conclui:

Eu acho que nos sempre convivemos com intermediários, seja uma carta, um telefone, e agora a *Internet* que agente convive o tempo inteiro, que é uma condição de existência com a própria relação das pessoas com o espaço [...] a *Internet* tem facilitado os contatos, porque se agente fosse pensar na sociedade com tantas pessoas, com o fato da gente morar a duas horas de viagem de um lado para o outro agente não se veria face a face, por causa da dinâmica de vida, se não fossem as intermediações agente não falaria com ninguém, a *Internet* ao contrário do que se diz ela aprofunda esse contato que um certo modo de vida tem fragmentado.

A próxima fonte dessa pesquisa é o estudante de Jornalismo Iuri Silva, que trás uma visão bastante focada na comunicação, nas redes e respectiva atuação no MPL.

Se pensar na comunicação dez anos atrás , que foi quando a pauta da mobilidade começou a ser discutida através das ações na “Revolta do Buzu”, é possível afirmar que a forma presencial de se comunicar era muito marcante, pois não havia essa explosão da *Internet*, nem das redes sociais, as redes podiam ser consideradas físicas, os movimentos se organizavam a partir das escolas e do convencimento de cada um. Diferente do que se vê atualmente e nas ultimas movimentações do MPL em 2013 quando a *Internet* teve papel decisivo nesse

contexto. Iuri conta que foi a partir de 2013, ano que ele começou a militar no grupo, que as redes se fortaleceram de forma significativa dentro do movimento, onde elas atuavam como forma de organizar as manifestações e de chamar as pessoas para o debate, mas também, serviu como espaço para discussão de todo o conteúdo que o MPL pauta, que são as questões da mobilidade urbana, a sobre urbanismo, direito a cidade, entre outros.

Esses espaços virtuais serviram como uma extensão da rede física que se via há dez anos atrás. As discussões realizadas nas assembleias e no passeio público não terminam ali, mas é levado para casa, para dar continuidade no ambiente virtual:

As redes sociais tiveram esse papel de estender esse processo, se tem mil pessoas, essas mil pessoas não podem falar ao mesmo tempo mas na rede sociais existe a oportunidade de mil pessoas falarem ao mesmo tempo e confrontarem idéias, confrontarem ideologias, esse processo é muito diverso em 2013, desde pessoas de um esquerdismo até a direita disputando a direção daquelas manifestações. (SILVA, 2015)

A grande diferença que é possível notar nessa transição de 2003, ano da revolta, para 2013, ano das atuais mobilizações do MPL, é que houve uma grande transformação nessa forma de se comunicar, onde as redes sociais atuam nos movimentos como elemento mobilizador e organizativo, nesse momento não é mais necessário tanto tempo para ir as escolas e fazer a promoção do debate, ou de esperar que as pessoas observem aquele conteúdo, as redes chegam de forma rápida e faz o processo de mobilização ser muito mais rápido:

foi impressionante porque da mobilização de São Paulo que foi a primeira que teve aquela repressão forte da policia militar paulista, até o dia 15 que foi quando aconteceu a primeira assembleia em solidariedade manifestação de São Paulo, não era nem uma formação de um grupo em Salvador, era uma assembleia de pessoas que se solidarizavam com a luta de São Paulo por causa da repressão policial e do tema do transporte, foi muito rápido, a rede social teve esse papel transformador em poucos dias, cerca de uma semana conseguir mobilizar milhares de pessoas em Salvador e colocar em um espaço, pessoas totalmente diferentes debatendo o mesmo assunto o mesmo propósito em uma mobilização (SILVA, 2015)



Luri Silva, acredita que ao mesmo tempo que as redes ajudaram nesse sentido de mobilizar rapidamente as pessoas, de certa forma conseguiu atrapalhar, a partir do momento em que não se conseguiu analisar exatamente o que aconteceu, para ele desde 2013 até hoje, há poucas pessoas que conseguiram analisar de forma concreta, uma análise unânime, do que foi o ano de 2013 :

pouca gente da área de comunicação analisou isso de uma forma que fosse unanimidade, do impacto, então teve um papel pela rede de criar uma 'babilônia', então se tinham mil pessoas no passeio público, tinham ainda mais pessoas debatendo na internet, pessoas que não podiam estar no espaço físico por algum motivo mas que estavam na rede social impulsionando o debate, então tem um papel de organizar de acelerar o processo de mobilização mas também de criar uma 'babilônia' na rede, onde as pessoas não conseguiam muito se entender ali, sobre o que é o objetivo central das mobilizações e tudo (SILVA, 2015)

Em 2013 foi possível observar o impacto do ponto de vista da organização da comunicação dentro do movimento, houve uma formação de uma comissão de comunicação que passou a ser responsável pelos principais veículos, como emails, redes sociais, Luri Silva fazia parte dessa organização, que passou a controlar os meios de comunicação oficiais do movimento. Essa mudança causou certo impacto para os meios mais tradicionais ao pautar, muitas vezes, os assuntos divulgados.

tinha o email, tinham as redes sociais, e explicava tudo ali, de uma ata super burocrática de uma assembleia de movimento social, até nota para a imprensa pedindo correção de matéria que saiu com informação errada, distorcendo alguma informação sobre as movimentações de massa naquele junho de 2013 (SILVA, 2015)

A imprensa tradicional sempre exerceu influência quando o assunto é movimentos sociais, de forma geral a mídia tradicional está acordada com os interesses do Estado, e isso gera uma certa criminalização dos movimentos sociais, e isso não é restrito apenas ao MPL. Um dos exemplos dessa influência foi a prática *Black Bloc* de algumas pessoas que estavam ali, que quebravam o patrimônio que representavam as hierarquias de poder, isso influenciou ainda mais a criminalização. A imprensa criminaliza os movimentos sociais ao longo da história. Luri discute isso e apresenta um exemplo:

se o uso da força for uma determinante como é o MST, por exemplo, vai ser criminalizado, vai ser taxado de vagabundo, então teve uma criminalização muito grande, no entanto, acho que a rede sociais foi decisiva nesse sentido, como a gente controlava as redes sociais, agente era muito duro no acompanhamento da imprensa tradicional, as redes sociais serviram como contra ponto dos veículos tradicionais (SILVA, 2015)

Não se pode deixar de dizer que apesar de tudo a *Internet* contribuiu com a velocidade das mobilizações, mesmo a rede sendo um espaço que muitas vezes ocasiona uma certa confusão no debate, é um espaço livre, onde qualquer pessoa pode participar. Iuri conta que teve uma fase onde o Movimento viveu uma espécie de crise ideológica, porque os debates passaram a ser rasteiros, já que haviam pessoas de todas as personalidades e tipos de intenção, havia policiais infiltrados nos perfis falsos, gente de todos os lados discutindo os rumos da mobilização, “chega um momento que não é mais um assunto de mobilidade que ta se discutindo, é a briga política de quem controla a multidão” (SILVA, 2015). Iuri afirma que apesar de mobilizar rápido a rede social não ajuda a fidelizar, para ele, essa fidelização só vai acontecer na prática e na formação. Atualmente as principais mídias utilizadas no MPL são o email, com *mailing* da imprensa, que é utilizado para disparar releases com as atividades do movimento, o facebook e a fanpage do MPL que é o maior veículo de propagação das ações do movimento, nesses meios não há rotina estabelecida, isso varia de acordo com a demanda.

Na visão de Iuri Silva, o que pode se observar nesse processo foram dois resultados básicos, o primeiro a grande mobilização no período de 2013 entre junho e setembro, que culminou na ocupação da câmara municipal, e que aconteceu também nas redes, e a outra e a questão da visibilidade que as redes sociais oferecem, pautando muitas vezes, os veículos mais tradicionais e servindo como uma nova fonte.

O que se vive atualmente pode ser considerada uma grande revolução e a *Internet* tem impactado de diversas formas, seja na mobilização social ou na produção de conhecimento, já que esse é um espaço democrático para se debater diversas questões

Apresentarei nesse momento uma entrevista realizada com o Walter Takemoto que está a frente do Movimento do Passe Livre em Salvador e principal porta voz do movimento por sua experiência e tempo de militância. Ele trás no seu discurso informações importantes que ajudam a entender o processo de

transformação da comunicação dentro do movimento a partir do uso das redes sociais e contempla fatos e dados importantes para esse estudo, questões quanto às formas de organização, mudanças na comunicação e divulgação das ações do MPL e motivações do movimento.

Walter começa falando sobre as diferenças percebidas na forma de organização do movimento, levando em conta seu início há dez anos atrás. Para ele a maior diferença que se pode apontar diz respeito a disseminação das redes sociais, quando aconteceu a “Revolta do Buzu” o acesso a internet e as redes sociais era bastante reduzido. Apesar da notoriedade que a Internet apresenta, no Brasil ainda tem cerca de 42% da população que não tem acesso a Internet, de acordo com o relatório divulgado pela ONU ( Organização das Nações Unidas) em 2015, mas é importante lembrar que a disseminação dos aparelhos de telefonia móvel facilitou muito esse acesso de um lado e a própria troca de mensagens por meio eletrônico. No MPL há atualmente uma grande predominância das redes sociais, dos grupos de discussão, da troca de mensagens entre militantes, pessoas, e isso facilita a disseminação da informação e a contra informação em relação aos meios de comunicação oficiais. Takemoto, exemplifica a importância das redes, “o que acontece em um País distante do Brasil, por exemplo, no mesmo momento ficamos sabendo, aqui em Salvador, em alguma cidade do Brasil, ou em qualquer lugar do mundo” ( TAKEMOTO, 2015).

Quando se fala das jornadas de junho de 2013 tudo começou quando o MPL convocou a primeira manifestação contra o ajuste da passagem de ônibus e metrô em São Paulo, se tinha naquele momento por volta de duas mil pessoas que normalmente eram os que participavam dos atos do MPL em São Paulo, Walter conta que houve uma grande repressão policial que resultou em agressões violentas contra participantes do movimento e contra pessoas que estavam andando nas ruas, e mesmo em bares, lanchonetes, nesse momento um jornalista foi ferido gravemente. As imagens feitas da repressão de São Paulo, rapidamente circularam nas redes sociais em todo Brasil e isso causou uma forte indignação pela forma como a polícia militar reagiu a uma manifestação que era pacífica que tinha como reivindicação apenas a redução da passagem. Esse e foi o estopim para as manifestações que ocorreram em todo o Brasil. Walter sabe da importância que as redes sociais tiveram e têm nesse processo de manifestação social e afirma claramente que:

As redes sociais, o acesso a internet e a disseminação da informação de forma rápida, em tempo real, é um grande diferencial, porque permite que as pessoas acompanhem tudo que acontece em qualquer lugar no mundo. Hoje não é possível pensar em movimento social e nas relações sociais no Brasil, sem considerar o uso dessa ferramenta que é de grande importância. (TAKEMOTO, 2015).

Levando em conta que a cidade de São Paulo teve papel importante quando o assunto é MPL já que as primeiras manifestações ocorreram lá, é importante deixar claro, como e porque houve um rompimento entre os integrantes do movimento de São Paulo e Salvador. Algumas diferenças nas posições e forma de organização fizeram com que o MPL de São Paulo não dialogasse com a formação de Salvador:

O movimento de São Paulo, tem a participação prioritária e até exclusiva de grupos anarco-libertários, ou anarquistas, e esses grupos acabaram por restringir a participação de partidos, sindicatos, movimentos organizados que tivessem alguma relação com partido ou que admitissem na sua composição integrantes de partidos políticos, aqui em Salvador, quando surgiu o movimento de junho de 2013, participaram da sua organização, partidos políticos, sindicatos, movimentos populares, entidades, movimentos estudantis e o movimento se desenvolveu como uma forma de organização ampla, com a participação aberta a todos, e isso, foi uma marca muito forte aqui. No caso de São Paulo, o MPL não admite essa participação e as manifestações de Junho em SP teve como marca forte a agressão a militantes que carregavam bandeiras de partidos políticos de esquerda, e acabou em agressão violenta que provocou ferimentos em militantes do PT, PSTU, PCdoB, e nos aqui não admitimos isso, tivemos alguns problemas ao longo das manifestações que alguns setores ligados ao movimento anarquista chegaram a agredir militantes do PSTU em duas manifestações e nós nos posicionamos radicalmente contra. (TAKEMOTO,2015)

Em função dessa posição assumida aqui em Salvador é que acabou levando ao rompimento com o MPL de São Paulo. Hoje não se tem mais nem um vínculo com o MPL de São Paulo, atualmente, por conta dessa postura, o próprio MPL de SP acabou por se dividir e está em um processo de rediscussão das suas posições e da sua atuação, porque parte dos militantes romperam com a organização e saíram. É importante deixar claro nesse momento que apesar desse rompimento o que é comum, independente da formação do movimento, é a luta pela tarifa zero,

pela qualidade, pelo direito a cidade, essas questões que são unitárias entre o MPL de São Paulo e o de Salvador.

Quando questionado quanto as mudanças na forma de articulação e organização do MPL Walter afirma que hoje tem sido feita uma reavaliação de que a questão principal não está no aumento da tarifa, que essa questão é apenas momentânea quando a prefeitura de forma unilateral vem justificar o reajuste e determina a elevação do custo da tarifa, mas a questão principal são aquelas vinculadas a qualidade do transporte, ao tempo de espera no ponto, o trajeto que o ônibus faz do ponto de partida até o ponto de chegada, a frequência de um ônibus e o outro, ou seja, tudo aquilo que está relacionado a qualidade do transporte oferecido a população.

Essa é a questão central para o usuário e para nós a participação no movimento de luta pelo transporte, ele tem que envolver principalmente o morador da periferia que é o que depende único e exclusivamente do ônibus para sua locomoção e para exercer seus direitos e, portanto, é quem tem que estar participando dessas lutas. Não é o estudante o prioritário como assim é entendido até hoje pelo MPL de São Paulo. A outra questão é lutar por uma empresa de transporte pública gerida pela prefeitura para que não se trate o transporte como uma mercadoria que deve dar lucro, essas são as questões que hoje nós consideramos prioritárias na luta do MPL. (TAKEMOTO, 2015)

Quando é perguntado sobre as mudanças que o uso das redes provoca e qual impacto dessa transformação, Takemoto explica que passa a ter uma importância grande o uso das redes sociais como forma de comunicação, de disseminação de informação e de articulação entre seus participantes, para ele, as redes sociais tem uma importância fundamental na continuidade do movimento, para que possibilite o MPL atingir setores mais amplos do que quem participa cotidianamente das suas ações. O MPL de Salvador hoje trabalha com uma página oficial no Facebook, com blog além de produzir constantemente aqueles que participam das suas atividades, “é uma forma de se manter uma rede de informação entre as pessoas, então nesse sentido, as redes sociais têm uma importância grande para a organização do movimento” (TAKEMOTO, 2015)

Algo importante a se pontuar quando se fala da organização do MPL é que hoje ele atua em parceria com outros movimentos sociais, foi constituído um fórum do movimento de moradia e dos movimentos populares, principalmente com

movimentos que lutam pela moradia como a União Nacional de Movimentos Populares, Frente de Lutas e MSTs (Movimento Sem Terra Salvador), todos esses grupos hoje utilizam a Internet e redes sociais, as ferramentas de comunicação via telefonia móvel, como grupo no Whats App, “essa hoje é uma marca registrada de todo movimento, explorar a potencialidade das redes sociais e da Internet para disseminar informações, mobilizar seus militantes, e rapidamente, por exemplo, convocar uma reunião, uma manifestação e a troca de mensagens e documentos” (TAKEMOTO,2015).

A transformação na forma de comunicação e divulgação de informação é grande, e quando se trata do MPL não é diferente, uma grande parte desse material era divulgado através da produção de boletins, folhetos, cartazes, se pensar em dez anos atrás, mas hoje, não é mais necessário a utilização desse suporte material físico, a produção e toda disseminada através de emails e redes sociais e assim rapidamente acessado, e essa é a mudança mais significativa apontada por Walter:

Isso mudou sensivelmente de forma quase que definitiva a forma como se organizam os movimentos, seja o MPL ou qualquer outro movimento social, o conhecimento de como se usa as ferramentas de comunicação e informação ou se estrutura grupos e redes em torno da internet e determinante na atuação de qualquer mobilização social. (TAKEMOTO,2015).

Quanto ao papel da sociedade frente a tais transformações , Walter explica que hoje é possível ver na sociedade brasileira, um aumento muito grande dos setores fundamentalistas e de uma disputa ideológica e cultural promovida por partidos conservadores e pelos próprios meios de comunicação, para ele o que se tem hoje de forma explícita são posições reacionárias, fundamentalistas, que não respeitam a diversidade presente na Internet, nas redes sociais, e cotidianamente nos meios de comunicação, Takemoto é categórico ao fazer uma comparação da atualidade com a época ditatorial, no sentido de afirmar que pouca coisa mudou, “ o que estamos assistindo nos últimos anos e é diferente nos anos anteriores, por exemplo, nas décadas 60 e 70, mesmo estando sob a ditadura militar não se via um discurso de ódio, e preconceituoso de forma tão explícita como vemos hoje” (TAKEMOTO, 2015). Para ele, há uma onda grande de conservadorismo no

governo e nos setores que se dizem democráticos e populares e que isso pode ser percebido também nas redes onde em tese seria um espaço mais democratizado.

O esforço que nós fazemos nesse momento é de tentar impor uma concepção diferente daquela, que os meios de comunicação difundem na sociedade e alimentam os setores reacionários e conservadores que atuam nas redes sociais, para tentar propor outra forma de compreender o papel de quem luta por uma sociedade mais democrática e igualitária. Como hoje não se tem a democratização dos meios de comunicação, esses meios estão concentrados nas mãos de poucas famílias, no máximo oito, nos estamos em situação extremamente desfavorável, porque enquanto nas redes sociais nós atingimos algumas milhares de pessoas, a rede Globo, atinge dezenas e milhões todos os dias, então, a atuação nossa nas redes sociais se dá muito mais em torno da militância política e social do que efetivamente conseguir atingir a sociedade como um todo, porque a sociedade ela é atingida pelos meios de comunicação que estão concentrados nas mãos de quem representa o poder econômico. (TAKEMOTO, 2015)

Pensado um pouco atrás nas décadas anteriores, 70 e 80, os setores democráticos e populares não tinham uma predominância cultural, mas quando haviam festivais, ou movimentos da rua existia uma cobertura dos meios, lembrando que se vivia nessa época um regime de ditadura e censura. Ao lembrar dessa fase, Walter, fala que desde então já existia uma disputa ideológica aos meios tradicionais, o papel que hoje é da Internet eram feitos através de jornais e revistas que não iam de acordo com os meios de massa:

A revista Realidade era uma revista que tinha um papel importante na sociedade, posteriormente, existiam jornais como, Pasquim, como Opinião, Movimento e outros, que também faziam contraponto a imprensa oficial, então os meios de comunicação, apesar da ditadura militar ainda reservavam um espaço para divulgar o que acontecia na sociedade e nas lutas políticas e sociais que eram travadas, porque não podiam desconhecer por conta que tinha uma predominância de uma cultura política democrática e popular, tinha uma expressão social grande, o que não acontece hoje. (TAKEMOTO, 2015)

Os movimentos são tratados por essa mídia como algo que deve ser combatido com violência e repressão, durante as manifestações, os militantes foram tratados como vândalos, baderneiros e como atores de algo prejudicial a sociedade. Durante a entrevista, Takemoto explicita sua posição acerca dessa realidade:

Nos governos democráticos populares como o governo Federal, da presidente Dilma, não tem conseguido atuar de forma que as manifestações sejam entendidas como democráticas e fundamentais para a consolidação da sociedade democrática, muito pelo contrário, tem agido no sentido de conceder aos partidos conservadores, a oportunidade de aprofundar a criminalização deles, como a lei, anti terrorismo, então, esse é um risco porque fortalece de um lado os setores reacionários de outro prejudica que os movimentos possam avançar no sentido de criar as condições para que o próprio governo Dilma não seja um governo que se renda aos interesses desses partidos conservadores. Hoje a mídia está a serviço do retrocesso político claramente e contra os movimentos sociais. (TAKEMOTO, 2015)

A Internet e as redes representam para o MPL um espaço de organização importante, que trouxe para o movimento apenas aspectos positivos, pois auxilia na disseminação das ações do movimento, os recursos utilizados a partir dos processos de transformação tecnológica devem ser vistos como algo a mais. O Movimento do Passe Livre utiliza essas ferramentas como auxílio do seu trabalho, Walter fala que “não existe um lado negativo, o que propicia é um avanço na organização e nas possibilidades de interação com os militantes de outros movimentos e a divulgação das pautas que o MPL defende” (TAKEMOTO, 2015)

Todas as ferramentas virtuais são instrumentos utilizados não só para divulgar as pautas, agendas e documentos produzidos, mas também como espaço de difusão de matérias de interesse do movimento, sejam matérias produzidas por militantes ou divulgadas pelos meios tradicionais. Além disso, existem grupos dentro do Facebook que são responsáveis por criar e viralizar *memes* ( nome dado a qualquer vídeo, imagem, ou conteúdo que se espalhe de forma viral na Internet e se torne popular) relacionados as pautas do MPL que são difundidos na rede. No trabalho que o MPL desenvolve, as redes são utilizadas também como suporte para os cursos e reuniões que o movimento realiza periodicamente, a distribuição de matérias, e a divulgação para outros movimentos são sempre realizados pela Internet, que é a forma mais rápida e eficiente de comunicação.

Quando é perguntado a respeito dos resultados que a utilização das redes trouxe para o movimento, Walter divide esse momento em dois: Primeiro levando em conta as das jornadas de junho, que segundo ele as redes tiveram uma importância fundamental na convocação dos atos e das ações, assembléias e manifestações.



Sem a ajuda das redes dificilmente se teria a capacidade de mobilizar milhares de pessoas em pouco tempo, como aconteceu, de acordo com informações dele, o MPL chegou a ter quase setenta mil pessoas vinculadas a sua página durante o período de manifestação, foi um momento extremamente rico. E o segundo momento é que o uso das redes fez com que o MPL fosse conhecido para além de quem tem interesse nessa pauta, Walter afirma que, “ hoje é difícil encontrar quem não saiba o significado na sigla ou quais são as questões qual o MPL luta e se organiza” (2015).

O MPL é um movimento que não tem sede física, trabalha com poucos recursos, e nesse sentido, as redes sociais atuaram de forma determinante, porque, fez com que o MPL se tornasse um movimento de referencia quando se discute o papel do transporte, da reforma urbana e do direito a cidade. Esses são os maiores resultados, em decorrência do uso das redes foi possível disseminar e difundir as lutas, e ainda hoje, continua tendo uma importância grande e ela permite atingir um público maior do que aquele que está relacionado a essa pauta e ela faz com que o movimento exista sem precisar de uma sede, de recursos matérias grande, por exemplo, como tem os sindicatos, partidos e as formas de organização social mais tradicionais, “a redes sociais substitui essa estrutura que os movimentos sociais mais tradicionais ainda dependem até hoje” (TAKEMOTO,2015)

Mesmo substituindo a estrutura física do MPL é preciso atentar-se para o fato de que ela não substitui a efetividade das ações do movimento. A rede é um suporte, mas nos momentos de ação, quando vai ser feita uma manifestação, um ato, uma audiência é preciso ter o material físico e impresso, por exemplo, em um manifesto, uma cartilha, “é importante que as pessoas possam ter acesso ao material” (TAKEMOTO, 2015). É necessário frisar que apesar das pessoas participarem diretamente dessas ações, a internet não substitui, o curso de formação política, a reunião para discutir, debater e aprofundar a compreensão sobre a conjuntura, a alterações que estão ocorrendo, como também não substitui a necessidade de ir ao bairro e discutir com os moradores a situação do transporte coletivo na cidade, ou medidas que o prefeito tome que reduzem o direito da população a cidade, “então esse contato direto com a população no que diz respeito à ação contra a forma com a cidade é administrada a rede social não substitui” (TAKEMOTO, 2015).

Durante as Jornadas de Junho, uma série de motivações levou as centenas de pessoas as ruas, dentre elas, é possível apontar o descrédito de uma grande

parte da população em relação aos partidos políticos, aos políticos de uma forma geral e as formas de organização tradicional, isso claramente estava explicito nas manifestações de junho, o esgotamento de políticas compensatórias que não mexeram na realidade cotidiana das pessoas então, o acesso ao consumo, os programas de distribuição de renda:

o acesso ao ensino superior de setores até então excluídos dessa possibilidade, não conseguiram ocupar o lugar e fazer com que as pessoas deixassem de sentir no cotidiano, problemas relacionados à saúde, educação, transporte, saneamento, violência etc. Então as manifestações de junho de 2013 capitalizaram o descontentamento da vida cotidiana das pessoas. (TAKEMOTO, 2015)

Outra marca, nesse momento foi a forte manipulação dos meios de comunicação que tentaram transformar as manifestações de junho em uma manifestação completamente contra o Governo Federal, logo no inicio das manifestações os meios de massa tentaram fazer com que as pessoas saíssem as ruas a partir do chamado em defesa da democracia, em defesa da moralidade da coisa pública, contra a corrupção, o que claramente focava atingir o governo Federal e os partidos que o apoiavam, Walter afirma:

eu acredito que esses foram os principais motivos que levaram tantas pessoas as ruas, agora o motivo disparador das manifestações de junho e estão na base das suas manifestações foi a violenta repressão policial militar que o governo de São Paulo coordenou para que a PM reprimisse uma manifestação convocada com duas mil pessoas, então as cenas de brutalidade de espancamento de jovens, mulheres, homens e senhoras é o que acabou disparando essas manifestações que ocorreram em cidades do interior do País que nunca tinham visto uma manifestação de rua até aquele momento.(TAKEMOTO,2015)

Mesmo com todos esses recursos disponíveis, a Internet, não substitui as relações entre as pessoas, assim como Walter afirma na sua fala, “não será os recursos tecnológicos que vão decretar o fim da aula presencial, ou o estudo na biblioteca de um determinado livro, ou a discussão em grupo, por exemplo, de Freud, Marx ou qualquer outro pensador, ou encontro de pessoas em mesas de bar” (2015). A potencialização desses recursos representa um momento da sociedade humana que quanto mais souber utilizar em favor, maior será o resultado positivo

dela, hoje é possível pensar em confrontar os meios de comunicação nas mãos de monopólio porque existem as redes sociais.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revolução tecnológica e o advento da Internet trouxeram um avanço muito grande para a sociedade, essas transformações puderam ser percebidas através das mudanças em segmentos como a economia, a comunicação e as relações sociais. O reflexo disso pode ser observado nessa pesquisa através da transformação na comunicação, que deixou de ser face-a-face e passou a ser mediada pela Internet, um meio que traz uma simultaneidade e interatividade muito grande no seu funcionamento. A Internet logo se instrumentalizou através das redes sociais que passaram a servir como espaço de interação e ação social, muitas vezes, sendo palco de pautas e interesses em comum. Através das redes é possível discutir temas, organizar debates, fóruns e ações que saem da virtualidade e ganham o espaço público. E foi isso que aconteceu quando se pensa na onda de manifestações vividas no Brasil em 2013, motivadas pelo aumento da tarifa de ônibus. Nesse período, o país foi cenário de grandes embates sociais, quando uma multidão tomou conta de diversos centros das capitais brasileiras protestando contra os vinte centavos de acréscimo na passagem de ônibus.

A partir das manifestações contra o aumento da tarifa de ônibus, as jornadas de junho, como ficou conhecida a onda de protestos em 2013 no Brasil, se transformou em algo muito maior, numa onda de ações que debatiam pautas diversas que traziam nas suas entrelinhas temas que permeiam o desejo dos brasileiros. Essa pesquisa apresenta três categorias teóricas, que foram definidas previamente, e que ajudam a elucidar o que foram esses movimentos.

A Democracia representativa entendida como um sistema de governo definido através do voto, passou historicamente a viver uma crise na sua definição, onde a necessidade de ter um sistema mais participativo começou a ser estudada não apenas por teóricos e pela comunidade acadêmica, mas passou a estar materializada na insatisfação social, em uma sociedade que está cada vez mais convencida da necessidade da efetiva participação nas decisões do Estado. Essa

não é uma constatação superficial, mas no próprio campo teórico e de campo dessa pesquisa, já que os movimentos recentes, assim como o MPL objeto de estudo dessa pesquisa, são atores que lutam por essa participação social através das suas reivindicações e pautas, através dos cartazes e gritos que são vistos nas ruas durante essas manifestações.

A cidadania apresentada como conceito nessa pesquisa também está presente no campo, no sentido em que a medida que as pessoas vão as ruas protestar, elas estão consolidando seu direito a cidadania de forma ativa e participativa, o conceito de cidadania ativa aparece nesse trabalho como algo relativamente novo, dessa forma, é possível observar que há uma transformação na forma de entender esse termo.

A questão dos direitos fundamentais também aparece no campo teórico, onde esses ficam entendidos como necessários para a vida social, seja o direito de ir e vir, qual luta o MPL, ou o de livre acesso a informação e liberdade de expressão, presente no campo através das centenas de protestos realizados contemporaneamente, onde as centenas de pessoas tomaram as ruas e as redes sociais.

Além das categorias que foram previamente definidas, surgiram novas categorias durante a pesquisa de campo, através de palavras recorrentes, que apareceram nas falas dos atores sociais, essas, apesar de não estarem todas conceituadas no decorrer do trabalho, surgem como extensão do campo que nunca se esgota por completo, dentre elas, estão: descentralizado, pulverizado, rede associada a organização e mobilidade.

Dentre as palavras recorrentes que surgiram no campo de forma mais presente, está a criminalização, que acabou sendo transformada em categoria teórica por sua relevância com o tema. A questão da criminalização foi quase unânime nas falas dos informantes dessa pesquisa, que retrataram um processo qual o MPL, a Revolta do Buzu e as jornadas de junho de 2013 sofreram/sofrem.

Durante o percurso das entrevistas houve muitos pontos em comum que estão relacionadas à forma como o movimento se organizava, descentralizado, e também, acerca das dificuldades enfrentadas na época da Revolta do Busú porque não havia essa facilidade que os meios oferecem atualmente, muitas vezes, não se conseguia unificar as ações em um local apenas, porque não havia uma forma acessível de transmitir as informações, diferente da atualidade onde através das

redes sociais foi possível convocar centenas de pessoas em pouco tempo. Algo importante salientar que está muito presente nas falas dos entrevistados é de que apesar das redes sociais terem papel importante na disseminação e divulgação das ações do movimento, ele só acontece de fato no espaço público, e isso, mostra como a comunicação pessoal ainda tem papel primordial quando o assunto é movimento social.

Se pensar em quando aconteceu a Revolta do Buzu, os grandes protagonistas da divulgação e organização eram os grêmios estudantis e o contato nas escolas, face a face, sem a agilidade que as redes podem oferecer através da Internet e das tecnologias como os smartphones, por exemplo. Essa foi uma transformação significativa e a adesão popular foi fácil, a disseminação da informação fez com que as pessoas se adequassem de forma rápida, fazendo parte desse processo evolutivo. A Internet aproximou pessoas na medida em que chegou a lugares onde antes não era possível estar e ao mesmo tempo afastou, quando se pensa na redução do contato face a face.

Quando começaram as manifestações mais recentes no Brasil (2013) havia uma quantidade muito grande de pessoas indo às ruas com uma variedade de pautas, e isso fez com que o MPL se fragmentasse, o foco na Mobilidade Urbana veio com o tempo, quando outros assuntos foram se distanciando e fixando o tema do movimento.

Essa dissertação trouxe como questão teórica a seguinte pergunta: Em que medida a emergência de um novo paradigma tecnológico (Castells, 1999) baseado nas tecnologias de comunicação e informação transformaram profundamente o modo de organização do Movimento Social Passe Livre? Como definiu Castells (1999) o novo paradigma tecnológico tem como principais características: a informação sendo matéria prima fundamental; a forma como as novas tecnologias penetram na sociedade e gera efeitos e transformação; a lógica das redes atuando na interação e desenvolvimento social; a flexibilidade tratando da capacidade de se reconfigurar sem destruir a organização e a grande convergência que transforma tudo em um sistema totalmente integrado.

A informação como base social, assim como define Castells (1999) é ponto de partida para a formação e atividade regular do MPL como movimento social, essas informações uma vez definidas são transmitidas através das redes sociais, que

utilizam as tecnologias de informação como instrumento mobilizador. O papel das redes nesse sentido, está além de um espaço virtual condensador de informação, mas atua com efeito transformador e formador de opinião. Essa ação que a rede propicia faz a sociedade se desenvolver de forma mais prática, com acesso as informações e a capacidade de interação que elas promovem. Assim como bem definiu Castells (1999) o paradigma tecnológico é capaz de re configurar a estrutura social sem desorganizá-la e foi exatamente isso que presenciamos se levar em conta a transformação ocorrida dentro do MPL desde seu início com a Revolta do Buzu, então hoje, há uma nova estrutura social pautada na comunicação mediada, mas a forma organizativa do movimento é a mesma, no sentido dele se estabelecer como descentralizado e horizontal, o que muda é a facilidade na transmissão de informação e mobilização social.

As redes atuam na medida que oferece instrumentos que agilizam o processo de organização, um resultado que antes era obtido a longo prazo hoje pode ser visto em um tempo muito mais reduzido dentro do MPL. Essas mudanças puderam ser percebidas através das falas dos atores dessa pesquisa quando afirmam que hoje a facilidade e o acesso a Internet e a informação trouxeram uma realidade diferente para o movimento.

De forma geral foi possível perceber que a Internet transformou as relações sociais e de comunicação, a utilização das redes fez com que o MPL passasse por um processo de transformação na forma com que as informações são divulgadas e o grupo organizado, com isso, houve um impacto a medida que as pessoas tinham que se adequar a esse novo modelo de articulação das ações e na recepção das informações. A Internet, veio para agregar os meios já existentes e não para substituí-los, como muito se temia na sua chegada, a simultaneidade e a interatividade fazem dela um veículo atrativo, mas é importante dizer que apesar de tudo isso, a comunicação mediada não exclui a importância do contato face a face e da presença desses grupos sociais nas ruas onde de fato as ações devem se consolidar.

## **5.CRONOGRAMA DA INVESTIGAÇÃO**







CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto: As manifestações no Brasil em 2013** (junho-outubro). São Paulo. Annablume. 2013

CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. **Amanhã vai ser maior: O levante da multidão no ano que não terminou.** São Paulo. Annablume. 2014.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro & SILVA, Antonio Carlos da. **Crise Global: Reflexões sobre a Sociedade do Espetáculo ao Ritmo do Capital**, 2011.

### **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**

COSTA, Sérgio. **Revista de cultura e Política Lua Nova.** Cedec. Ed nº36. 1995

CHAUÍ, Marilena Disponível em:  
<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo?page=full>. Acesso em:01/11/2015

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**, 2003.

DEJOURS, Cristophe. **A banalização da Justiça Social.** Rio de Janeiro. FGV.2003

DELEUZE, Gilles. **Post-scripitem sobre as sociedades de controle.** Rio de Janeiro Ed.34. 1992.

FARIA. Eduardo José. **Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça.** São Paulo. 1998.

FERREIRA. Giovandro Marcus. **Em busca da retomada (dos estudos) da comunicação como fator de mudança social: WEB 2.0 e participação política.**

FILHO, Sobreiro José. **Movimentos Socioespaciais, Socioterritorias, Manifestações e as redes sociais: Das manifestações internacionais ao Movimento do Passe Livre-Sp.** Unesp.2015

CRUZ, Fábio Souza da. **Os movimentos sociais e a mídia em tempos de globalização**: um estudo das abordagens de jornais brasileiros e espanhóis sobre o MST e os Direitos Humanos. 2012

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e redes de mobilização civil no Brasil contemporâneo**. Petrópolis RJ. Vozes, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis RJ. Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais**: Indignados, Occupy Wall Street, Primavera Árabe e mobilizações no Brasil. São Paulo. Cortez, 2013.

GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HAGUETTE, Maria Frota Tereza. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis. Rio de Janeiro. 2005.

HARVEY, David. **A teoria marxista do Estado**. In: A produção capitalista de espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1994.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo, Atlas, 1986.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

LEI DE MEIOS. Sistema central de mídia : proposta de um modelo sobre os conglomerados e comunicação no Brasil. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17166?show=full>. Acesso em 27/02/2015.

LEI ANTI-TERRORISMO . Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/deputados-aprovam-lei-antiterrorista-que-pode-criminalizar-manifestantes-4848.html>. Acesso em 02/10/2015

KURZ, Robert. **Não há Revolução em lado nenhum**. Pela redação da EXIT. Janeiro de 2012. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz400.htm>.

KURZ, Robert. **Perdedores Globais**. Os últimos combates . Petrópoles, Vozes, 1997.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1998.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

MARTINO, Luis Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais**: Linguagens, ambientes, redes. Rio de Janeiro. Vozes. 2014.

MINAYO, Cecilia de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, Vozes, 2008.

NOGUEIRA, Marcos Aurélio Nogueira. **As Ruas e a democracia**. Contraponto. Rio de Janeiro. 2013

O' DONNEL. **Democracia, Agência e Estado**: teoria com intenção comparativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

ONU Relatório. Disponível em: <http://www.tecmundo.com.br/brasil/86778-falta-42-brasileiros-nao-tem-acesso-internet.htm#>. Acesso em: 10/11/2015

RAMPAZZO, Lino. *O conhecimento*. In. **Metodologia científica. Para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. São Paulo. Edições Loyola, 2002.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SANFELICE, José Luís. **Vandalismo ou Movimento Social?** As Jornadas de Junho de 2013. 2014

SAUER, Sérgio. **Processos recentes de criminalização dos movimentos sociais populares**. Disponível em < <http://terradedireitos.org.br/biblioteca/sala-de-midia/opinioao/processos>. Acesso em 28/09/2015

SINGER, Paul. **Economia política do Trabalho**: Elementos para uma análise Histórico - Estrutural do Emprego e da força de trabalho no Desenvolvimento Capitalista. 1977

SCHELP, Diogo. **A História acabou, sim (Entrevista: Francis Fukuyama)**. Revista *Veja*, edição 1880, 17/11/2004.

TARIFA ZERO. Disponível em: <http://tarifazero.org/2009/07/23/projeto-tarifa-zero/> .  
Acessado em: 27/02/2015

TAKEMOTO, Walter. *Tarifa, Mobilidade, e Exclusão Social*. Fundação Abramo. 2014

TOTORA, Silvana. **Democracia e sociedade de controle**. Ed.Verve, 2006.

VOLANIN, Leopoldo. **Poder e Mídia**: Criminalização dos Movimentos Sociais no Brasil nas últimas trinta décadas 1997 .Disponível em:  
[www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/760-4.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/760-4.pdf)

## 12.ANEXOS

Entrevista de aproximação de campo com Walter Takemoto ( Questionário aplicado dia 24/10/2014)

1. O Movimento do Passe livre é um movimento social que defende a tarifa zero nos transportes do país. Como se deu o inicio desse movimento, sua fundação e primeiras ações?
2. Quais foram as principais motivações que fizeram com que esse movimento fosse criado?
3. Cada movimento social é norteado por uma série de princípios, no caso do MPL, quais são os princípios que definem o movimento?
4. Como se decorreu o processo que tornou o movimento do passe livre não apenas localizado, mas disseminado em todo o País? Quais são os pontos históricos mais significativos nesse processo?
5. Cerca de oito anos após a sua criação o MPL volta com muita força a pauta no Brasil. A que fatores você atribui essa explosão do tema?
6. Muitos movimentos sociais no Brasil utilizam as redes sociais da Internet, como uma forma de organizar e disseminar suas idéias e ações. Gostaria que o você explicasse como foi e como se dá essa relação do MPL com as redes sociais? Existem ações pré estabelecidas dentro das redes? Como funciona o movimento nesse contexto da Internet?
7. Houve uma mudança muito grande no processo de comunicação com o passar dos anos, a comunicação que antes era face a face, hoje é mediada pelos meios de massa. Levando em conta essa transformação gostaria que você pontuasse, de acordo com sua experiência, quais são as principais mudanças na forma de comunicação levando em conta os movimentos sociais mais antigos ( antes da internet) e os mais atuais ( após o advento da internet)?
8. A Internet é um meio que pode ser considerado um pouco perigoso, quando se trata da questão do anonimato e do livre acesso as informações. De que forma

esses problemas podem influenciar nos trabalhos de movimentos como o MPL por exemplo?.

9. Em junho uma série de protestos tomaram conta das ruas no Brasil. Mesmo o MPL sendo o ator principal com suas reivindicações contra o aumento das tarifas, houve muitas pautas que acabaram

indo as ruas nas formas de protesto. Essa falta de uma pauta única foi considerada um problema para o MPL ?

10. Gostaria que você me contasse um pouco como você foi inserido no MPL e como se tornou militante e liderança do movimento?

#### QUESTIONÁRIO SEMI – ESTRUTURADO PARA APLICAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO.

Nome:

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Onde mora:

Etnia:

Quanto tempo de movimento:

Usa o transporte coletivo:

Caso sim, com que frequência:

1. De acordo com sua experiência de que forma o MPL e a comunidade se organizavam se pensarmos em 10 anos atrás, no início do movimento?

2. Que mudanças podem ser percebidas na forma de organização e articulação dessas ações?

2 A. Quais foram as transformações vividas dentro do MPL, levando em conta a utilização da Internet?

3. De que forma a Internet e as redes produziu impacto dentro da organização e articulação do MPL? E qual o papel da sociedade em rede nesse contexto?

4. De que forma a utilização dos meios de comunicação mais tradicionais (tv, rádio, jornal) atuavam e atuam quando o assunto é movimento social?

5. Quais as facilidades e dificuldades que o uso da internet trouxe no desenvolvimento das ações do MPL?

6. Como funciona de forma prática a rotina do movimento na Internet? Quais as redes mais utilizadas? Descreve como funciona essa mobilização na virtualidade?

7. Quais os resultados que a utilização das redes trouxe para o MPL?

8. No caso do MPL quais foram as maiores motivações que fizeram com que centenas de pessoas fossem as ruas?

9. Como você vê a transformação na forma de comunicação produzida pela *Internet*. Antes uma comunicação que era feita face- a-face, hoje é mediada pelos meios. Qual seu posicionamento perante essa realidade?

## **PROPOSTAS E ANÁLISE DO MPL – MOVIMENTO PASSE LIVRE SALVADOR - SOBRE PROCESSO LICITATÓRIO DAS LINHAS DE ÔNIBUS**

O Movimento Passe Livre, a fim de oferecer subsídios para as providências cabíveis pelo Ministério Público, relacionou os problemas do processo licitatório para concessão do transporte coletivo em Salvador. As conclusões relacionadas se baseiam na audiência pública realizada no dia 13 de novembro no auditório da Biblioteca Pública dos Barris e nos estudos realizados pelo MPL de Salvador.

a) O edital de licitação divulgado pela prefeitura de Salvador não está respaldada num Plano Municipal de Mobilidade Urbana conforme prevê a legislação federal e o PDDU. Nesse plano, devem constar a integração com outros sistemas de transporte, não apenas de ônibus, considerando que há leis específicas que regulamentam o uso de calçadas, elevadores, bicicletas e outros meios de transporte. O Plano Municipal de Mobilidade Urbana deve integrar todos os meios de transporte para tornar eficiente e eficaz o sistema de ônibus na cidade. Além disso, é necessário investir em alternativas tecnológicas que sejam racionais e não prejudiciais ao meio ambiente.

b) Os termos e conteúdo desta licitação devem ser debatidos por um Conselho Municipal de Transportes, com ampla participação da população usuária, trabalhadores e representantes da sociedade, com poder deliberativo e articulado com o Conselho Municipal da Cidade, também com poder deliberativo. Portanto, a prioridade inicial é a formação dos dois Conselhos e o cancelamento imediato desta licitação.

c) O anexo II do edital apresenta roteiros de linhas de ônibus, mas não se sabe se elas contemplam as demandas populares, as reais carências dos bairros, pois não citam pesquisas de origem /destino, por exemplo, que poderiam ter orientado o planejamento das mesmas. Não estabelece a quantidade de ônibus que haverá em cada linha, nem os horários dos ônibus. As linhas a serem definidas pelo edital devem seguir um diagnóstico real de necessidades, identificadas a partir de consulta às lideranças dos bairros e pesquisas de origem e destino. Sabemos que atualmente faltam ônibus em todas as linhas, inclusive aos finais de semana e durante a noite. Além disso, os bairros que já tem linhas diretas precisam de garantia que não haverá prejuízos com a criação de novas estações de transbordo.

d) A média de passageiros proposta na licitação é de (7) passageiros em pé por metro quadrado – o que ultrapassa a média internacional que é de 3,5 passageiros/m<sup>2</sup>.

e) A venda antecipada de passagem e a bilhetagem eletrônica, com o controle da arrecadação pelos empresários, além de representar um lucro ainda mais elevado aos mesmos, permite que passem a antecipar receitas e a controlar parte substancial dos valores gerados o que lhes dá o poder de controlar o principal recurso que o poder público teria para coibir a redução na qualidade dos serviços. A proposta é ter um Fundo Municipal de Transporte que possa gerir os recursos arrecadados e não o SETEPS gerenciar os mesmos. A proposta é suspender licitação e implantar uma Política Municipal de Transporte com uma empresa pública como a extinta TRANSUR.

f) A fundamentação jurídica deste edital não está adequada já que decretos e leis específicas (Decreto 5296 e outros) foram desconsiderados e o regulamento de trânsito de 1992 não oferece subsídios porque não reflete a realidade atual da cidade.

g) Há falhas técnicas no edital como a omissão sobre normas de acessibilidade para pessoas com deficiência, idosos e outros segmentos. No anexo V falta referências a decretos e leis sobre acessibilidade que já incluem normas específicas.

h) O sistema de biometria visa atingir os estudantes que por necessidade compartilham o passe com familiares, o que vai ser proibido com esse novo mecanismo de controle, elevando os custos de deslocamento dos alunos por restringir a possibilidade dos pais ou responsáveis acompanharem a criança à escola.

i) Com a implantação de bilhetagem eletrônica há risco de desempregar cerca de 6 mil cobradores. A concessão só deve ser feita com o compromisso formal de manutenção destes postos de trabalho e não pode haver superposição de funções de cobrador e motorista nos ônibus, pois isso prejudica a saúde do trabalhador e coloca em risco a segurança dos passageiros.

j) A modalidade de concessão dessa licitação está baseada no maior valor pago pela empresa para obter a concessão das linhas e não no menor valor da tarifa oferecida sendo, portanto, prejudicial aos interesses da população. Salvador possui a maior tarifa do nordeste, a quarta maior do país e uma das menores frotas de ônibus em



circulação proporcionalmente ao tamanho da população. Estudos mais recentes em algumas capitais, como Curitiba, apontam que a tarifa de ônibus pode ser reduzida para R\$ 2,25. Em Salvador, apenas com a isenção de impostos, como o PIS/COFINS e a desoneração da folha, concedida pelo governo federal em maio desse ano, a tarifa já poderia ter sido reduzida em 0,30 centavos.

Mais de 100 cidades e várias capitais do País (São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Curitiba, Natal, João Pessoa, Manaus, Campo Grande, Cuiabá, Aracajú e Florianópolis) e cidades da Bahia, como Feira de Santana, Camaçari, Ilhéus, e várias outras baixaram as tarifas nesse segundo semestre de 2013.

O edital ainda prevê reajustes anuais pelo IPCA e a cada 4 anos um aumento ainda maior no preço cobrado, sob o argumento de “manutenção do equilíbrio financeiro do sistema”. Como o IPCA já está indicado como o indicador de atualização da tarifa, desconsidera-se a existência de planilha e os custos efetivos de operação, e abre-se a porta para elevação ainda maior do lucro a cada 4 anos, com base em demandas dos empresários.

k) O prazo de concessão por 30 anos chega a ser o dobro de várias capitais e apenas privilegia os empresários e ganhos substanciais na forma de retorno do capital investido, sem nenhum risco. Na maioria das cidades brasileiras, incluindo São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, o prazo máximo de concessão é de 20 anos. O prazo da licitação proposto para a cidade de Salvador fere o princípio da razoabilidade, impede a realização de novas licitações e causa o engessamento na qualidade de prestação dos serviços.

l) É preciso garantir a obrigatoriedade e padrões mínimos de qualidade e conservação para os locais destinados ao descanso, higiene e alimentação dos trabalhadores do transporte coletivo e usuários nos terminais em bairros periféricos.

m) Segundo a Dra. Nidalva Brito do MPE, a Convenção 2009 estabelece o direito ao passe livre para pessoas com transtorno mental e deve ser considerada porque a lei municipal 7.201/2007 é muito restritiva e deve se adequar à convenção porque hoje com os CAP's é necessário que os usuários da rede de saúde mental se desloquem mais para o tratamento ambulatorial. Já existe um inquérito civil do MPE com recomendações para que a prefeitura e as empresas cumpram as normas legais. O Decreto 5.296/.... deve ser observado pelo edital e o GEPAM do MPE irá analisar o assunto para garantir direitos constitucionais e indicar a inclusão de normas que garantam o acesso ao serviço de transporte a todos os cidadãos.

n) No edital deve-se garantir à população usuária, aos trabalhadores em transporte coletivo e demais setores da sociedade, o direito de elegerem representantes em todas as linhas e empresas, com poder de fiscalização permanente sobre os serviços prestados, o cumprimento efetivo dos contratos de concessão, medidas de segurança para passageiros e trabalhadores e outras garantias já previstas em leis. Para a realização dessa fiscalização serão eleitos representantes vinculados ao Conselho Municipal de Transportes.

Por todos os motivos expostos acima, solicitamos que o Ministério Público solicite o cancelamento imediato dessa licitação para que seja criado o Conselho Municipal de Transportes formado por membros da sociedade civil que ficará responsável por elaborar um Plano de Mobilidade Urbana que contemple as necessidades reais da população de Salvador.

MOVIMENTO PASSE LIVRE SALVADOR